

THIAGO RABELO SALES

AS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI NO
CONTEXTO DO PÓS-GUERRA (1869-1889)

CUIABÁ/MT
2008

THIAGO RABELO SALES

AS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI NO
CONTEXTO DO PÓS-GUERRA (1869-1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Pio Penna Filho.

CUIABÁ-MT
2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Sales, Thiago Rabelo.
As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no contexto do Pós-guerra (1869-1889) / Thiago Rabelo Sales. – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.
125 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2008. 1. Brasil - Paraguai. 2. República do Paraguai – Império do Brasil. I. Título. CDU: 94(81).067

Noeme Francisca de Azevedo CRB1/1981

THIAGO RABELO SALES

AS RELAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO DO BRASIL E A REPÚBLICA DO PARAGUAI NO
CONTEXTO DO PÓS-GUERRA (1869-1889)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso, pela comissão formada pelos professores:

Presidente:

Prof. Dr. Pio Penna Filho (PPGHIS/UFMT)

Examinadores:

Profa. Dra. Norma Breda dos Santos (UNB)

Prof. Dr. Alfredo da Mota Menezes. (PPGHIS/UFMT)

Prof. Dra. Maria Adenir Peraro (PPGHIS/UFMT)

CUIABÁ
2008

A meus pais, orientadores na escola da vida

AGRADECIMENTOS:

Antes de tudo, gostaria de agradecer a Deus por gostar tanto de mim. É ele quem me dá força para seguir todos os dias, enfrentando as dificuldades e superando os obstáculos que teimam em atravessar meus caminhos. Fonte inesgotável de poder e amor, Deus está sempre presente aonde quer que eu vá. A ti Senhor, meu muito obrigado por mais essa benção.

Aos meus pais, Cássio e Marta, a quem devo as lições maiores que a de qualquer livro, ou qualquer autor: as lições de vida. A orientação deles foi essencial na formação e consolidação do meu caráter como homem. Foi com eles que aprendi que um não às vezes nos impulsiona mais que um sim e como é importante ter uma família baseada no amor, respeito e carinho. Meu Pai e minha Mãe, muito obrigado.

À minha irmã Laura com quem troco admirações, mesmo que de forma silenciosa. Uma pessoa com quem tenho aprendido bastante, sobretudo a compreender que cada pessoa tem sua forma específica de demonstrar seus sentimentos. Laurinha, você também tem parte nesse trabalho.

À Tatiane, pelo amor, dedicação e compreensão dispensados nesse período de ausência. Você é muito importante.

Ao grande Prof. Dr. Pio Penna Filho, meu orientador já há mais de quatro anos, parceria de sucesso da qual já resultou uma monografia de bacharelado, diversos artigos e, agora, esta dissertação. É muito bom trabalhar com alguém como você. Você transmitiu confiança e tranquilidade, mesmo nos momentos mais difíceis durante a construção deste trabalho. Além disso, agradeço por sua amizade verdadeira e seus sábios conselhos. Minha gratidão e da minha família a você por tudo é e sempre será eterna.

À Profa. Dra. Norma Breda dos Santos, da Universidade de Brasília, por aceitar fazer parte da banca que julgará esta dissertação. Tenho certeza que seu vasto conhecimento sobre

as questões de fronteira contribuirão positivamente para possíveis desdobramentos deste trabalho. Meu muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Alfredo da Mota Menezes, da Universidade Federal de Mato Grosso, conhecedor profundo da Guerra do Paraguai e das questões da Bacia do Prata. Já em minha banca de qualificação, da qual também fez parte, sua contribuição foi muito significativa para o desenvolvimento da pesquisa, alertando para pontos pouco explorados, mas de grande importância.

À Profa. Dra. Maria Adenir Peraro, da Universidade Federal de Mato Grosso, também componente de minha banca de qualificação, na qual deu sugestões valiosas para o melhoramento e enriquecimento deste trabalho.

Agradeço também, a todos os professores do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto, pessoas fundamentais em minha formação acadêmica ao longo dos três anos e meio de minha graduação em História. Em especial ao Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara, por acreditar que algumas frases poderiam se transformar em muitas páginas e por me apresentar ao meu grande amigo e orientador Prof. Dr. Pio Penna Filho.

Aos meus companheiros de Mestrado, pelas boêmias conversas de onde, certamente, saíram muitos conselhos que foram aproveitados para o amadurecimento do trabalho e pessoal. É necessário ressaltar as figuras de João Pongeluppe, Vanda, Paulo, Rui, Cátia, Carlos, Júlio, Luis Gustavo e Rubens.

Aos meus novos amigos de Cuiabá, especialmente aos Sfomiados, grande família, aos amigos e republicanos de Ouro Preto, de Mariana e de Belo Horizonte.

À FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso, pelo financiamento que possibilitou a realização desse trabalho.

Finalmente, agradeço à Universidade Pública pela qualidade do ensino ministrado e pelo apoio que dá às pesquisas de seus docentes e discentes, apesar de todas as dificuldades, na busca incessante pela construção do conhecimento.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar as relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai entre os anos de 1869 a 1889. Nossa intenção é demonstrar o papel fundamental que a diplomacia imperial exerceu sobre toda a região do rio da Prata durante o período proposto. Para isso, o trabalho está dividido em três partes: na primeira, apoiada em vasta bibliografia, fizemos uma contextualização da Guerra da Tríplice Aliança, buscando quebrar alguns paradigmas sobre as causas do conflito; na segunda, utilizando documentos da época, observamos a política externa do Império para a região e a participação ativa dos diplomatas brasileiros na reorganização do Estado paraguaio durante o período da ocupação militar entre os anos de 1869-1876; na terceira parte, em que foram usados tanto documentos como bibliografia, analisamos as transformações políticas e sociais ocorridas no Paraguai, após a retirada das tropas aliadas do país. Para realização deste trabalho, a pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Mato Grosso – FAPEMAT.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; Império do Brasil; Paraguai; Guerra da Tríplice Aliança.

ABSTRACT

The principal objective of this dissertation is to analyze the main relations between the Empire of Brazil and the Republic of Paraguay during the years from 1869 to 1889. Our intention is to demonstrate the key role that the imperial diplomacy exercised on the entire region of the River Plate during the proposed period. For this reason, the work is divided into three parts: first, supported by extensive bibliography, we have a context of the War of the Triple Alliance, seeking break some paradigms about the causes of the conflict; in the second, using historic documents, noticed the foreign policy the Empire to the region and the active participation of Brazilian diplomats in reorganization of the state during the Paraguayan military occupation between the years of 1869-1876, in third part, historic documents that were used both as literature, we analyze the political and social transformations that occurred Paraguay, after the withdrawal of allied troops in the country. For this work, the research was funded by the Research Foundation of Mato Grosso - FAPEMAT.

KEYWORDS: Paraguayan War; Empire of Brazil; Paraguay; Triple Alliance War.

Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consciência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta.

René Rémond, *Por uma História Política*

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1	18
Um conflito anunciado: o cenário político interno dos países do Prata antes da Guerra do Paraguai.....	18
O Brasil e a busca pela hegemonia na Bacia do Prata.....	18
Paraguai: a tradição dos ditadores	24
Argentina: a busca pela unificação	31
O Uruguai: a luta pela soberania e estabilidade interna.....	36
O teatro armado: a guerra surge no horizonte	40
Um balanço do conflito	43
Controvérsias da Historiografia.....	47
Capítulo 2.....	51
As relações entre o Brasil e o Paraguai durante a ocupação militar de Assunção (1869-1876)	51
O estabelecimento do governo provisório.....	52
1870: O começo da reorganização paraguaia.....	56
1871: a busca pela Paz	59
1872: O Tratado Loizaga-Cotegipe e a política externa ativa do Império	62
A reação Argentina	65
1873: Tensão no Paraguai	70
1874: Eleições no Prata.....	75
1875: O Paraguai sai da órbita do Império.....	80
Capítulo 3	91

A “nova” República do Paraguai e suas relações com o Império do Brasil.....	91
Crise econômica e violência (1876-1880).....	91
O governo Caballero: 1880-1886	101
O governo Escobar (1886-1889)	113
Conclusão	120
FONTES E BIBLIOGRAFIA	126

Introdução

Nos mundos Moderno e Contemporâneo, guerras e conflitos entre países por várias vezes causaram grandes agitações no cenário político internacional. Ao longo do século XIX a conjuntura internacional atravessou um período de muitas mudanças: independência das colônias americanas, alterações hegemônicas na Europa e o surgimento de uma nova potência além do Velho Continente. Certamente, o processo acelerado de industrialização liderado pela Inglaterra com a Revolução Industrial, contribuiu significativamente para a disseminação de uma mentalidade mais voltada para o capitalismo. Esses novos valores se disseminaram não só pela Europa, como pelo resto do mundo, resultando em alguns conflitos territoriais, políticos e econômicos.

A Revolução Industrial surge trazendo grandes mudanças no sistema de trabalho. Em primeiro lugar, a produção passa a ser feita em série e em larga escala; as oficinas dão lugar às fábricas. A segunda importante modificação condiz às formas de trabalho, pois a partir de agora, o trabalhador vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Por fim, a ascensão da classe burguesa, dona do maquinário e das fábricas, que vê nesse novo sistema a oportunidade de lucros enormes. A necessidade de obtenção de matéria prima para o funcionamento desse sistema torna-o mundial.

Surgem nesse primeiro momento como grandes potências industrializadas a Inglaterra e a França. Esses países vão ter um papel fundamental no processo pós-independência das colônias latino-americanas. Com o aumento de suas produções, esses países vão à busca de mercados para despejar seus produtos industrializados. Nessa busca, encontraram-se com as ex-colônias latino-americanas recém independentes e em processo de fortalecimento de sua autonomia política e econômica. Nesse momento, vários tratados de livre comércio foram firmados entre esses novos países e as potências industrializadas, abrindo assim novos

mercados consumidores para os produtos industrializados europeus. Muitas nações da periferia inseriram-se nesse sistema sob a condição de interdependência numa tentativa de demonstrar que a industrialização estava ao alcance de qualquer povo¹. Era o capitalismo monopolista dando seus primeiros passos no âmbito mundial.

Desse sistema nasceu o liberalismo econômico na fase mais capitalista da Revolução Industrial. E é desse liberalismo econômico, que surgiram diversas disputas internacionais, principalmente na etapa em que o imperialismo predominou sobre os países europeus.

O advento de um sistema capitalista mundial obrigou as nações recém independentes do início do século XIX a se inserirem nessa nova ordem, ocupando uma posição coadjuvante no sistema. Na maioria das vezes, esse lugar consistiu em fornecimento de matérias primas para os países industrializados, bem como a compra de produtos industrializados vindos destas mesmas nações.

Na América do Sul, mais especificamente na Bacia do rio da Prata, o Império do Brasil e a Argentina se destacaram como fornecedores de matérias primas e como compradores de produtos europeus. Mas, também foi na Bacia do Prata que um caso peculiar aconteceu: o Paraguai. Desde a independência das ex-colônias espanholas, o Paraguai procurou manter certa distância das outras Províncias que compunham o antigo Vice-Reino da Bacia do Prata, não se submetendo à Buenos Aires, principal centro político e econômico da antiga colônia espanhola. Governado por ditadores ao longo de toda a primeira metade do século XIX, o país guarani recusava-se a se inserir no emergente sistema capitalista mundial, fechando sua economia ao comércio estrangeiro, buscando a auto-suficiência, além de se isolar politicamente em relação a seus vizinhos brasileiros e argentinos.

Esse fato levou o Paraguai a ser uma preocupação para o Império do Brasil por alguns motivos. Primeiramente, o Império do Brasil e a República do Paraguai apresentavam

¹ CERVO, Amado Luiz. “Hegemonia coletiva e equilíbrio: A construção do mundo liberal”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: Da construção do mundo liberal à globalização*

problemas de fronteira desde os tempos coloniais e o isolamento político paraguaio tornava praticamente inviável qualquer tipo de negociação. Em segundo lugar, o Império temia que o Paraguai não franqueasse a navegação da Bacia do Prata aos navios brasileiros, o que impediria o acesso mais rápido e mais utilizado à distante Província de Mato Grosso. Além disso, o governo brasileiro acreditava que os argentinos teriam pretensões de incorporar o território paraguaio, o que tornaria a Argentina um país com território quase tão grande quanto o Brasil, além de aumentar a fronteira entre os dois países. Por isso, ao longo da primeira metade do século XIX, o Império brasileiro orientou sua política externa no intuito de conter qualquer tipo de tentativa de absorção do Paraguai por parte da Argentina, tentando manter os dois países afastados. Por outro lado, paradoxalmente, a postura dos dirigentes políticos paraguaios levou a uma aproximação entre o Brasil e a Argentina, como veremos adiante.

Essa política externa imperial, em certos momentos agressiva, somada a outros fatores de atritos regionais, internos e externos, culminou no conflito mais violento e de maiores proporções já ocorrido entre países da América do Sul: a Guerra da Tríplice Aliança. Esse conflito que reuniu pelo lado Aliado o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai contra o Paraguai, acabou por destruir a já pequena infra-estrutura do país guarani, além de dizimar uma parcela significativa da população masculina do Paraguai. Os aliados também tiveram um considerável número de baixas entre seus exércitos, além de gastos astronômicos com as batalhas.

Terminado o conflito, a busca por um Tratado de Paz condizente com os interesses de cada país fez com que os aliados quase se tornassem inimigos, já que a Argentina continuava a demonstrar interesse em obter terras paraguaias, e o Império do Brasil tentava conter essas ambições. Essas desavenças por pouco não culminaram em um conflito armado entre os dois países.

Nesse mesmo contexto, observamos a reconstrução do Estado paraguaio com a participação e auxílio dos diplomatas brasileiros que usaram de sua experiência e de seu preparo para buscar manter o Paraguai sob a órbita de influência do Império ao longo de seu reerguimento. Esse período tempestuoso da ocupação de Assunção exigiu muita habilidade por parte dos Enviados e Representantes imperiais na capital paraguaia, inclusive para lidar com alguns membros do próprio exército de ocupação aliado. Além de auxiliar os novos governantes paraguaios no enfrentamento de várias revoltas e tentativas de golpe realizadas por outras facções políticas paraguaias, os diplomatas imperiais entraram várias vezes em rota de colisão com as autoridades militares aliadas em Assunção.

Observar essa participação, ativa ou não, dos diplomatas brasileiros na reconstrução paraguaia, seja de suas instituições públicas, seja de sua infra-estrutura interna, é o que faremos nas próximas páginas. Mergulharemos no fascinante mundo das Relações Internacionais procurando observar como cada ação dos representantes diplomáticos interferia diretamente na história dos países envolvidos no conflito. Veremos a importância direta que a presença dos exércitos aliados teve para o Paraguai, principalmente no setor econômico. Analisaremos os Tratados de Paz que foram assinados entre os aliados e o Paraguai, bem como os resultados efetivos destes para cada país. A retirada das tropas, as novas situações políticas internas e externas também serão objeto de nossa análise.

Observar os primeiros passos do “Novo Paraguai” que, sem a presença das tropas Aliadas, vai voltando a caminhar com suas próprias pernas, serão de interesse de nossa pesquisa. As estratégias utilizadas pelos novos governantes para reconstruir e desenvolver o país também serão contempladas em nosso estudo.

Nossa análise contemplará os anos compreendidos entre 1869 e 1889. A idéia inicial seria trabalhar o período a partir do fim da guerra, que se deu em 1870, mas dada a importância da ocupação da capital paraguaia, iniciaremos realmente no ano de 1869. Assim,

nossos marcos temporais foram guiados inicialmente com a chegada das tropas aliadas à Assunção em 1869, e findados com a proclamação da República no Brasil em 1889, pois a mudança de regime de governo irá afetar todas as áreas, inclusive o Ministério das Relações Exteriores, fazendo com que a política brasileira, interna e externa, passe por transformações que não merecem, por ora, uma análise.

Para essa empreitada, iremos nos apoiar em muitas fontes primárias e secundárias. Na construção deste trabalho foi essencial a pesquisa em alguns Arquivos onde trabalhamos uma grande gama de documentos. Foram realizadas visitas ao Arquivo Histórico do Itamaraty, onde pudemos ter acesso às Correspondências da Legação Brasileira em Assunção e à Correspondência Particular do Visconde do Rio Branco; Arquivo Nacional, onde pesquisamos o Fundo “Guerra do Paraguai”, bem como acervos particulares; e o Arquivo do Exército onde analisamos as Ordens do Dia dos batalhões que se encontravam em Assunção. Todos estes Arquivos localizados no Rio de Janeiro. A internet também foi uma ferramenta importante, pois nos permitiu consultar algumas coleções de documentos que se encontram digitalizados. No site da Universidade de Chicago, encontramos os Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE) do período analisado, o que nos ajudou a trabalhar com essas fontes, independentemente da localidade onde nós estivéssemos. Visitas às Bibliotecas da UNB e do Senado em Brasília foram essenciais para o acesso a grande parte da bibliografia de suporte da dissertação.

A dissertação está estruturada em três capítulos, além da conclusão. No primeiro capítulo, faremos uma pequena história da primeira metade do século XIX dos países que se envolveram na Guerra da Tríplice Aliança. Analisaremos um a um, bem como suas situações políticas interna e externa compreendendo o contexto favorável a um conflito armado em que se encontrava a bacia do Prata à época. Além disso, apresentaremos um balanço do conflito,

baseado em boa parte da bibliografia lida, onde analisaremos aspectos polêmicos como os números de baixas, os custos da guerra, a repercussão nos cenários mundial e regional etc.

O segundo capítulo vai mostrar, ano a ano, como foi a ocupação das tropas aliadas na capital paraguaia. O movimentado quadro político interno do Paraguai pós-guerra, bem como sua política externa, pendular em muitos momentos, também serão pesquisados. As ações dos diplomatas e militares imperiais em terras guaranis mereceram uma análise mais atenta. Tudo isso para compreendermos o complexo jogo de interesses e vaidades de que faziam parte esses personagens.

Já o terceiro capítulo tratará do período em que as tropas imperiais deixaram Assunção. A busca pela afirmação da autonomia do Estado paraguaio frente aos outros países da América do Sul, a luta pela preservação de seu território frente aos interesses argentinos e bolivianos, bem como as relações de dependência política e econômica com o Império e a Argentina serão contempladas. Também merecerão nossa atenção neste capítulo, as violentas disputas políticas internas no Paraguai e a formação bipolar dos Partidos *Blanco* e *Colorado*, que ainda hoje regem a política interna guarani.

Capítulo 1

Um conflito anunciado: o cenário político interno dos países do Prata antes da Guerra do Paraguai

Para entendermos melhor o quadro das movimentações políticas que vigorou na bacia do Prata com o fim da guerra do Paraguai, iremos analisar a situação de cada país envolvido no conflito no período anterior à luta armada. Visualizar o contexto interno de cada um deles, bem como a relação de suas conjunturas com a instabilidade em que se encontrava a região platina, são elementos de suma importância para a compreensão dos acontecimentos políticos no cone sul², no período posterior à guerra da Tríplice Aliança.

Neste capítulo também faremos um balanço do que o maior conflito armado ocorrido na América do Sul deixou para seus participantes. Observaremos que a historiografia existente sobre a Guerra do Paraguai é bem diversa e, em alguns pontos, até mesmo confusa, já que as disparidades entre algumas afirmações e dados é grande, o que torna nosso trabalho de pesquisa ainda mais instigante na busca por um modelo explicativo.

O Brasil e a busca pela hegemonia na Bacia do Prata

Logo após sua independência em 1822, o Brasil foi o único país a adotar o modelo imperial entre as ex-colônias da América do Sul, além de também ser o único a manter o sistema escravista. Esses fatos certamente contribuíram para certa desconfiança por parte dos outros países recém emancipados que optaram pelo sistema republicano e pela mão de obra

² Na primeira metade do século XIX as ex-colônias da América enfrentaram situações bem diversas. Enquanto Buenos Aires buscava uma reunificação com as províncias que compunham o Vice-Reino da Bacia do Prata, o Brasil recebia a família Real portuguesa, que chegava para estabelecer em terras tupiniquins a sede do Império. O Paraguai, após o processo de independência, não desejava se integrar à Buenos Aires para a reconstrução do Vice-Reino do Prata. Já a Banda Oriental, foi motivo de disputa entre brasileiros e argentino até meados da década de 1820.

livre. Essa desconfiança perdurou pelas primeiras décadas do século XIX e, de certa forma, prejudicou consideravelmente as relações entre o Império brasileiro e as outras nações sul-americanas. Alguns desses países acreditavam que devido às várias questões pendentes sobre o estabelecimento de fronteiras, o Brasil herdara de Portugal pretensões expansionistas sobre eles e que poderia, mesmo em última instância, ser um instrumento da Santa Aliança em suas pretensões de recolonização dos antigos territórios, como afirma Wilma Costa³.

Dentre os países com os quais o Brasil tinha tais problemas de fronteira destacamos o Paraguai, a Bolívia, a Argentina e o Uruguai. Os territórios que viriam a ser denominados como Paraguai e a Bolívia, por exemplo, apresentavam desde fins do século XVIII problemas de fronteira com o Brasil que adentraram a primeira metade do século XIX. É possível constatar entre esses países alguns territórios em litígio na época. O Paraguai, segundo Francisco Doratioto⁴, exigia, em fins da década de 1820, que os limites com o Brasil fossem demarcados de acordo com o Tratado de Santo Idelfonso⁵ de 1777, fato que foi recusado pelo governo brasileiro, mesmo após várias tentativas do governo paraguaio.

Para com a Bolívia, o Brasil apresentava problemas de fronteira, sobretudo quanto à região da Amazônia, herdados do período colonial. Para piorar a situação, logo após a independência, as relações entre os dois países “... *viram-se prejudicadas pelo ressentimento boliviano derivado da incorporação a Mato Grosso da Província de Chiquitos (...) em 1825...*”⁶. Embora tenha sido um fato isolado e sem o apoio do Rio de Janeiro, esse incidente incubou outros que vieram a estremecer as relações entre os dois países até 1867 quando,

³ COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec e Ed. da Unicamp, 1996, p. 98.

⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p.24.

⁵ Este Tratado, assinado pelas coroas portuguesa e espanhola em 1777, instituía a fronteira entre os territórios coloniais portugueses e espanhóis no rio Branco, fato que era rejeitado pelo Império, utilizando como argumento que o Tratado de Badajós, firmado entre as mesmas coroas, em 1801, anulava aquele do século anterior.

⁶ GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991, pp. 133-134.

finalmente, assinaram um Tratado de Limites⁷. Esse Tratado foi tido como vantajoso para o Brasil, já que cedeu terras que pertenciam à Bolívia pelo Tratado de Santo Idelfonso. Segundo Synésio Goes, “*realmente Mato Grosso incorporava pelo tratado de 1867 uma faixa de terra a oeste da linha definida nos tratados coloniais*”⁸. Para Teixeira Soares alguns fatores como a tradição política, herdada de Portugal ao Brasil, de conhecimento dos rios da bacia amazônica, somada à habilidade dos diplomatas imperiais e aos problemas internos da sociedade boliviana na época, resultaram num acordo favorável ao Brasil⁹.

Já o Uruguai, ainda como Província Cisplatina ou Banda Oriental, foi objeto de disputa entre o Império e a Argentina, devido, principalmente à sua posição geográfica privilegiada. Para Leslie Bethell:

...a Guerra do Paraguai tem suas raízes, sob certo ponto de vista, nas lutas entre Espanha e Portugal, nos séculos XVII e XVIII, e entre as então recém-independentes Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina); e, mais especificamente ainda, entre a província de Buenos Aires, e, primeiro, Portugal, e depois, o recém-independente Império do Brasil, nas segunda e terceira décadas do século XIX, pelo controle da chamada “Banda Oriental” (ou Lado Oriental) do Rio da Prata.¹⁰

O Uruguai era uma porta de entrada e de saída de produtos, pois ligava o interior do continente ao Oceano Atlântico através da bacia do Prata. Brasil, Argentina e Paraguai tinham amplo interesse no uso do porto de Montevideú. Para Demétrio Magnoli:

A independência uruguaia (...) não correspondia ao interesse de nenhuma das potências platinas. A Argentina, engajada no projeto das Províncias Unidas, a encarava como mais um episódio da fragmentação do antigo Vice-Reinado, manipulado do exterior pela diabólica aliança entre Grã-Bretanha e o Brasil. O

⁷ Entre as décadas de 1830 e 1860, outros incidentes relativos à demarcação da fronteira entre o Império do Brasil e a Bolívia ocorreram devido à falta de acordo entre os dois países. A Bolívia exigia que a fronteira fosse demarcada com base no Tratado de Santo Idelfonso de 1777, o que desagradava o Império.

⁸ GOES, Synesio Sampaio. op. cit., 1991, p. 137.

⁹ TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p. 197.

¹⁰ BETHELL, Leslie. “A Guerra do Paraguai: História e historiografia”. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.22.

Império, por seu turno, a interpretava como perda de acesso ao estuário, que passava ao controle indisputado da Argentina.¹¹

Porém, com o apoio da Grã-Bretanha, o Uruguai se tornou independente do Império Brasil em 1828.

Durante a primeira metade do século XIX, o Brasil buscou uma posição de hegemonia frente aos outros países do Cone Sul da América. Isto se deu, sobretudo, devido à grande importância que o país tinha como mercado consumidor de produtos estrangeiros, graças à sua posição geográfica privilegiada, com um litoral imenso e sua volumosa população. Esses fatos demonstram ser o Brasil um grande comprador em potencial, o que aumentaria seu poder de negociação frente às nações europeias em processo de industrialização. Mas vale lembrar também o papel de destaque que já vinha assumindo a Argentina frente ao comércio com importantes países europeus, principalmente com a Inglaterra. John Street cita que nos primeiros anos do século XIX, eram repassadas entre os comerciantes ingleses informações sobre os benefícios do comércio com a região do Prata.¹²

O Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, assinou vários tratados econômicos com nações europeias, nos quais se comprometia a adquirir produtos manufaturados desses países. Mas a partir da década de 1840, esses tratados foram revogados e o Brasil passou a adotar uma política mais protecionista, voltada para a tentativa de um “surto” desenvolvimentista e aumento da arrecadação interna. Essa tentativa não durou muito, já que, nos anos de 1860, os interesses latifundiários e a necessidade de inserção como fornecedor de matérias primas no complexo capitalista mundial falaram mais altos, pondo uma barreira ao desenvolvimento industrial interno¹³.

¹¹ MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed da Unesp e Ed. Moderna, 1997, p.148.

¹² STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967, p.95

¹³ Esses interesses latifundiários eram defendidos na época pelos liberais radicais, que assumiram o poder naquele momento. Apesar da extinção do tráfico negreiro, a classe dos latifundiários continuou a ter uma participação significativa no governo imperial, interferindo, inclusive, nas estratégias de desenvolvimento econômico do Brasil. Vale lembrar que nessa época o Brasil passou a ser, devido à guerra civil norte-americana,

Outro setor que passou por várias transformações ao longo do século XIX foi o Exército. O Exército brasileiro, durante a primeira metade do século passou por diversas e importantes mudanças. A primeira geração de militares pós-independência ficou marcada pelas disputas entre brasileiros e portugueses pelo controle do exército¹⁴. A substituição dos europeus pelos brasileiros foi feita de forma lenta e gradual e levou os 50 primeiros anos do século XIX. Ao mesmo tempo, os militares perderam terreno nos altos cargos políticos que ocupavam para os juristas. Em 1850, o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello decretou uma lei que revolucionou a estrutura do corpo de oficiais¹⁵. Dentre as principais mudanças estabelecidas pela nova lei estavam normas rígidas de promoção por antigüidade e mérito, curso superior obrigatório para os oficiais de engenharia e profissionalização do corpo de oficiais.

Apesar dessas novas mudanças, ficavam evidentes as disparidades entre os jovens militares e os juristas que formavam a elite política brasileira. O aumento do grau de instrução dos militares não foi acompanhado de uma evolução financeira, o que acarretou descontentamento por grande parte dos militares, sobretudo os mais jovens, e o desinteresse da população pela carreira militar. É interessante notar (e até paradoxal, já que uma política externa agressiva remete a um corpo militar forte) que justamente nessa época, em que havia grande desinteresse pela carreira militar, o governo imperial passou a adotar uma política externa mais ativa, principalmente com relação aos países da bacia do Prata¹⁶. Nessa época, também, os efetivos brasileiros variavam entre 16.000 a 19.500 homens¹⁷, o que pode nos levar a crer que o governo brasileiro acreditava poder resolver qualquer de suas desavenças somente com a utilização de seu corpo diplomático, sem a participação dos militares.

um dos maiores fornecedores de algodão para sustentar as fábricas de tecido inglesas como nos mostra o livro “O processo histórico de Mato Grosso”. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da e CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Guaicurus, 1990.

¹⁴ SCHULZ, John. *Exército na política: Origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 24.

¹⁵ Idem, pp. 26 e 27.

¹⁶ SCHULZ, John, op. cit., p. 35.

Por sua vez, a política externa brasileira para a bacia do Prata durante a primeira metade do século XIX tinha como orientações principais a demarcação de fronteiras com os demais países platinos, a contenção das pretensões argentinas de recompor o antigo Vice-Reino do Prata, do qual esta seria o principal centro, e obter a livre navegação do Rio da Prata, principal e mais rápida via de comunicação com a distante Província de Mato Grosso¹⁸. Apesar de contar com um corpo diplomático habilidoso e bem preparado, algumas dessas questões só foram resolvidas com o uso da espada.

Vamos analisar cada um dos três objetivos citados separadamente. A demarcação de fronteiras com a República do Paraguai sempre foi um assunto trabalhoso para os diplomatas imperiais. Governado por ditadores, o Paraguai deu, ao longo da primeira metade do século XIX, várias demonstrações de que não estava disposto a abrir mão de qualquer parte que fosse dos territórios em litígio. E o Império brasileiro também não queria se sentir perdedor nessa discussão, demonstrando-se intransigente quanto a essas questões. Tanto que os encontros de diplomatas brasileiros com os governantes paraguaios findavam com a decisão de se adiar um acordo sobre limites para uma próxima reunião entre os dois países.

Quanto à intenção argentina de recompor as antigas províncias do Vice-Reino do Prata, transformando-as em um único país, a atuação dos diplomatas brasileiros foi muito positiva. O Brasil se movimentou, nessa época, no intuito de reconhecer e garantir a independência das ex-colônias espanholas. Tanto que foi o primeiro país a reconhecer o Paraguai como um estado independente em 1844, dois anos após a proclamação oficial. Além disso, sempre se posicionou favorável ao Partido Colorado no Uruguai, que era contrário a qualquer subordinação à Argentina. É importante ressaltar que tanto os gaúchos brasileiros quanto os colorados uruguaios compartilhavam do mesmo pensamento Liberal.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 26.

¹⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p.471.

No que tange à livre navegação da bacia do Prata, o Império buscou resolver seus impasses com os vizinhos platinos através da assinatura de Tratados e Acordos. Uma vez que algum país monopolizasse a bacia do Prata, o Império brasileiro perderia sua via de acesso mais rápida à província de Mato Grosso.

É importante lembrar que durante o referido período alguns objetivos imediatos também surgiram como a expulsão de Oribe da Banda Oriental e de Rosas da Argentina. Ambos objetivos vieram a ser alcançados, com participação direta ou indireta do Império brasileiro. Gabriela Ferreira mostra a preocupação imperial de o Brasil garantir-se numa posição favorável na Bacia do Prata, buscando evitar que aparecessem outros governantes como Oribe e Rosas¹⁹.

Paraguai: a tradição dos ditadores

Já o Paraguai, por outro lado, representava uma espécie de “anacronismo” entre as nações sul-americanas da época. Anacronismo porque enquanto os outros países do cone sul da América buscavam se vincular ao sistema capitalista mundial emergente, chegando mesmo a incitar, mesmo que por alguns momentos, a criação de indústrias dentro de seus domínios, o Paraguai não demonstrou até meados da década de 1840, nenhum grande interesse em fazer parte desse sistema, não só economicamente, mas se tornando um lugar desconhecido, até mesmo para seus vizinhos, já que não mantinha relações com os mesmos. Acabou por concentrar-se na produção de gêneros alimentícios como se o país fosse um grande latifúndio²⁰, num sistema muito parecido com o que existia na época colonial, implementado pelos jesuítas.

¹⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006, pp. 176-177.

²⁰ Esses grandes latifúndios eram as chamadas “estâncias da pátria”, onde eram produzidos alimentos distribuídos entre a população de forma que cada cidadão sobrevivesse com o mínimo necessário. Esse sistema chegou a ser chamado de “socialismo peculiar do séc. XIX”. Ver MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do*

Desde sua independência até o fim da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai foi governado por três ditadores: José Gaspar Rodríguez de Francia, Carlos Antônio López e Francisco Solano López. Com uma economia predominantemente rural, atrasado tecnologicamente em relação aos seus maiores vizinhos, o Paraguai tinha uma parte de seu território como alvo de pretensões argentinas e outra parte como alvo de pretensões brasileiras²¹.

Durante a ditadura de “El Supremo” (como Francia era conhecido) de 1811 até 1840, o Paraguai se caracterizou pelo isolamento em relação aos outros países. Francia passou a administrar o país como se fosse uma grande propriedade privada, onde os moradores viviam com o básico para sua sobrevivência. O Brasil até tentou uma aproximação, mantendo um cônsul em Assunção, Manuel Correa da Câmara, no período de 1824 a 29, mas este foi expulso do país por Francia em 1829. Isso após longas tentativas de assinar um tratado de limites com o Paraguai, que deveria ser de acordo com o *uti possidetis*, como queriam as instruções vindas do Império, e não de acordo com o Tratado de Santo Idelfonso (1777) como desejava o ditador paraguaio.

Francia recusou-se a inserir seu país no mercado capitalista mundial emergente²², fechando suas portas a qualquer forma de comércio exterior. No país predominava quase que

Paraguai: como construímos o conflito. São Paulo: Ed. Contexto; Cuiabá: Ed. da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998, p. 38.

²¹ A Argentina tinha interesse declarado em incorporar a seu território parte da região do Chaco paraguaio que já era considerada pelos argentinos como área em litígio antes mesmo da Guerra. Já o Brasil disputava territórios com o Paraguai, incorporados na época da expansão colonial portuguesa. Esses fatos são comprovados inclusive no Artigo 16º do Tratado da Tríplice Aliança, onde, segundo Francisco Doratioto, existia uma cláusula secreta que afirmava que os territórios em litígio com o Paraguai, vencida a guerra passariam a ser de posse de Brasil e Argentina. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p. 161.

²² Segundo Francisco Doratioto em sua obra “Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai”, essa recusa se iniciou com a ascensão do ditador José Gaspar Rodrigues de Francia ao poder em 1811. Francia, ou “El Supremo” como era chamando, instaurou no Paraguai um regime em que o Estado era o responsável por todas as negociações de produtos com o mercado internacional, além de estabelecer que tudo que o Paraguai necessitasse deveria ser produzido no próprio país. Além disso, o governo teria o direito de confiscar as propriedades da Igreja, dos indígenas e dos particulares que não as tornassem produtivas. Essas terras confiscadas eram transformadas em “Estâncias da Pátria”, que eram arrendadas a pequenos produtores e onde todo o excedente produzido era comprado pelo próprio Governo. Os ditadores que sucederam Francia mantiveram posturas bem parecidas às do primeiro, com algumas poucas exceções, como a instalação de uma indústria de base em Assunção. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, pp. 24-25.

totalmente a produção de gêneros agrícolas, principalmente a erva-mate, a madeira e o tabaco. Além disso, as poucas exportações desses produtos, feitas principalmente para a província de Corrientes, eram coordenadas pelo governo o que, de certa forma, fortalecia o poder de Francia. A Igreja, por sua vez, teve suas ordens expulsas do país e seus bens foram confiscados pelo governo. Como destaca Alfredo Menezes “*os que acreditavam e defendiam os princípios do liberalismo econômico não tiveram vez no seu governo.*”²³. Essas atitudes fizeram com que o Paraguai se isolasse politicamente do resto do mundo e, até o início da década de 1840, inexistiram contatos oficiais entre o Paraguai e seus vizinhos.

Com a morte de Francia em 1840, o Paraguai foi governado, seguidamente, por duas juntas militares e um Consulado, composto por Mariano Roque Alonso, militar, e por aquele que viria a ser o novo presidente, posteriormente, Carlos Antonio López. Carlos López era advogado e um dos poucos remanescentes do grupo de grandes proprietários rurais paraguaios. Em 1842, o Congresso paraguaio se reuniu e proclamou solenemente a independência do país²⁴. Carlos López foi eleito pelo Congresso paraguaio como presidente da República do Paraguai em 1844.

Com a ascensão de Carlos López em 1844, a situação de isolamento mudou um pouco, embora o governo tenha continuado a ser autoritário. Com uma visão mais progressista e modernizadora para seu país, Carlos López passou a negociar com diversos países do mundo e a investir na educação de jovens paraguaios em escolas na Europa, onde estes seriam preparados para construir um Paraguai forte e bem estruturado²⁵. Buscou uma aproximação com os vizinhos da bacia do Prata, numa tentativa de alcançar alguns objetivos:

Segundo P. Reine, Carlos Antonio tinha alguns objetivos de política externa. Um seria obter o reconhecimento oficial da independência paraguaia; outro estaria

²³ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 24.

²⁴ Esse ato foi uma tentativa de fortalecer a independência paraguaia e uma tentativa de fazê-la ser reconhecida pelos demais países, apesar de o Paraguai ter se tornado independente da Espanha em 1811.

²⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, pp. 29-30.

em abrir o país ao comércio exterior e, por fim, resolver os problemas de navegação e fronteiras com o Brasil e a Argentina.²⁶

Essa aproximação foi bem recebida pelo governo brasileiro e devido à intervenção do governante argentino Rosas na Guerra Civil Uruguaia (1838-51) vista pelo Brasil com uma ameaça à soberania do Uruguai, o Império brasileiro tratou logo de reconhecer a independência paraguaia, receoso de uma nova intervenção argentina que ameaçasse a soberania do Paraguai.

Carlos López trouxe também, vários técnicos da Europa que seriam responsáveis pela construção de pontes, ferrovias e de uma tentativa de industrialização no país, financiada pelo capital estrangeiro, principalmente o inglês²⁷. Deu a seu filho Francisco Solano López o cargo de Ministro da Guerra e passou a fazer grandes investimentos em armamentos para o exército.

Mas a busca pela ampliação do contato com outros países tinha como obstáculo o General Rosas, presidente argentino, que não reconhecia a independência paraguaia, o que dificultava as exportações guaranis, pois Rosas, de certa forma, controlava a bacia do rio Paraná. Se durante o governo de Francia, devido ao isolamento proposto pelo ditador, os problemas com Rosas teriam ficado em segundo plano, agora voltavam com força total. A Argentina e o Paraguai tinham há muito tempo problemas com relação às fronteiras, sobretudo nas questões sobre a posse do Chaco e do território de Misiones.²⁸ Além disso, assim que foi proclamada a independência em 1842, no mesmo ano foi solicitado o reconhecimento por parte da Argentina que, através de Rosas, se negou a fazê-lo. Esse fato, segundo Alfredo Menezes, fez com que alguns países europeus também se recusassem a reconhecer a independência guarani, afinal seria mais interessante manter boas relações com a Argentina de Rosas, do que com o isolado Paraguai²⁹. A postura de Rosas foi um importante

²⁶ MENEZES, Alfredo da Mota, op. cit., 1998, p. 25.

²⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p. 30.

²⁸ Francia e Carlos López fortificavam esses territórios e invocavam o direito do *uti possidetis* para manterem a posse dessas terras.

²⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 26.

elemento de aproximação entre o Império brasileiro, preocupado em deter a influência da Argentina sobre os outros países, e o Paraguai³⁰. Tanto que em 1850 o Brasil assinou com o Paraguai um Tratado claramente contra Rosas³¹.

Em 1852, com a derrubada de Rosas e a ascensão de Urquiza ao poder na Argentina, houve uma reaproximação entre o Paraguai e a Argentina. No mesmo ano foi assinado entre eles um acordo sobre limites entre os dois países³² e, finalmente, a independência paraguaia foi reconhecida pelos argentinos. Como o referido Acordo não foi ratificado, Urquiza veio a fazer uma nova tentativa em 1859, mas, como na primeira vez, não logrou sucesso.

Com o Império do Brasil, o Paraguai também tinha problemas de fronteiras. Durante o governo de Francia, esses problemas não foram objeto de grande interesse por parte do governo paraguaio. Mas com a entrada de Carlos López, essa situação se modificou. Em agosto de 1844, o Império brasileiro enviou José Antonio Pimenta Bueno como Encarregado de Negócios para tratar com o presidente paraguaio. No dia 14 de setembro de 1844 foi assinado um acordo onde o Império do Brasil reconheceu oficialmente a independência da República do Paraguai³³. Após o reconhecimento da independência, os dois países colocaram um tratado de amizade, navegação, comércio e limites em evidência nas suas pautas de discussões. Destes temas, o mais complicado seria, certamente, o de limites. Pimenta Bueno recebeu instruções um pouco controversas sobre como proceder nas negociações:

Com efeito, aconselham-no a abandonar os limites do tratado de Santo Ildefonso, não só porque não haviam ainda sido estabelecidas certas linhas por ele estipuladas (...) como porque, em negociações contemporâneas com outros países, o Brasil defendia o princípio do *uti possidetis* atual e o abandono daquele Acôrdo. E instruem-no também, paradoxalmente, a não aceitar o *uti possidetis* contemporâneo, já que podia beneficiar o Paraguai.

³⁰ Além da postura arrogante frente aos assuntos com o Paraguai, Rosas havia feito uma intervenção durante a Guerra Civil no Uruguai (1835-1851) apoiando os membros do partido *blanco*, fato que desagradou o governo imperial. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p.10.

³¹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 26.

³² Segundo Alfredo Menezes, nesse acordo o governo paraguaio abriria mão de boa parte do território de Misiones, em troca de uma decisão a seu favor sobre a questão do Chaco. Mas o congresso argentino recusou o acordo, devido a essa concessão. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p.27.

³³ RIBEIRO, Pedro Freire. A Missão Pimenta Bueno (1843-1847). Introdução. [S.l.: s.n.], 1965, p.44.

(...) Indeciso diante de tais instruções, sem um critério mais amplo em que apoiar-se, Pimenta Bueno decide-se a optar pela solução que lhe parecia territorialmente mais vantajosa para o Brasil, entre as duas únicas possíveis, a de Santo Ildefonso ou a do *uti possidetis* contemporâneo: defender a linha do tratado de 1777.³⁴

Diante desse quadro, o enviado brasileiro José Antonio Pimenta Bueno assinou um acordo de limites com o novo presidente, baseado no Tratado de Santo Idelfonso de 1777 no dia 08 de outubro de 1844³⁵. No entanto esse acordo não atendia aos interesses do Império, e por isso não foi ratificado pelo governo brasileiro. Sem a resolução diplomática do impasse, o Brasil continuou ocupando as terras em litígio. Enquanto isso, o Império seguiu tentando firmar acordos com o Paraguai para obter a livre navegação da bacia do Prata. Porém, por diversas vezes o governo paraguaio tentava condicionar a assinatura de um acordo de livre navegação, à assinatura do acordo de limites.

Mas durante a década de 1850, o presidente Carlos López passou a fazer objeções quanto à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros, condicionando-a a resolução e ao estabelecimento da fronteira entre os dois países no rio Branco. Esse fato levou o governo imperial a ameaçar o Paraguai com uma guerra, fato que culminou na assinatura de um tratado em abril de 1856 pelo representante brasileiro José Maria da Silva Paranhos e o representante paraguaio José Berges, que garantia a livre navegação, mas que adiava a discussão sobre as fronteiras entre os dois países por mais seis anos³⁶. Além disso, seria nomeada uma comissão composta por membros dos dois países encarregada de estudar e definir as fronteiras entre as duas nações³⁷. Como essa comissão não chegou a ser criada, o governo paraguaio, insatisfeito, continuou a conflitar de diversas formas a circulação de navios brasileiros que seguiam em direção ao Mato Grosso. Essas atitudes somadas ao fato de

³⁴ Idem, ibidem, p. 55.

³⁵ Idem, ibidem, p. 55.

³⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, pp. 32 e 33.

³⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 31.

os governos dos dois países manterem-se intransigentes com relação ao tratado de limites passaram a estremecer ainda mais as relações entre o Império e o Paraguai.

Em 1857-8 o Império executou uma manobra diplomática muito interessante. Um ano antes, havia assinado um tratado de livre navegação do rio Uruguai com um representante uruguaio. Em novembro de 1857 Silva Paranhos é enviado à Argentina onde assina um acordo de livre navegação dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. De posse desses Tratados, Silva Paranhos chega a Assunção no início de 1858 e inicia negociações com Francisco Solano López, designado para a missão. Pressionado pelos acordos firmados entre o Império e os outros países platinos, Solano López acaba cedendo e assina um tratado de livre navegação com o Império. Porém, novamente as questões de limites não são resolvidas.

Com a morte de Carlos López em 1862, assume o poder seu filho mais velho, até então Ministro da Guerra, Francisco Solano López. Este, sem dúvida alguma, foi um dos principais personagens da América do Sul no século XIX. Solano López nasceu em 1826 e teve rápida ascensão na carreira militar. Aos 19 anos de idade já ostentava a patente de coronel do Exército Paraguaio. Era um político conservador, de personalidade forte, com algumas demonstrações de arrogância³⁸. Defendia a postura de seus dois antecessores de uma política centralizada e do monopólio do Estado sobre as exportações, principalmente de mate.

No poder, Solano López dá continuidade à política interna autoritária imposta pelos seus dois antecessores perseguindo todos aqueles que deixassem alguma dúvida quanto à adesão a seu governo. Porém, no plano externo, Solano López se diferenciou bastante de seu pai. Com a implementação de uma política externa bem mais agressiva, Solano López buscava ter a voz de seu país ouvida e respeitada nas discussões com outros países custasse o que custasse. O novo presidente, talvez influenciado pelo ministério que ocupara e

³⁸ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p.37. Alfredo Menezes cita historiadores que tiveram contato com a obra de um escritor chileno chamado Federico de la Barca que conversou com Solano López e afirma que este chegou a afirmar, aos 19 anos, que a arte militar não tinha segredos, e que ninguém teria mais nada a ensiná-lo.

percebendo o agravamento das questões com o Brasil, passa a destinar grande verba do governo para a preparação de um exército forte, coeso e bem armado para o Paraguai. Procurou, também, aumentar a pressão pela participação do Paraguai nas resoluções dos conflitos referentes à bacia do Prata. Já em 1859, por exemplo, mesmo antes de se tornar presidente, Solano López foi uma espécie de mediador entre Unitários e Federalistas, após a batalha entre Mitre e Urquiza, onde o primeiro saiu derrotado³⁹.

Essa vontade de Solano López em se fazer ouvido, cria mais animosidade com o Brasil e com a província de Buenos Aires. López gozava de boas relações com as províncias da Confederação Argentina o que ia de encontro aos interesses do governo de Buenos Aires. No Uruguai, Solano López tinha boas relações com os membros do partido *Blanco*, devido, em grande parte, à utilização do porto de Montevideú, o que desagradava aos *colorados*. O porto uruguaio era a principal via de comunicação e de escoamento da produção paraguaia para o resto do mundo.

Argentina: a busca pela unificação

A história da Argentina é marcada por muitas reviravoltas. Logo após sua independência, o país estava completamente dividido. As províncias do interior, sobretudo Entre Rios e Corrientes, consideravam-se autônomas em relação à Buenos Aires:

Durante el año 1820 las provincias argentinas se organizaron en estados republicanos, independientes entre sí, pero que reconocían la subsistencia del vínculo nacional. Este se expresaba através de la aspiración a *reorganizar* el Estado nacional en un futuro próximo, reuniéndose todos los pueblos en una *federación*.⁴⁰

³⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p. 35.

⁴⁰ FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A García. *Historia de los argentinos*. 2ª Edição. Buenos Aires: Larousse, 2004, pp. 450-451.

Os conflitos políticos locais fizeram surgir duas fortes correntes: de um lado estavam os chamados Unitários ou centralistas; de outro, os Federales ou autonomistas. O grupo dos Unitários era formado basicamente por portenhos, ou políticos de Buenos Aires, principal centro econômico da Argentina na época. A cidade vivia basicamente do comércio e abrigava o principal porto argentino na época. Daí a designação portenhos. Já os Federales eram políticos voltados para as questões rurais, já que no interior do país a estrutura social era baseada na terra, e que objetivavam a autonomia das províncias. Nessa época, os governadores dessas províncias, geralmente um caudilho, não se consideravam subordinados à Buenos Aires⁴¹.

A Argentina das primeiras décadas do século XIX não era vista como uma nação bem desenhada. Talvez a primeira tentativa de unificação tenha ocorrido no início da década de 1830. Um pacto foi assinado entre as províncias do interior e Buenos Aires em que aquelas delegavam alguns poderes políticos a esta. Esses poderes consistiam em representá-las em assuntos internacionais. Mas isso não bastava para Buenos Aires. Até porque os provincianos se utilizavam do porto de Buenos Aires, o que impedia o monopólio por parte dos portenhos.

Foi nesse período que surgiu na história argentina uma figura política chave: Juan Manoel de Rosas. Nascido em 1793 em Buenos Aires, numa família tradicional, Rosas viveu sua juventude no campo, onde se tornou o maior proprietário de terras da província. Embora tenha tido uma educação de nível mediano, demonstrava erudição graças a suas leituras, que o levaram a criar um grande temor ao caos e a anarquia e a ter uma predileção quase obsessiva pela ordem e pelo princípio de autoridade.⁴²

Rosas teve uma presença muito forte na vida política e administrativa da Argentina. Eleito em dezembro de 1829 “*Rosas inauguraba en Buenos Aires un nuevo gobierno fuerte...*”

⁴¹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 9.

⁴² FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A García. op. cit., 2004, pp. 511-512.

⁴³ que durou até 1832. Para Pacho O'Donnell “*Don Juan Manoel representaba el ascenso al poder de nuevos intereses económicos, de un nuevo grupo social ligado a la explotación de las feraces pampas bonaerenses, entrerrianas, santafesinas: los estancieros*” ⁴⁴.

Já em 1835 Rosas assumiu novamente a presidência com poderes quase absolutos. Tulio Donghi relata que “... *en el Río de la Plata, Rosas declara que el secreto de su triunfo estriba en el cuidado que pone en atender los humores de la plebe...*” ⁴⁵ Polêmico, instituiu vários impostos que quase o levaram a entrar em guerra com outros países⁴⁶. Durante seu governo, perseguiu e executou vários opositores do partido federalista. Buscava sempre a unificação do Estado argentino. Foi durante seu governo que a rivalidade entre Argentina e Brasil ganhou maiores proporções.

Nesse momento, vários Unitários buscaram exílio em Montevidéu, onde foram acolhidos pelo presidente, Fructuoso Rivera, membro do partido colorado. Rivera partilhava de idéias liberais, bem parecidas com as defendidas pelos Unitários argentinos. Sua oposição, personificada na figura de Manuel Oribe, amigo de Rosas, e membro do partido Blanco, era conservadora e defendia idéias semelhantes às do presidente argentino. Essa será uma tônica na história dos países da Bacia do Prata durante a primeira metade do século XIX: a aproximação entre líderes de acordo com seus ideais políticos fossem eles Liberais ou Conservadores.

Suas relações com o Paraguai de Francia foram de certa forma, de indiferença. Com o fechamento do Paraguai feito por Francia, o país não tinha grande importância para a economia argentina. Tanto é que Rosas nunca reconheceu o Paraguai como um estado

⁴³ BUSANICHE, José Luis. *Historia Argentina*. Buenos Aires: Ed. Taurus, 2005, p. 499.

⁴⁴ O'DONNELL, Pacho. *Juan Manuel de Rosas: El maldito de nuestra historia oficial*. Buenos Aires: Ed. Booket, 2006, p. 67.

⁴⁵ DONGHI, Tulio Halperin. *Hispanoamerica despues de la independencia: consecuencias sociales y económicas de la emancipación*. Buenos Aires: Paidós, 1972, p. 202.

⁴⁶ Jorge Lanata cita que após o aprisionamento de três goletas norte-americanas que se recusaram a pagar um imposto sobre o montante pescado no Atlântico Sul, “El Presidente de Estados Unidos, Jackson, estuvo a punto de declarar guerra “al insolente gobierno de Buenos Aires”, pero finalmente desistió y evitó nombrar un ministro

independente. Ao contrário, por algumas vezes tratava o país guarani como uma província argentina qualquer. Esse fato gerou insatisfação por parte do governo paraguaio, sobretudo quando o país guarani se encontrava nas mãos de Carlos López, e fez com que esse assinasse uma aliança com Corrientes e contra Rosas em 1845⁴⁷. Em dezembro desse mesmo ano o Paraguai declarou guerra a Rosas, e em janeiro de 1846 chegou a invadir a província de Corrientes.

A fragmentação do Estado argentino favorecia diretamente ao Império brasileiro, que buscava conter a influência Argentina sobre os demais países que compuseram o Vice-Reino da bacia do Prata. Uma aproximação da Argentina com os demais países platinos poderia significar a reconstrução do antigo Vice-Reino do Prata, num país capaz de fazer frente tanto geográfica como demograficamente ao Império do Brasil, cujo centro seria Buenos Aires⁴⁸. Como afirma Alfredo Menezes “... a diplomacia e a atuação brasileira na área procurava aliados e dava suporte a tudo que fosse contra Rosas”⁴⁹. Essa política imperial consistia em apoio declarado às províncias que compunham a Confederação argentina, Entre Rios e Corrientes, estimulando que as mesmas não se subordinassem à Buenos Aires.

Rosas passou, então, a enfrentar muitos problemas internos. Mas o auge da crise interna argentina se deu em 1851, quando o então governador da província de Entre Rios, Justo José Urquiza, antigo aliado político do presidente, comandou um golpe contra Rosas. Em maio desse ano, Urquiza assinou um tratado revogando os poderes de Rosas, e firmando uma aliança com o Brasil e os Colorados do Uruguai. A essa época, o Uruguai era governado por Oribe, e foram contra ele os primeiros ataques. Deposto Oribe, o objetivo agora passava a ser Rosas. Após vários levantes, Rosas foi batido em Monte Caseros e se retirou do país. A nova conjuntura política argentina causou reações diversas:

de reemplazo”. LANATA, Jorge. *Argentinos: desde Pedro de Mendoza hasta la Argentina del Centenario*. 20ª Ed. Tomo 1. Buenos Aires: Ediciones B, 2005, p. 238.

⁴⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., p. 13

⁴⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p. 471.

Cuando el ejército de Urquiza penetró en la ciudad, una quincena después de la batalla de Caseros, fue recibido según unas versiones con aclamaciones y lluvia de flores, según otras, con un silencio reticente y hostil. Tal vez ninguna de ambas versiones sea totalmente exacta. Sin duda hubo porteños que sintieron su libertad recuperada de los excesos de la autocracia, y la población de Buenos Aires era bastante numerosa como para que un sector de ella llenara la calle y diera una imagen de euforia a los recién llegados. También hubo otros, afines al régimen derribado, que miraban el porvenir con temor. Pero entre estos extremos hubo sin duda un grupo grande de ciudadanos cuya actitud dominante fue la expectativa.⁵⁰

Após a queda de Rosas, Urquiza foi nomeado por um congresso constituinte como presidente da república, retirando de Buenos Aires, pela primeira vez na história argentina, o centro da vida política nacional. Apesar disso, Urquiza tentou trazer Buenos Aires para dentro da Confederação Argentina. Com o objetivo de se firmar no poder e manter boas relações com seus vizinhos, Urquiza reconheceu a independência do Paraguai em 1852, fato que seria lembrado com gratidão pelos presidentes daquele país.

Mesmo após a deposição de Rosas, os unitários continuaram em rota de colisão com Urquiza que, embora tenha combatido Rosas, havia sido um de seus principais generais e comungava de idéias bem parecidas às do ex-presidente. Como afirma Alfredo Menezes *“Havia, pois, dentro de um mesmo país, dois pontos de vista bastante diferentes e em constante choque”*⁵¹. Os conflitos entre federalistas e unitários continuaram e em outubro de 1859 Bartolomé Mitre, então governador de Buenos Aires, liderou uma ofensiva contra Urquiza, mas foi batido por este. Em fevereiro de 1860 uma junta eleitoral escolheu Santiago Derqui como Presidente da República. Enquanto isso, Urquiza passou a governar a importante província de Entre Rios. Apesar da eleição de Derqui, este só exercia o “poder formal”, enquanto Urquiza continuou a exercer o “poder efetivo”.⁵²

⁴⁹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 11.

⁵⁰ FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A García. op. cit., 2004, p.575.

⁵¹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 12.

⁵² Esse fato é bem exposto em FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A García. op. cit., 2004, p. 594 e em BUSANICHE, José Luis. op. cit., pp. 671-675.

Mas em setembro de 1861, Mitre conseguiu, em Pavón, uma vitória sobre Urquiza e acabou assumindo a presidência da república⁵³ naquela que seria a última, mas vencedora campanha para a unificação da República Argentina.

Essa nova ascensão de um Unitário ao poder na Argentina acabou por despertar a atenção dos líderes paraguaios, sobretudo no que diz respeito à desconfiança quanto a intenções de expansão territorial por sobre o território paraguaio. Essa não era suposição infundada, visto que a Argentina tinha o desejo de anexar a região do Chaco paraguaio a seu território, além de também ter, mal resolvidas, questões sobre a posse do território de Misiones.

O Uruguai: a luta pela soberania e estabilidade interna

O Uruguai, assim como as outras ex-colônias espanholas, buscou sua independência no início do século XIX, num momento em que a Espanha passava por maus momentos na Europa. Alvo do interesse de portugueses e espanhóis, o território foi invadido por forças portuguesas em 1817. Geograficamente, o Uruguai ocupava uma posição estratégica, pois se localizava exatamente no encontro da bacia do Prata com as águas do Atlântico, o que o tornava uma alternativa ao porto de Buenos Aires para a entrada de produtos destinados ao interior do cone sul. Além disso, a rica pecuária local despertou o interesse dos países vizinhos. Isso fez com que sua vida como estado independente permanecesse ameaçada por longos anos.

Na tentativa de libertar o Uruguai das garras do Império brasileiro, Juan Antonio Lavalleja criou, na cidade de Florida, um governo independente. Sabedor da rivalidade entre o Brasil e a Argentina, Lavalleja solicitou o reconhecimento de seu governo junto aos argentinos. E o obteve. Em troca, é claro, de um acordo informal que garantiria a participação

⁵³ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 12.

do Uruguai nas províncias unidas do Rio da Prata. A partir daí, Brasil e Argentina se enfrentam numa guerra pela posse da banda oriental⁵⁴.

O Uruguai tornou-se independente do Brasil em 1828, após uma guerra de três anos entre o Império brasileiro e a Argentina. A Inglaterra, em função dos seus interesses econômicos na região, garantiu a criação do Uruguai, pois permitiria a livre navegação no estuário platino. Por sua vez, o Brasil exercia grande influência, principalmente econômica, sobre a região visando, sobretudo, garantir a livre navegação da bacia do Prata e, assim, um dos acessos à província de Mato Grosso. Além disso, muitos súditos imperiais, sobretudo oriundos da Província do Rio Grande do Sul, possuíam terras e criavam gado naquele país.

Em 1830 foram realizadas as eleições para presidente do Uruguai. Entre os candidatos estavam Lavalleja e Fructuoso Rivera, antigos companheiros nas campanhas pela independência. Rivera acabou por ser eleito por uma Assembléia Nacional, tornando-se o primeiro presidente constitucional do país. Mas Lavalleja não aceitou pacificamente a decisão da Assembléia. A partir de então se instala no país uma guerra civil que, como veremos, perdurará por muitos anos. Vale lembrar que Lavalleja teve o apoio do então presidente argentino Rosas, em sua campanha contra Rivera.⁵⁵

Após quatro anos, o governo de Rivera chega ao fim e em março de 1835 Manuel Oribe é eleito o segundo presidente do Uruguai. Oribe, que partilhava das idéias dos Federalistas argentinos, implementou uma política de perseguição ao ex-presidente Rivera, na intenção de eliminá-lo politicamente. Rivera respondeu a essas medidas com um levante contra Oribe. Mas quando o presidente estava quase derrotado, entra em cena a figura do General Rosas, que enviou forças argentinas para lutar ao lado de Oribe, sob a liderança de Lavalleja. Alfredo Menezes cita esse momento como sendo o primeiro momento em que os

⁵⁴ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, pp. 15 e 16.

⁵⁵ Idem, p. 16.

membros dos partidos *Blanco* (Oribe, Lavalleja e Rosas) e *Colorado* (Rivera) se identificaram com as cores branco e vermelho, já que essas cores foram usadas durante o conflito para identificar cada um dos lados⁵⁶.

Quando o levante de Rivera estava quase sendo sufocado, ocorreu uma grande reviravolta. Após o bloqueio do porto de Buenos Aires devido a um desentendimento de Rosas com a França, Oribe, em desvantagem militar e sem ter como receber auxílio de Rosas, acaba por renunciar ao cargo. Em 1838 Rivera retoma o poder.

Tempos mais tarde foi a vez de Oribe atacar, sitiando a cidade de Montevideú, com a ajuda dos *blancos* e dos *federales* argentinos. Do outro lado do campo de batalha estavam os colorados e os unitários argentinos, ambos apoiando o presidente Rivera. Esse episódio é chamado pelos historiadores uruguaios de Guerra Grande. Oribe só vai ser derrotado quando o Brasil, juntamente com os Colorados, os Unitários e as províncias sublevadas de Entre Rios, Santa Fé e Corrientes se unem com a promessa de que não haveria vencedores nem vencidos ao fim da guerra. Esse objetivo, no entanto, não foi cumprido, pois, naquele momento, os interesses políticos e partidários falavam mais alto. Um detalhe importante é que foi essa mesma aliança ofensiva que destituiu Rosas do poder na Argentina.

Em março de 1852 ascende ao poder, como candidato conciliador, Juan Francisco Giró. Giró renunciou em outubro do mesmo ano, entregando o cargo a Bernardo Berro, que pouco pôde fazer frente ao bipolarismo extremo que continuava a tomar conta da vida política do país. Frente a essa complicada conjuntura, um triunvirato foi formado para governar o país. Os escolhidos para tal foram os já conhecidos generais Lavalleja e Rivera e o coronel Venâncio Flores. Após pouco tempo, Lavalleja e Rivera acabam falecendo, e Flores foi escolhido para governar sozinho o Uruguai. Membros do partido Blanco, então, vão se rebelar contra o governo *colorado* de Flores.

⁵⁶ Idem, p. 17.

Em 1858 Gabriel A. Pereyra é eleito presidente com a difícil missão de, mais uma vez, ser o candidato de conciliação. Porém, como Pereyra era membro do partido *Blanco*, acabava por fortalecer seu grupo político, ao invés de governar com a participação dos dois partidos, fato que gerou insatisfação por parte dos Colorados. Tanto que o General Cesar Diaz, *colorado*, revoltado com a situação, incitou um levante contra o governo, mas acabou morto na região de Quinteros⁵⁷. Esse fato vai esquentar ainda mais a rivalidade entre os dois partidos. Apesar de todo esse alvoroço, Pereyra consegue terminar o mandato.

Na sua sucessão veio outro *Blanco*, Bernardo Berro. Berro instituiu impostos que afetavam diretamente produtores rurais brasileiros do Rio Grande do Sul que possuíam propriedades no Uruguai, além de romper um Tratado de Comércio e Navegação com o Império brasileiro. Alfredo Menezes relata que cerca de 40 mil súditos brasileiros viviam no Uruguai à época⁵⁸. É importante ressaltar que esses brasileiros usavam os pastos uruguaios para a prática da pecuária, mas o gado era quase em sua totalidade negociado no Império. Esse fato desagradava ao presidente uruguaio que determinou a criação dos impostos.

Venâncio Flores irá, então, comandar outra guerra civil, essa com o intuito de também vingar a morte de Cesar Diaz⁵⁹. Flores irá organizar seu exército em Buenos Aires e em março de 1863, invade o Uruguai⁶⁰. É importante ressaltar que nesse momento, os Unitários estavam à frente do governo com Bartolomé Mitre. Historicamente, Unitários e Colorados tinham um bom relacionamento político. E mais, Mitre e Venâncio Flores eram amigos pessoais. Para piorar a situação, Berro buscou estreitar seus laços com o Paraguai de Solano López, enviando várias missões diplomáticas a esse país, no intuito não só de estabelecer o comércio entre os dois países, mas de estabelecer alianças defensivas e ofensivas entre os dois. Berro se movimentou nesse sentido por saber que o Paraguai não gozava de boas relações com o

⁵⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 19.

⁵⁸ Idem, ibdem, p. 22.

⁵⁹ Idem, ibdem, p. 19.

⁶⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p.560.

Império naquele momento, tampouco com Buenos Aires. Berro será sucedido no poder, no início de 1864, pelo presidente do Senado uruguaio, Atanasio de la Cruz Aguirre, outro membro do Partido Blanco, que continuará lutando contra os Colorados. Aguirre fazia parte de um grupo, dentro do Partido Blanco, que era contra qualquer aproximação com o Brasil ou a Argentina e que acreditava que uma ajuda de Solano López seria a alternativa correta para fugir da interferência dos dois grandes vizinhos.

O teatro armado: a Guerra surge no horizonte

Durante toda a primeira metade do século XIX, a história do Uruguai foi, então, marcada pela instabilidade e alternância no governo de membros dos partidos *Blanco* e *Colorado*. Essa instabilidade gerou no país uma guerra civil entre os membros dos dois partidos que perdurou da década de 1830 até fins da década de 1850⁶¹.

Em 1861, com a ascensão do membro do Partido *Blanco*, Bernardo Berro, ao poder, o cenário político e social uruguaio tornou-se ainda mais agitado. No mesmo contexto, a Argentina buscava se tornar um Estado Nacional, sob a égide de Bartolomeu Mitre, que queria a unificação do novo Estado, combatendo os federalistas da oposição. Estes contavam com boas relações com o governo de Berro utilizando, inclusive, o porto de Montevidéu para seu comércio.

Os governos de Brasil e Argentina vêm, então, no apoio ao partido de oposição à Berro, o Colorado, uma oportunidade de conseguir seus objetivos quanto ao Uruguai. Por sua vez, Berro, que já sabia das boas relações de Mitre com o líder dos *Colorados* Venâncio Flores⁶², sentiu-se ameaçado e foi buscar nos federalistas argentinos e no governo paraguaio

⁶¹ MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, pp. 17 e 18.

⁶² Alfredo Menezes afirma que Bartolomé Mitre e Venâncio Flores eram amigos pessoais e que os colorados tinham lutado junto com os unitários de Buenos Aires na reconquista do poder na Argentina. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 19.

apoio para combater os avanços colorados. Embora nunca se tenha assinado um acordo, o governo paraguaio se inclinou nesse sentido.

Com o cenário propício armado, o estopim da guerra não demorou muito para ser aceso. Vendo seus súditos sendo prejudicados pelo governo uruguaio, o Império brasileiro não tardou para dar um ultimato ao governo Berro. Em abril de 1864 o Império enviou ao Uruguai o conselheiro José Antônio Saraiva com a missão de exigir “respeito” do governo uruguaio aos cidadãos brasileiros residentes no país⁶³. Pode-se entender essa atitude como uma política agressiva para com o vizinho. Para Doratioto, essa foi uma estratégia do governo brasileiro para ganhar tempo para organizar melhor e distribuir o seu exército nas áreas de fronteira⁶⁴. Deve-se levar em conta também o fato de o governo imperial estar apaziguando os ânimos no Rio Grande do Sul, já que as medidas do governo uruguaio levaram os gaúchos a fazerem uma ameaça separatista ao Império, como podemos observar no trabalho do Professor César Guazzelli, que cita em seu trabalho uma correspondência que dizia que “*o Imperador do Brasil foi obrigado pelo general Netto do Rio Grande a intervir (...) sob pena de que esse general e a Província do Rio Grande se levantassem e fossem totalmente perdidos para o Império*”⁶⁵.

Guazzelli fala, também, da trajetória que o Rio Grande do Sul já tinha de conflitos internos e fronteiriços, afirmando que a Guerra do Paraguai, ao contrário do que diz a historiografia tradicional, não deve ser encarada como fator de unificação do Estado Nacional:

No caso do Rio Grande do Sul manteve-se sua trajetória como fator de instabilidade para o Império. Fazendo valer seus interesses acima daqueles do Estado nacional, os chefes da estremadura participaram intensamente dos assuntos platinos, especialmente das questões referentes à Banda Oriental. Numa seqüência de eventos que passa pela Cisplatina, pela insurreição farroupilha e pela campanha contra Oribe e Rosas no início dos anos cinquenta, as ações bélicas dos rio-grandenses em terras uruguaias foram desencadeadoras da intervenção do Império na questão oriental,

⁶³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 2002, p. 52.

⁶⁴ Idem, ibidem, p. 53.

⁶⁵ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Guerra do Paraguai: Estados Nacionais e Regiões-Províncias no espaço Platino”. Cópia cedida pelo autor, p. 27.

redundando no desencadeamento da Guerra do Paraguai. Penalizados pelos custos econômicos e políticos do conflito, que acreditavam muito mais pesados que os encargos de outras províncias, a Guerra do Paraguai não foi atenuadora dos sentimentos de repúdio ao governo central, e ratificou a postura dos “senhores guerreiros” de resistência às autoridades nacionais.⁶⁶

Com a ameaça de intervenção brasileira, o presidente Berro trata de buscar apoio à causa dos *blancos*. Para isso, envia várias missões diplomáticas à Assunção e consegue apoio formal, mas não documentado, do Paraguai de Solano López. Além disso, em 30 de agosto de 1864, o governo paraguaio dá um ultimato ao governo imperial quando divulga uma nota afirmando que, caso o Brasil interviesse militarmente no Uruguai, o Paraguai não iria tolerar, visto que essa atitude brasileira poderia colocar em risco o equilíbrio político regional⁶⁷.

O governo imperial, supondo que esta ameaça fosse um blefe de Solano López, não dá atenção ao ultimato paraguaio e realiza uma manobra de ocupação no Uruguai, em outubro de 1864, depondo o presidente Aguirre e levando ao poder o caudilho *colorado* Venâncio Flores. Sentindo-se menosprezado pelo Império brasileiro, Solano López rompe relações com o Império contra quem declara guerra. Sua primeira atitude foi aprisionar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que navegava em direção a Mato Grosso, levando o novo presidente dessa província a bordo. No dia 28 de dezembro de 1864, López ataca o Brasil, tomando o forte de Coimbra, na província de Mato Grosso. O próximo passo seria atacar pela banda oriental. Contando que a Argentina se posicionaria neutra à respeito do conflito que se iniciara Solano López, na tentativa de alcançar o Rio Grande do Sul, solicita à Bartolomé Mitre autorização para passar com seu exército pela província de Corrientes. Tendo seu pedido negado por Mitre, Solano López declara guerra à Argentina, invadindo a província de Corrientes em abril de 1865.

Segundo o raciocínio de López, o Paraguai entraria no conflito contando com o apoio dos *blancos* uruguaios e dos federalistas argentinos de Entre Rios e Corrientes. Dessa forma, a

⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 36

⁶⁷ MENEZES, Alfredo da Mota. *op. cit.*, 1998, p. 95.

guerra com o Brasil seria ganha rapidamente. López imaginava que enquanto os blancos disputariam com os colorados o governo no Uruguai, os federalistas de Entre Rios e Corrientes enfrentariam os unitários de Bartolomé Mitre. Sobraria então para o Paraguai enfrentar sozinho o despreparado e desorganizado exército brasileiro, contra quem possivelmente venceria uma guerra “relâmpago”.

Mas não foi isso que aconteceu. Quando invadiu Corrientes, López despertou um sentimento ainda desconhecido por grande parte dos argentinos: o nacionalismo. López não imaginava que sua atitude seria, talvez, o primeiro grande passo para a unificação do Estado argentino. No Uruguai, após a ocupação brasileira, os líderes *blancos* foram exilados e, ao mesmo tempo em que Solano López perdeu um aliado, o Império brasileiro havia ganhado outro, já que os *colorados* se posicionaram a favor do Brasil⁶⁸.

Observando esse cenário de intensa movimentação política na bacia do Prata, visualizamos claramente os motivos que levaram ao confronto armado. Além de um intrigante jogo de interesses e vaidades, as movimentações políticas internas nos países platinos nos mostram que a guerra do Paraguai não era necessária, mas não havia como não acontecer. O grande número de questões pendentes e a falta de um corpo diplomático qualificado por parte de alguns dos envolvidos, certamente foram elementos catalisadores para que as armas fossem usadas como única solução possível naquele momento.

Um balanço do conflito

Existem muitas divergências no âmbito da historiografia sobre os motivos que levaram ao conflito armado, como pudemos observar. Mas, talvez seja mais confusa ainda a historiografia que se propôs a fazer um balanço da Guerra do Paraguai. O número total de mortos em cada uma das partes envolvidas, os reflexos no cenário regional e internacional, os

gastos militares e as indenizações de guerra são alguns desses pontos que nos instigam a uma pesquisa mais aprofundada.

Talvez a maior controvérsia historiográfica sobre os balanços feitos sobre a guerra do Paraguai esteja na quantidade de vidas perdidas durante o conflito armado. Antes de tudo é importante dizer que os dados a respeito da população paraguaia do período anterior à guerra já eram contraditórios. Existem sobre o tema estudos como o de Richard Burton⁶⁹ que concluiu que a população paraguaia do pré-guerra girava em torno de 400 mil a 450 mil habitantes. Já para a historiadora demográfica norte-americana Vera Blinn Reber⁷⁰ o Paraguai teria, no início da guerra, uma população entre 285.000 e 318.000 habitantes. É importante ressaltar que seu estudo foi feito com a metodologia demográfica, que estima a população de acordo com o crescimento demográfico calculado tendo por base o crescimento nas outras nações latino-americanas no período em questão. Ainda segundo os dados de Reber, teriam morrido durante a guerra entre 24.000 e 58.000 cidadãos paraguaios.

A descoberta de um censo feito em 1870 recentemente reacendeu as pesquisas acerca da população paraguaia no período estudado. Em 1999, dois historiadores, Thomas Whigham e Barbara Potthast⁷¹, apresentaram um novo estudo sobre a população guarani. Para estes historiadores, o Paraguai tinha, antes da guerra, entre 420 mil e 450 mil habitantes. Já para o ano de 1870, segundo a pesquisa, o prognóstico era entre 141.000 e 166.000 habitantes, o que demonstraria que a guerra teria reduzido a população em cerca de 60% a 69%. A grande disparidade entre os resultados apresentados pelos pesquisadores demonstra a ausência de fontes documentais mais confiáveis sobre o assunto. Vale ressaltar que a maior parte da

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 149.

⁶⁹ BURTON, Sir Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

⁷⁰ REBER, Vera Blinn. "The Demographics of Paraguay: A Reinterpretation of the Great War, 1864-70". In: *Hispanic American Historical Review*, vol.68, n°2, May 1988, pp. 289-319, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, pp.455-6

⁷¹ WHIGHAM, Thomas e POTTHAST, Barbara. "The Paraguayan Rosetta Stone: new Insights into the Demographics of the Paraguayan War, 1864-70". In: *Latin American Research Review*, vol.34, n°1, 1999, pp.179-81, 184-5, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. Op. cit., 2002, p.457.

mortalidade ocorrida não se deu em razão dos combates, mas, em sua maioria, devido a doenças, fome ou exaustão dos soldados⁷².

Os dados sobre o exército brasileiro são um pouco mais precisos. Baseados em alguns diários de guerra e em outras publicações, esses dados afirmam que o Brasil levou à guerra cerca de 139 mil homens e tinha uma população à época de mais de 9 milhões de habitantes⁷³. Sobre o número de perdas pelo lado brasileiro, existem algumas controvérsias. O número oficial, dado pelo Império em 1870 foi de 23.917, sendo que 4.332 foram mortos, 18. 597 feridos e 988 desaparecidos. Esse número foi considerado extremamente baixo pelos historiadores. Na *História do Exército Brasileiro*, publicada em 1972, consta que 33mil brasileiros perderam a vida no Paraguai⁷⁴. Já Dionísio Cerqueira⁷⁵ certamente exagera ao contabilizar as perdas em solo paraguaio em 100 mil soldados. Os números mais prováveis, de acordo com pesquisas mais aprofundadas, são aqueles propostos pelo Visconde de Ouro Preto, e defendidos por Francisco Doratioto de que 50 mil brasileiros tenham perdido a vida no Paraguai e cerca de mil tenham ficado inválidos.

A Argentina perdeu, por sua vez, cerca de 18 mil dos aproximadamente 30 mil soldados que enviou ao Paraguai, entre mortos e feridos. Já o Uruguai, que havia enviado 5583 homens para as frentes de batalha, teve perdas em torno de 3120 vidas ao longo da guerra⁷⁶.

No campo econômico, a guerra significou altíssimos gastos para seus envolvidos. O Paraguai, país vencido, além de ter feito gastos durante o conflito, gastaria, finda a guerra, grandes quantias em dinheiro em sua reconstrução. Além disso, se comprometia com o pagamento de todos os gastos de guerra efetuados pelos países vencedores. Mas não foi isso

⁷² DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p.456 e p.483.

⁷³ TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956-60, vol. IV, p.220.

⁷⁴ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército brasileiro*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, vol.2 apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p.461.

⁷⁵ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p.336.

que aconteceu, já que as dívidas de guerra não foram pagas⁷⁷. Essa era uma das cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança. Para o Império brasileiro o conflito com o Paraguai significou um grande rombo nos cofres públicos. Existem duas estimativas para o total dos gastos feitos pelo Brasil: a primeira foi feita pelo Ministério da Fazenda, que também foi encarregado de elaborar o valor da indenização pela guerra e foi orçada em 460.718 contos de réis; a outra estimativa, feita pelo Tesouro Real afirmava um gasto da ordem de 614 mil contos de réis. A grandiosidade desses valores pode ser percebida quando se tem o conhecimento de que o orçamento do Império brasileiro para o ano de 1864 foi de 57 mil contos de réis. Ou seja, a Guerra do Paraguai custara aos cofres Imperiais, nada mais nada menos, que a bagatela de 11 anos de orçamento público.

Paradoxalmente, a guerra significou, para alguns comerciantes argentinos e brasileiros (principalmente do Rio Grande do Sul), uma excelente oportunidade de obter altos ganhos, sobretudo com a venda de carne e couro às tropas aliadas. Gustavo Barroso se revolta ao afirmar que, até mesmo, o General Bartolomé Mitre teria interesse e, propositadamente, havia prolongado a guerra “Daí conflitos de competência de comando e a inércia proposital de Mitre, prolongando a guerra e sacrificando as nossas tropas para favorecer seu país, que se enriqueceu com o nosso ouro e se desenvolveu graças aos nossos erros”⁷⁸.

Já no plano político, a guerra significou para o Império o ponto mais alto do sentimento de unificação nacional, já que o conflito armado havia despertado o sentimento nacionalista em todas as partes do país. Esse fortalecimento da identidade nacional é normal quando observamos outras guerras que aconteceram na história a partir da formação dos Estados Nacionais. Para a Argentina, embora num primeiro momento tenha despertado o sentimento de nacionalidade, os movimentos de oposição à guerra se tornaram cada vez mais

⁷⁶ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p.462.

⁷⁷ Apesar de as dívidas de guerra terem sido estipuladas nos tratados de paz, essas, efetivamente, nunca chegaram a ser cobradas e vieram a ser perdoadas algum tempo depois.

⁷⁸ BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 207.

fortes, ao ponto de o General Mitre perder a eleição presidencial no ano de 1868 para Domingos Faustino Sarmiento. No Uruguai, a guerra nunca teve grande apelo popular e o envolvimento do país na guerra não pôs fim à instabilidade política que perdurou mais alguns anos.

Para o plano regional, finda a guerra, o Império permaneceu irredutível em um de seus objetivos principais para a bacia do Prata, que era o de conter as pretensões argentinas de anexar o Paraguai, ou de incorporar todo o Chaco, como determinava o Tratado da Tríplice Aliança. O governo imperial queria, assim, impedir o aumento das fronteiras entre os dois países, bem como impedir o monopólio argentino sobre a bacia do Prata. O Império conseguiu estabelecer a fronteira com o Paraguai nos pontos onde desejava, coerentemente, os mesmos que foram propostos por José Maria da Silva Paranhos a Carlos López nas missões diplomáticas Imperiais na década de 1850⁷⁹.

A Argentina, por sua vez, desejava a posse do Chaco paraguaio, como determinava o Tratado da Tríplice Aliança, mas acabava tropeçando em seus próprios erros, como na declaração de seu chanceler Mariano Varela em dezembro de 1869, que dizia que a vitória militar não daria direito aos países aliados de imporem as fronteiras ao Paraguai⁸⁰. Apoiado nessa declaração e contando com o apoio do Império do Brasil, o Paraguai conseguiu conter as pretensões argentinas sobre seu território.

Controvérsias da Historiografia

Durante o trabalho de pesquisa, nos deparamos com uma importante divergência historiográfica a respeito de como era o Paraguai antes do conflito com Brasil, Argentina e

⁷⁹ A fronteira entre os dois países ficou estabelecida pelo Tratado de Paz como sendo no rio Apa, sendo desconsiderado o rio Igurei, como constava no Tratado da Tríplice Aliança.

⁸⁰ Nota do governo argentino ao governo paraguaio, Buenos Aires, 27/12/1869, Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros, 1870, pp.109-110.

Uruguai que merece aqui uma análise mais detida. Encontramos alguns historiadores da década de 1960/70 que defendem um Paraguai autônomo, industrializado e desenvolvido, fato que incomodaria até mesmo a principal potência mundial no século XIX, a Inglaterra, e que teria sido o grande elemento catalisador para o desencadear da Guerra.

Essa corrente historiográfica apresentava o Paraguai como uma potência entre os países da América do Sul, auto-sustentável, com igualdade social e com um sistema educacional avançado. Seu exército permanente era maior e mais bem treinado do que qualquer outro da América do Sul, além de extremamente disciplinado. O Paraguai teria tudo isso graças a seus ditadores que centralizaram em suas figuras todo o poder e responsabilidades possíveis, fechando suas portas à entrada do capitalismo britânico e a qualquer interferência externa. Dessa forma, o país teria fugido da inserção no sistema capitalista mundial, evitando que se tornasse mais uma nação dependente do capital estrangeiro, principalmente o oriundo da Inglaterra. Por isso, Brasil e Argentina teriam sido manipulados pela Inglaterra para combater o desenvolvimento autônomo do Paraguai e abrir o mercado do país platino ao capital estrangeiro. Esse grupo de escritores (chamados de revisionistas) reconstrói a imagem dos ditadores paraguaios, apresentando-os como verdadeiros defensores dos interesses paraguaios, que teriam assumido uma postura de estadistas pensando exclusivamente no desenvolvimento econômico de seu país. Destaca-se aí a figura de Solano López, como exímio general de guerra e grande líder antiimperialista⁸¹.

⁸¹ Dentro desse grupo de historiadores, destacamos León Pomer, historiador argentino, que publicou obras como *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*, onde Pomer se utiliza de estudos feitos com base nos empréstimos ingleses a Brasil e Argentina para defender a tese de que o governo britânico desejava a guerra. Outro grande defensor dessa tese foi o jornalista Júlio José Chiavenatto com o seu *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. Para Chiavenatto, a Inglaterra, ao destruir o Paraguai, consolidaria sua posição hegemônica na América do Sul, acabando com seu último Estado independente e livre em relação ao capitalismo. Assim, abriria mais um mercado para seus produtos manufaturados. POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1981 e *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição São Paulo: Global Editora, 2001; CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Essa forma de representar o Paraguai da primeira metade do século XIX pode estar relacionada à conjuntura, sobretudo política, vivida pelos autores revisionistas no momento da publicação de suas obras. Estas surgem num contexto regional de Ditaduras, tanto no Paraguai (com o General Alfredo Stroessner), quanto no Brasil (com o Golpe de 64) e, por outro lado, de Guerra Fria, onde se fortalecia a luta contra imperialismo norte-americano. Esses elementos levaram ao surgimento de uma literatura de esquerda que buscava, no Brasil, combater a figura dos Heróis Militares, que levou a uma interpretação do Império do Brasil como o causador da Guerra. Enquanto isso, no Paraguai, buscava-se reconstruir e enaltecer as figuras dos Heróis Nacionais, sobretudo de Solano López, o que fez com que essa vertente ganhasse tamanho eco na historiografia da época.

Isso é o que Edward Said⁸² chama de distinção entre conhecimento puro e conhecimento político. Said afirma que por mais acadêmico que o conhecimento possa ser, é difícil separá-lo das circunstâncias da vida, sobretudo quando vai se representar alguma coisa. Portanto, os revisionistas certamente foram influenciados pela conturbada conjuntura internacional contemporânea em que viviam, fato que se refletiu em suas obras.

Outra vertente surgiu no início da década de 1980 com o objetivo de desmistificar a idéia de que o Paraguai era uma potência, tanto regional e, muito menos, mundial como defendia o revisionismo histórico da década de 1960. Ao contrário do que defenderam Chiavenatto e Pomer, o Paraguai é visto pelos neo-revisionistas como um país predominantemente agrário, concentrado na produção de mate. Além disso, contava com apenas uma indústria em todo o seu território, que, segundo evidências expostas por alguns autores, teve quase que somente fins bélicos⁸³. E mais, as condições de vida da população

⁸² SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1979.

⁸³ Alfredo Menezes expõe dados retirados de outros autores que mostram que a fundição que funcionava no Paraguai à época tinha como maiores produtos armas e munições. MENEZES, Alfredo da Mota. op. cit., 1998, p. 45.

eram muito ruins. É difícil acreditar que a Inglaterra sentiu, em algum momento, que sua hegemonia na região do Cone Sul na época fosse ameaçada pelo Estado Paraguaio.

Capítulo 2

As relações entre o Brasil e o Paraguai durante a ocupação militar de Assunção (1869-1876)

O ano de 1868 foi decisivo para o fim da guerra da Tríplice Aliança. A tomada e a passagem da fortaleza de Humaitá pelos exércitos aliados significou o acesso direto para os navios brasileiros a Assunção. Dessa forma, o exército aliado iniciou a ocupação do território paraguaio, em 1º de janeiro de 1869, avançando com suas tropas pela capital do país. Assunção se encontrava praticamente deserta, pois já havia sido desocupada por Solano López. Os soldados brasileiros se encarregaram então de saquear a capital paraguaia. Francisco Doratioto cita os saques de várias embaixadas estrangeiras naquela ocasião⁸⁴.

Outro fato importante ocorrido logo após a ocupação de Assunção foi a retirada do comandante do exército aliado, o duque de Caxias, do campo de batalha por não concordar mais com a guerra e por motivos de saúde. Este veio a ser substituído pelo conde d'Eu, genro de Pedro II, casado com a princesa Isabel.

É nesse momento, também, que a guerra muda bastante o seu foco: saem as grandes batalhas armadas e entram as grandes jogadas diplomáticas.

La guerra cambia de forma y estrago. Desaparecen los ejércitos y las masas combatientes y le sucede una lucha singular entre los hombres elegidos que desempeñan las altas funciones de gobierno.⁸⁵

Porém, o fim da guerra ainda estava longínquo, já que os governos aliados só dariam por terminado o conflito depois que o Marechal Solano López fosse preso, morto ou expulso

⁸⁴ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, pp.384-385.

⁸⁵ CÁRCANO, Ramón J. Guerra del Paraguay; acción e reacción de la Triple Alianza. Buenos Aires: Ed. Domingo Vian y Cia., 1941, vol. I, p. 363.

do Paraguai. Isso só viria a acontecer um ano depois, no dia 1º de Março de 1870 com a morte do general paraguaio em Cerro Corá, após uma grande perseguição realizada pelo exército aliado. Desde o início da ocupação, o Brasil buscou participar ativamente da estabilização política do Paraguai, procurando mantê-lo independente e em sua órbita de influência.

O estabelecimento do governo provisório

Com a ocupação feita pelas tropas aliadas, Assunção se transformou em um grande acampamento militar. A cidade tornou-se um centro comercial, com cerca de duas mil casas de negócios, além de ser um destino muito procurado por refugiados de guerra, doentes e pobres vindos de todas as partes do país⁸⁶. Mas a cidade não contava com infra-estrutura suficiente para suportar tal contingente. Os próprios integrantes do exército imperial eram quem exerciam as funções administrativas na capital paraguaia. Para julgar problemas ocorridos entre civis, foi criado um Tribunal Militar Misto composto por três brasileiros, três argentinos e um uruguaio.⁸⁷

De maneira gradual, as edificações foram reconstruídas, os campos voltaram a ser cultivados, assim como as atividades comerciais. É importante ressaltar que, nesse momento, as mulheres paraguaias tiveram um papel importante, pois com a escassez de homens com o fim da guerra, elas tiveram que exercer diversas funções que antes eram de responsabilidade dos homens. Por outro lado, segundo Maria Adenir Peraro, houve um movimento imigratório de algumas dessas mulheres em direção ao Brasil, sobretudo à Província de Mato Grosso⁸⁸.

⁸⁶ MELLO, Francisco Ignácio Homem de. Viagem ao Paraguai. *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, v. 36, 1873, p.31, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. “Guerra do Paraguai”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211.

⁸⁷ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. “Guerra do Paraguai”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). Op. cit., 2006, p. 211.

⁸⁸ PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidade. *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá, v. 2, n.1, pp. 121-134. jan-jun. 2001.

Muitos estrangeiros também serão incorporados nesse “novo Paraguai”, tomando parte como comerciantes, artesãos, donos de embarcações etc..

O governo imperial enviou então, em fevereiro de 1869, uma missão especial chefiada pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos, que tinha como principal meta estabelecer um governo provisório paraguaio com quem se pudesse assinar a Paz. Essa era uma forma de o Império afirmar o Paraguai como uma nação independente e, dessa forma, conter as pretensões territoriais argentinas, especialmente sobre a região do Chaco. O governo escolhido deveria se comprometer a apoiar os aliados na luta contra López. Além disso, deveria aderir, na íntegra, às determinações contidas no Tratado da Tríplice Aliança.

Na disputa pelo governo provisório paraguaio se formaram dois grupos políticos: os *bareiristas* ou *Club del Pueblo*⁸⁹, liderados por Cándido Bareiro, primo de Solano López e ex-representante do governo lopizta na Europa, que somou as forças dos conservadores paraguaios; e os *decouistas* ou *Gran Club del Pueblo*⁹⁰, formado por jovens, liderados por Juan Francisco Decoud, candidato reformista, e por Facundo Machaín, com ideais liberais. Paranhos realizou, então, uma reunião em Assunção com representantes dos dois círculos políticos, expondo que seria necessário que o novo governo paraguaio concordasse com os termos do Tratado de 1º de Maio de 1865, para ter o apoio do Rio de Janeiro. Enquanto os *bareiristas* concordaram com a proposta de Paranhos, os *decouistas* solicitaram mais tempo para um exame detalhado sobre as perdas territoriais paraguaias.

Na verdade, as duas correntes políticas não tinham grandes diferenças em suas ideologias:

Sin diferencias ideológicas fundamentales, ambas nucleaciones agrupaban por igual a veteranos de la defensa y a antiguos “legionarios”, pudiendo considerarse más autoritarista al “Club del Pueblo” y también más permeable a las presiones de los generales de las fuerzas aliadas de ocupación.⁹¹

⁸⁹ VELASQUEZ, Rafael Eladio. *Breve historia de la cultura en el Paraguay*. Assuncion: (?), 1985, p.180.

⁹⁰ Idem, ibdem.

⁹¹ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p. 180

Como não chegaram a um acordo, Paranhos resolveu montar uma comissão formada por quatro representantes, dois de cada facção, para encaminharem a formação de um governo capaz de negociar com os aliados. Caso contrário, poderia instalar-se um governo militar no Paraguai. Entre os *bareiristas* foram indicados Félix Egusquiza, ex-representante de López em Buenos Aires, e Bernardo Valiente; entre os *decouistas* foram indicados Carlos Loizaga e o próprio Juan Francisco Decoud, que veio a desistir de participar da comissão, indicando para seu lugar José Díaz Bedoya. Outro que se recusou a participar da comissão foi Loizaga, que alegou ser inimigo de Egusquiza. A comissão acabou por ser formada por apenas três membros⁹².

Após a constituição dessa comissão, Paranhos intensificou as conversações com o ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela e com o representante uruguaio, Adolfo Rodríguez, sobre o governo provisório. Depois de alguns meses de complicadas reuniões, em 2 de junho de 1869, os representantes aliados assinaram dois protocolos. O primeiro estabelecendo a criação do governo provisório paraguaio, composto por três membros eleitos pelos cidadãos guaranis, se comprometendo a agir em acordo com as forças aliadas, mas mantendo sua liberdade e sua soberania nacional. O segundo protocolo estabelecia os termos de aceitação do governo provisório, determinando que as autoridades eleitas não poderiam tratar com Solano López ou qualquer pessoa que estivesse sob sua influência.

Assim que foi autorizado o estabelecimento do governo provisório no Paraguai, os grupos políticos começaram a se organizar para a disputa. É relevante notar que começava aí um alinhamento mais estreito dos dois grupos políticos locais, com as duas principais nações aliadas: os *bareiristas* com o Brasil, e os *decouistas* com a Argentina. Esse alinhamento, no entanto, não correspondia à subordinação. Os dois grupos tinham como principal meta manter o Paraguai livre e independente dos outros países. Após a constituição de uma comissão

⁹² DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, pp.423-424.

formada por 21 cidadãos paraguaios, que veio a indicar um “Comitê Eleitor” formado por cinco membros, foi eleito o governo provisório paraguaio composto por Carlos Loizaga, José Díaz Bedoya e Juan Francisco Decoud. Este último foi recusado pelo representante brasileiro Paranhos, porque seu filho, Juan José, escrevia artigos considerados antibrasileiros. Para o seu lugar foi escolhido Cirilo Rivarola⁹³.

O governo assumiu em 15 de agosto de 1869, aceitando as condições estabelecidas pelos aliados para seu reconhecimento. Seu primeiro decreto foi proibir os paraguaios de continuarem a servir Solano López⁹⁴, além de declarar ser dever dos cidadãos paraguaios contribuir para a vitória dos aliados⁹⁵. Uma curiosidade é que, nos decretos, acrescentava-se à data: “*ano 1º da liberdade da República do Paraguai*”⁹⁶. Em 19 do mesmo mês, Paranhos relatou a entrega da jurisdição civil do país ao governo provisório.

Logo que assumiu, o governo provisório se deparou com uma situação de tensão, pois a Argentina, a essa época governada por Domingo Faustino Sarmiento, havia instalado uma guarnição em Villa Ocidental como uma forma de tentar proteger um território que, segundo o Tratado da Tríplice Aliança, havia sido ganho pela Argentina com a vitória na Guerra do Paraguai. Porém, o próprio chanceler argentino, Mariano Varela, declarou que o fato de guerra estar ganha pelos Aliados, não daria o direito dos mesmos imporem limites ao Paraguai.⁹⁷ Essa declaração praticamente afirmava que os argentinos estariam dispostos a abrir mão da posse do Chaco. Esse fato desagradou imensamente ao ex-presidente argentino, Bartolomé Mitre, que desejava uma política externa mais agressiva quanto ao Paraguai. É

⁹³ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, pp. 430-431.

⁹⁴ Nota dos triúmviros para Paranhos, Assunção, 15/08/1869, Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros (RRNE), 1872, Anexo I, p.82. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

⁹⁵ Nota das autoridades constituídas para Paranhos, ratificando a nota de 15/08, Assunção, 18/08/1869, RRNE, 1872, Anexo I, p.91. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

⁹⁶ Decretos do governo provisório de 17/08/1869, RRNE, 1870, pp.81-2. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

⁹⁷ Nota do governo argentino ao governo paraguaio, Buenos Aires, 27/12/1869, RRNE, 1870, pp. 109-110 apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, pp. 463-464.

importante lembrar que, mesmo tendo sido derrotado por Sarmiento nas eleições de 1868, Mitre contava com grande respeito da população argentina.

1870: O começo da reorganização paraguaia

Após a morte de Solano López em 1º de Março de 1870, os governos aliados, através das ações de seus representantes buscaram restabelecer a paz com o Paraguai. Porém, os governos de Brasil e Argentina buscavam defender seus interesses sobre o país guarani e tentavam colocar o governo provisório paraguaio sob sua órbita de influência. Nesse momento se destaca a figura do diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Este terá um papel importantíssimo na defesa dos interesses do Império com relação ao Paraguai, bem como acompanhando o restabelecimento do país guarani. Ramón Cárcano chega a afirmar que no Rio de Janeiro chamava-se popularmente a Rio Branco de “*el virrey de Paraguay*”⁹⁸.

No dia 9 de maio de 1870, os representantes plenipotenciários do Império Brasileiro, José Maria da Silva Paranhos, da Argentina, Mariano Varela, e do Uruguai, Adolfo Rodríguez, iniciaram uma série de reuniões em Buenos Aires com o objetivo de modificar o acordo de 02/06/1869.⁹⁹ O novo acordo modificado, foi oficialmente apresentado e assinado no dia 20 de junho e foi tido pelos aliados como um Tratado preliminar de paz.

Logo no primeiro Artigo desse acordo, ficava restabelecida a paz entre a República do Paraguai e as nações aliadas¹⁰⁰. Além disso, reiterava a aceitação pelo governo provisório do Tratado de 1º de Maio de 1865 como condição primordial para a paz, franqueava a todos os países aliados a navegação dos rios Paraná e Paraguai e garantia o apoio dos aliados para a

⁹⁸ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, p. 373.

⁹⁹ Protocolo de 09/05/1870, RRNE, 1870, Anexo I, p.4. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007. O Acordo citado de 02/06/1869 também se encontra disponível no referido site.

reestruturação política do país guarani. Os aliados se comprometiam, também, a só negociar os Tratados definitivos de paz depois da eleição do governo permanente¹⁰¹.

Ao assinar o acordo no dia 20 de junho, o governo provisório assumiu o compromisso de realizar eleições num prazo de três meses a partir da assinatura, ou seja, no dia 20 de setembro. Caso os paraguaios não conseguissem cumprir esse prazo, os países aliados deveriam intervir no sentido de apressar a realização dessas eleições.

No entanto, as eleições paraguaias somente foram realizadas no dia 24 de novembro de 1870. No dia 25 sagraram-se vencedores Cirilo Antônio Rivarola como presidente e Caio Miltos como vice-presidente¹⁰². Além disso, houve no mesmo dia, o juramento à Constituição paraguaia, a primeira da história do país, composta com base nas Constituições dos Estados Unidos, da Argentina e de outros países.

É interessante observar que o pai de Cirilo Rivarola, Juan Bautista Rivarola era congressista no Paraguai em 1841, quando, durante uma assembléia presidida pelo futuro presidente Carlos López, chegou a propor a criação de uma Constituição do país que entrasse em vigor antes da escolha do novo Ditador. Porém, sua idéia foi vetada rispidamente por López e por outros congressistas, obrigando Juan Bautista a isolar-se em sua estância em Barrero até sua morte em 1858.¹⁰³

Mais tarde, quando foi eleito Solano López como novo presidente, Cirilo Rivarola, ainda jovem, desejava ser eleito deputado. Um de seus projetos para alcançar este objetivo era a implementação de uma Constituição no Paraguai, fato que foi reservadamente comentado com pessoas próximas à Rivarola. Mas Rivarola foi delatado e preso, permanecendo incomunicável em Cerro León durante cinco anos do regime de Solano López.¹⁰⁴

¹⁰⁰ Idem, ibdem. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁰¹ Protocolo de 09/05/1870, RRNE, 1870, Anexo I, pp.4-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁰² Governo Permanente, 25/11/1870, RRNE, 1870, p.5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁰³ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, p. 368.

¹⁰⁴ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, p. 368.

Durante a guerra, López ordenou que toda a família de Rivarola fosse executada, o que não aconteceu devido à rápida percepção de uma irmã de Rivarola que escondeu toda a família em uma estância onde o exército paraguaio sofreu uma derrota. Com a ocupação de Assunção, Rivarola trabalhou intensamente para o estabelecimento do governo provisório. E desde o estabelecimento do triunvirato como governo provisório, Rivarola se destacou em relação aos outros dois eleitos.¹⁰⁵ Toda essa vida de dedicação ao Paraguai, pode justificar sua vitória na eleição, bem como a rapidez na implementação da constituição paraguaia.

De inspiração liberal, a Constituição paraguaia reconhecia, em sua Carta Magna, seu princípio de soberania e a divisão dos poderes. O Poder Legislativo, bicameral, era composto por um Senado e uma Câmara dos Deputados e era o responsável pela criação e aprovação das leis. O Poder Executivo era exercido por um Presidente da República, que deveria ser nascido no Paraguai, cristão, ter mais de 30 anos e ser eleito por sufrágio indireto, para um mandato de quatro anos, não podendo ser reeleito por um período inferior a dois mandatos contados a partir do término do seu. Era assistido por cinco Ministros, nomeados pelo próprio presidente, que tinha o poder de substituí-los quando achasse necessário. Seu substituto direto era o Vice-Presidente, eleito na mesma eleição, e era responsável por presidir o Senado. Já o Poder Judiciário consistia no Superior Tribunal de Justiça, composto por três membros nomeados pelo Executivo, aprovados pelo Senado, e pelos tribunais e juizados inferiores.¹⁰⁶ Além disso, a constituição de 1870 consagrava a propriedade privada, com os bens confiscados antes da guerra sendo paulatinamente privatizados nas décadas de 1870 e 1880.¹⁰⁷

A espécie de “protetorado” que o Império mantinha sobre o Paraguai não era bem vista pela opinião pública na Argentina. Muitos jornais argentinos acusavam o Império de, nessa aproximação, estar incitando tanto o Paraguai a bater de frente com algumas

¹⁰⁵ Idem, ibidem, p. 369.

¹⁰⁶ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p.179.

deliberações expostas no Tratado da Tríplice Aliança, como de estimular revoltas separatistas na província de Entre Rios. Além disso, cobravam uma firmeza maior do Governo argentino sobre o Paraguai.

A soma desses fatores levou o presidente argentino, pressionado pelos maus resultados de sua política externa, a substituir em agosto o ministro das Relações Exteriores, Mariano Varela, por Carlos Tejedor, de temperamento mais forte, com o intuito de mudar a política argentina para o Prata. Essa alteração consistia, basicamente, em pôr um fim na Aliança com o Império, bem como estabelecer os limites com o Paraguai de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança¹⁰⁸. Nesse momento, ficaria clara a posição contrária do Paraguai e do Império do Brasil frente a essa ambição dos argentinos.

Essas mudanças de postura diplomática propostas por Sarmiento foram vistas por Ramón Cárcano da seguinte forma:

La diplomacia argentina parece un cuerpo suelto, lanzado en dirección incierta, que choca en el camino y vuelve de rebote al sitio primitivo en busca de outro rumbo. La diplomacia brasileña, presenta un cuerpo indivisible, en marcha inalterable, de movimientos regulares hacia un objeto marcado.¹⁰⁹

1871: a busca pela Paz

Com a eleição do novo presidente paraguaio, os países aliados começaram a se movimentar no intuito de assinarem logo um tratado de paz com aquele país. No Brasil, no dia 07 de março era nomeado para o cargo de novo presidente do Conselho de Ministros, o Visconde do Rio Branco. Depois de várias reuniões, em 25 de janeiro de 1871 foi assinado

¹⁰⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. 1989. 304 f. Tomo 2. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1989, p. 417.

¹⁰⁸ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, p. 379.

¹⁰⁹ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, p. 382.

um Acordo Prévio entre os aliados, em Buenos Aires, onde estavam expostas as condições a serem oferecidas ao governo paraguaio para a paz.

Nesse acordo, os países aliados declaravam “paz perpétua” ao Paraguai, fixavam a dívida de guerra, mas deixavam as questões de limites para serem tratadas posteriormente. Essa deveria ser reclamada em um prazo máximo de dois anos a partir da assinatura do referido acordo. Também se franqueava a todas as nações a navegação dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, com exceção para os navios de guerra de nações não ribeirinhas. Além disso, se adotaria uma política uniforme de navegação e polícia dos referidos rios pelas nações ribeirinhas. Os países aliados se comprometiam, mais uma vez, a respeitar a soberania e independência do Estado paraguaio e, assinado o acordo, a retirar suas tropas das terras paraguaias num prazo máximo de três meses e restituir os prisioneiros de guerra.¹¹⁰

Em 09 de agosto João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do governo imperial, com a missão de ser o representante imperial, juntamente com o representante argentino, Manuel Quintana, e o representante uruguaio Adolfo Rodríguez, no grupo que iria discutir e negociar o Tratado de paz com os paraguaios. No dia 03 de novembro, o grupo apresentou suas credenciais ao Presidente da República do Paraguai esclarecendo seu caráter diplomático e iniciando as negociações.¹¹¹

No entanto, surgiram durante as negociações, entre os plenipotenciários do Brasil e da Argentina, sérias divergências sobre uma cláusula referente ao desejo do governo brasileiro de proibir o governo paraguaio de construir qualquer tipo de fortificação ou bateria nas ilhas ou ao longo do curso do rio da Prata, que pudessem impedir a livre navegação. O plenipotenciário argentino argumentava que a câmara de deputados de seu país desaprovava

¹¹⁰ Negociações e ajustes definitivos de paz com a Republica do Paraguay, 25/01/1871, RRNE, pp.3-18. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹¹¹ Negociações e ajustes definitivos de paz com a Republica do Paraguay, 25/01/1871, RRNE, pp.3-18. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

tal artigo. Já o Barão de Cotegipe dizia que se o protocolo foi aprovado em parte previamente por representantes aliados, não poderia ser desaprovado por outros. Além disso, como de costume, tinha o apoio do plenipotenciário uruguaio na referida questão.¹¹²

Outra divergência surgiu sobre a questão dos direitos sobre a demarcação de novas fronteiras entre a Argentina e o Paraguai. O plenipotenciário argentino queria afirmar a cláusula do Tratado de 1º de Março de 1865 que tratava da posse do Chaco pela Argentina. Porém, o plenipotenciário brasileiro achava essa decisão um tanto quanto prematura, e que deveria ser discutida posteriormente entre os governos argentino e guarani. Segundo Cotegipe, seria impossível que todos os países envolvidos saíssem satisfeitos caso a questão de limites fosse resolvida naquele momento. Certamente o Paraguai sairia prejudicado, caso houvesse uma definição com todos os aliados ao mesmo tempo.¹¹³

Esses episódios culminaram com o retorno do plenipotenciário argentino a Buenos Aires deixando, assim, o caminho livre para que Cotegipe pudesse negociar a paz em separado com o governo paraguaio, rompendo um dos principais artigos do Tratado de 1º de Maio de 1865, o de número 6, no qual os países aliados se comprometiam a não negociar a paz em separado com o Paraguai¹¹⁴. O governo imperial argumentou, no entanto, que o acordo de paz entre as nações aliadas e o Paraguai já havia sido assinado. Começava a ser discutido, agora, entre o Brasil e o Paraguai, as negociações de paz, amizade, limites e navegação.

A postura do plenipotenciário argentino, como podemos observar, demonstra o interesse de seu país em obter parte do território paraguaio. Para o Brasil, se o Tratado da Tríplice Aliança fosse mantido na íntegra, o Paraguai ficaria envolto num “abraço apertado”

¹¹² Idem, ibdem.

¹¹³ Negociações e ajustes definitivos de paz com a Republica do Paraguay, 25/01/1871, RRNE, pp.3-18. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹¹⁴ Tratado as Tríplice Aliança, 01/05/1865, RRNE, 1872, anexo I, pp. 1-28. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

pelo vizinho, o que acarretaria interferências do vizinho argentino e, possivelmente, dificultaria sua sobrevivência como Estado independente.

1872: O Tratado Loizaga-Cotegipe e a política externa ativa do Império

Com a retirada do ministro plenipotenciário da Argentina para Buenos Aires, o Barão de Cotegipe recebeu do governo paraguaio uma nota na qual este indagava sobre a posição brasileira frente à decisão do enviado argentino. O governo paraguaio desejava saber se realmente cessariam as negociações entre este e os aliados, devido aos acontecimentos¹¹⁵.

Cotegipe respondeu:

Nenhuma dúvida tenho em abrir negociações para o ajuste das questões pendentes entre o Brazil e o Paraguay, desde que o governo da República nisso convenha e nomeie o plenipotenciário com quem eu deva tratar.

Estou convencido de que o Sr. plenipotenciário argentino fallará em nome do seu governo e não dos aliados, havendo-lhe eu communicado a resolução de entabolar negociação com o governo do Paraguay, desde que elle a isso se recusasse e sabendo que o Sr. Ministro plenipotenciário oriental achava-se de perfeito accôrdo com a minha opinião.¹¹⁶

Sendo assim, as negociações entre os dois países foram retomadas e culminaram na assinatura do Tratado Loizaga-Cotegipe, no dia 09 de janeiro de 1872.

O Tratado assinado entre os dois plenipotenciários tinha considerações a respeito da paz e amizade entre os dois países, mas, principalmente, sobre limites e navegação. Com relação aos limites territoriais, o Império conseguiu que se estabelecesse a fronteira entre os dois países no rio Apa, desconsiderando o rio Igurei como constava no Tratado. Dessa forma, o Paraguai ficaria com toda a parte de baixo da margem direita do rio Paraguai, a partir de

¹¹⁵ Nota do governo paraguaio ao plenipotenciário brasileiro, 13/12/1871, 1871, RRNE, p.16. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹¹⁶ Nota do plenipotenciário brasileiro ao governo paraguaio, 13/12/1871, 1871, RRNE, pp.16-17. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

Sete Quedas, enquanto desse ponto para cima pertenceria ao Brasil¹¹⁷. Essa fronteira coincidia com a que Paranhos propusera a Carlos López na década de 1850, e a mesma que havia sido disputada por Portugal e Espanha no século XVIII. Isso demonstra que o Brasil não tinha interesses expansionistas sobre o território do Paraguai, já que a terra concedida através desse Tratado era considerada em litígio pelos dois países há bastante tempo.

Com relação à navegação, ficou estabelecida a livre navegação dos rios paraguaios aos navios brasileiros e, dessa forma, o Império atingiu o objetivo de alcançar, por via fluvial, a província de Mato Grosso.

Outra questão importante discutida na paz assinada por Cotegipe era a da dívida de guerra, determinada pelo Tratado da Tríplice Aliança. O governo paraguaio reconheceu a dívida com o Brasil pelos gastos deste com a guerra. Porém, em uma conversa com o presidente paraguaio, Cotegipe teria dito que a dívida, que ainda seria calculada, era mera formalidade e que não seria cobrada pelo Império¹¹⁸. Além disso, o governo brasileiro reduziu intencionalmente a dívida de guerra a receber do Paraguai. Isso foi uma forma de manter certo “compromisso” do Paraguai com o Império brasileiro, além de ser uma forma usada para afastar qualquer intenção de anexação pela Argentina. Caso a Argentina anexasse o Paraguai, automaticamente assumiria a dívida de guerra do mesmo para com o Brasil. Essa dívida, em verdade, nunca foi cobrada e veio a ser perdoada nos anos de 1940 pelo governo Getúlio Vargas, em resposta a uma atitude idêntica da Argentina.¹¹⁹

Depois da assinatura do Tratado de Paz, o Barão de Cotegipe se retirou de Assunção deixando instruções ao General Guimarães, comandante das forças brasileiras no Paraguai, para que esse unisse prudência e energia, mas com o cuidado de não interferir nos assuntos

¹¹⁷ Tratado definitivo de Paz com Republica do Paraguay, 09/01/1872, 1871-4A, 1872, RRNE, pp.170-253. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹¹⁸ CÁRCAMO, Ramón J. *Guerra del Paraguay: acción y reacción de la Triple Alianza*, Buenos Aires, Domingos Vian y Cia., 1941, vol. II, p.545, apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p.465.

¹¹⁹ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p. 465.

internos do Paraguai. Essa interferência só seria permitida caso o governo legal paraguaio estivesse ameaçado.

Apesar das recomendações, a interferência acabou por ocorrer devido ao fato de dois grupos políticos paraguaios presentes no governo travarem uma luta acirrada pelo poder. De um lado, Juan Bautista Gill, presidente do Senado, um dos maiores responsáveis pela ascensão de Jovellanos ao governo. Do outro, Benigno Ferreira, Ministro do Interior, antigo aliado de Gill, contava com o apoio argentino. Tal luta se dava pela sucessão presidencial. Ambos atuavam no sentido de enfraquecer politicamente um ao outro. Doratioto alerta, no entanto, que a luta pelo poder no Paraguai se dava, não porque os dois grupos tinham diferenças ideológicas e queriam chegar ao poder para colocar em prática seus respectivos modelos políticos, mas sim, com a intenção de enriquecimento pessoal, com o dinheiro público, dado o fraco sistema de fiscalização existente no Paraguai à época.¹²⁰

Mesmo com algumas turbulências, o governo de Jovellanos mantinha certa estabilidade política no Paraguai, contando com apoio do Império. Isso permitiu que o presidente guarani tomasse uma série de medidas administrativas como a criação de novos órgãos, reconstrução de edificações, realização de empréstimos e a emissão de papel moeda paraguaio¹²¹. Mas na segunda metade do ano de 1872, Jovellanos teve de enfrentar uma conspiração organizada por Cândido Bareiro, Bernardino Caballero, Juan Francisco Decoud e outros que contava com o apoio do Cônsul argentino, Miguel Gallegos. O plano tinha como objetivo a utilização de forças argentinas e paraguaias para vencer as tropas imperiais, para que se realizasse um plebiscito popular com a intenção de anular o Tratado de Paz assinado com o Império.¹²² Mas o plano foi revelado ao Império por Bautista Gill, o que fez com que se tomasse algumas precauções, como o reforço das tropas brasileiras. Apesar de todo esse estardalhaço, o movimento não chegou a ocorrer.

¹²⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 416-417.

¹²¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 414-416.

O governo de Jovellanos chegou ao fim de 1872, de certa forma, fortalecido não só na figura do presidente, mas na de Benigno Ferreira, que era quem comandava a cena política paraguaia. O fortalecimento de Ferreira ajudou a afastar Jovellanos do Império, representado em Assunção pelo Ministro Plenipotenciário Azambuja, que já não gozava de boas relações com Jovellanos há algum tempo. Tanto que o presidente paraguaio chegou a escrever a Cotegipe e ao Visconde do Rio Branco relatando da interferência de Azambuja nos assuntos paraguaios.¹²³ Isso fez com que esse diplomata viesse a ser retirado de Assunção em fevereiro de 1873. Tem-se que levar em consideração outro fato importante. Azambuja era de certa forma, “sabotado” pelo comandante militar brasileiro em Assunção, General Guimarães. As desavenças entre os dois eram motivadas pelo fato de que, muitas vezes, quando queriam tratar com uma autoridade brasileira em Assunção, os políticos paraguaios e o próprio Presidente procuravam Guimarães e não Azambuja.¹²⁴ Essa desavença entre um comandante militar e um diplomata será, diga-se de passagem, uma tônica constante durante a ocupação de Assunção.

A reação Argentina

A atitude brasileira de assinar separadamente a paz com o Paraguai provocou reações muito negativas na Argentina. Os jornais de Buenos Aires criticaram muito o ato brasileiro. O “El Nacional” classificou a atitude como “*pérfida e desleal*”¹²⁵. Já o “La Nación”, que pertencia a Bartolomé Mitre, afirmou ser “*una alianza de los vencedores con el vencido*”¹²⁶ Iniciaram-se muitos rumores quanto a um possível conflito armado entre o Brasil e a

¹²² Idem, ibidem, p. 410.

¹²³ JOVELLANOS para COTEGIPE, Assunção, 28/01/1872. Arquivo do Barão de Cotegipe, IHGB, L. 899, p. 144 apud DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p 412.

¹²⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op.cit., 1989, pp. 413-414.

¹²⁵ Editoriais “La política de Brasil: ruptura de la Alianza” e “Lo que exige la prudencia”, *El Nacional*, Buenos Aires, 18/01/1872, p.1, e 23/01/1872, p.1, respectivamente, Biblioteca del Congreso (Buenos Aires) apud DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op.cit., 2002, p.466.

Argentina que eram, inclusive, confirmados pelo próprio presidente argentino¹²⁷. Até mesmo o Visconde do Rio Branco acreditava num conflito iminente com os argentinos.

Além da assinatura em separado do Tratado de Paz com o Paraguai, havia outras questões pendentes entre os dois países, como problemas de fronteira e incompatibilidade política, já que, no Brasil o partido conservador havia voltado ao poder. Como vimos anteriormente, os conservadores eram contra qualquer tipo de aproximação com a Argentina. O Tratado entre o Brasil e o Paraguai repercutiu até mesmo nos EUA, onde a informação de que o Paraguai teria se tornado um protetorado do Império brasileiro fez com que fosse enviada uma nota reafirmando o desejo norte-americano de que o Paraguai continuasse a ser um país republicano forte.¹²⁸

Na própria imprensa brasileira, o Tratado Loizaga – Cotegipe foi muito criticado. No periódico liberal “A Reforma”, em fevereiro, se afirmava que o Tratado não representava a paz e, sim, o pomo de discórdia entre povos que deveriam ser amigos. Já o “A República”, condenou em 31 de janeiro de 1872, o acordo, apelando para o contraste entre a política externa onerosa do Império e a pobreza do interior brasileiro.¹²⁹

Com o mal estar internacional causado pela assinatura do Tratado Loizaga – Cotegipe, o Império divulgou nota tentando justificar o Tratado em separado. Essa nota afirmava que o Artigo 16 do Tratado da Tríplice Aliança declarava que o governo do Paraguai celebraria com os governos aliados os tratados de limites. Isso conseqüentemente deveria ser feito em separado, afirmava a nota. Outro fator lembrado era que não se podia negociar com um inimigo comum dos aliados, sem que esse depusesse suas armas. Segundo o Império, o

¹²⁶ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. II, Pp. 564 e 568.

¹²⁷ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op.cit., 2002, p.466.

¹²⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 425.

¹²⁹ Idem, ibdem, p. 424.

inimigo não mais existia, desde a morte de López em 1º de março de 1870¹³⁰. No entanto, o governo argentino não aceitou esses argumentos.

Para piorar ainda mais a situação, entra em cena a Bolívia. Desde a divulgação do Tratado da Tríplice Aliança em 1865, os bolivianos demonstraram grande preocupação com as pretensões argentinas sobre a região do Chaco. Para os bolivianos, a parte do Chaco definida pelo Tratado como argentina, avançaria sobre terras tidas como pertencentes à Bolívia. Os países Aliados trataram logo de retificar afirmando que respeitariam os direitos bolivianos e que os limites seriam discutidos oportunamente. A partir daí, os bolivianos passaram, com freqüência, a reclamar a assinatura de tratados internacionais ratificando seus direitos aos territórios em questão. Várias tentativas foram realizadas durante a guerra, mas nenhuma foi concretizada.¹³¹

Mesmo com o fim da Guerra do Paraguai, nada ficou decidido. Em 31 de janeiro de 1872, a Argentina designa um governador militar para o Chaco, estabelecendo como capital Villa Occidental. Isso fez com que o Presidente paraguaio acusasse o ato argentino de arbitrário, e de aquele país estar se utilizando da força para se apropriar de um território litigioso, na falta de títulos de posse.¹³²

Em abril do mesmo ano, foi a vez de um decreto do governo boliviano criar o “distrito territorial del Gran Chaco”, administrado por um chefe militar. Nesse momento, surgiram especulações na Argentina de que a Bolívia estaria adentrando a fronteira do território argentino. Havia rumores de que os bolivianos estariam se preparando para fortificar a região. Em vista dessa situação, as relações entre os dois países se tornaram tensas. O presidente boliviano designou, então, o chanceler Reyes Cardona para uma missão em Buenos Aires, com o intuito de negociar com o governo argentino. A Argentina, que já enfrentava uma

¹³⁰ Circular do Governo Imperial às Legações brasileiras. Rio de Janeiro, 03/02/1872. RRNE, 1872, Anexo 1, Pp. 312-315. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹³¹ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. I, pp. 398-401.

¹³² DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 421.

situação delicada com o Brasil, certamente não iria querer enfrentar mais esse problema, afinal, caso houvesse realmente um conflito com o Império, a Bolívia poderia ser um importante aliado.

Apesar do momento favorável à Bolívia para uma vantajosa negociação, devido ao fato da tensão entre a Argentina e o Império, Reyes Cardona não soube tirar proveito. Com isso, o chanceler argentino Carlos Tejedor não chegou a um acordo com o enviado boliviano. Este, aconselhado pelo ministro do Império em Buenos Aires, segue para o Rio de Janeiro na expectativa de obter apoio do Brasil na questão. O Império, por sua vez, não desejava qualquer expansão territorial por parte da Argentina, o que poderia aumentar a fronteira entre os dois países. Como já era de se esperar, o Ministro de Negócios Estrangeiros do Império, José Antonio Saraiva, declarou que a Bolívia possuía maiores direitos que a Argentina, mas que o Paraguai, por sua vez, possuía maiores direitos que a Bolívia. É válido lembrar que o governo paraguaio também se opunha às pretensões territoriais da Argentina sobre a região do Chaco. As discussões se arrastaram sem chegar a uma conclusão firme¹³³.

Ao fim dos muitos encontros, Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia só concordavam em um ponto: que a fronteira se estabelecesse no rio Pilcomayo. Porém, nenhum de seus plenipotenciários se empenhou em resolver definitivamente a questão. Assim, como vimos anteriormente que questões de limites acabaram por culminar na Guerra do Paraguai, novamente se persistirá no erro, pois esse pode ser entendido como o primeiro capítulo da Guerra do Chaco. Como define Ramón Cárcano “*Se pierde la mejor ocasión y se incuba una guerra*”.¹³⁴

Durante o período de tensão, Brasil e Argentina chegaram mesmo a fortalecer suas Marinhas de Guerra. O governo argentino encomendou algumas belonaves e uma flotilha aos estaleiros ingleses, enquanto o brasileiro lançou ao mar uma canhoneira e uma corveta em

¹³³ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol.1, pp. 397-421.

¹³⁴ Idem, ibdem, p. 421.

1873 e, no ano seguinte, mais um encorajado. No plano diplomático, o Brasil buscou estreitar seus laços com o Chile, que também tinha desavenças com a Argentina¹³⁵, enquanto a Argentina buscava alianças com o Peru e a Bolívia¹³⁶. Porém, nenhum dos dois países estava em condição financeira e militar de se aventurar em mais um conflito armado.

Sendo assim, em junho de 1872, aceitando um convite feito pela Legação brasileira, Bartolomé Mitre foi, em missão especial, ao Rio de Janeiro para tentar solucionar as questões pendentes e firmar um acordo entre os dois países. Mitre recebeu instruções do governo argentino, basicamente, de obter o reconhecimento do Império de que continuava a vigorar o Tratado da Tríplice Aliança.

Mitre foi recebido com frieza por Dom Pedro II, pois o Império desconfiava das reais intenções de sua missão. O Barão de Araguaia, representante do Império em Buenos Aires, alertava para os preparativos bélicos dos argentinos para o caso de um conflito entre os dois países¹³⁷. Por sua vez, Mitre não deixou passar despercebido as compras de armamentos feitas pelo governo brasileiro na Europa, mas deixando claro que, em sua opinião, o tom do gabinete de Pedro II era de uma conciliação pacífica com os argentinos.

Durante a missão de Mitre no Rio de Janeiro, o presidente argentino Sarmiento solicitou junto ao governo paraguaio o envio de um representante para que fossem abertas negociações de paz entre os dois países. Para tal missão Jovellanos designou Carlos Loizaga. As instruções dadas a Loizaga foram a de que reclamasse como posse do Paraguai, não só o Chaco, da confluência dos rios Paraguai até a Bahía Negra, mas também a região das Missões, sendo que esta poderia ser entregue em troca do Chaco. Além disso, deveria Loizaga manifestar a impossibilidade do Paraguai ressarcir qualquer dívida de guerra bem como conseguir a liberação dos prisioneiros de guerra que ainda estivessem em poder das

¹³⁵ O Chile reclamava a soberania sobre a região da Patagônia, chegando a ameaçar sua ocupação.

¹³⁶ DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., 2002, p.466.

¹³⁷ ARAGUAIA para CORREIA, Buenos Aires, 01/06/1872. Arquivo Histórico do Itamaraty, 205-03-15.

Repúblicas Aliadas.¹³⁸ A missão de Loizaga não obteve resultado algum, pois este não se movimentou nesse sentido, dando apenas a conhecer suas instruções ao chanceler argentino Carlos Tejedor e optando por dar mais ênfase a outros assuntos, como a anexação do Paraguai pela Argentina.¹³⁹

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, Mitre se esforçava no intuito de obter algum respaldo de sua missão pelo governo brasileiro. O Império não demonstrava que iria recuar anulando o Tratado Loizaga – Cotegipe, nem que iria apoiar as pretensões territoriais argentinas sobre o Chaco. Os governantes argentinos, por sua vez, também não demonstraram crer numa conciliação com o Império.

Mas Mitre conseguiu que Buenos Aires ratificasse o Tratado de Paz assinado por brasileiros e paraguaios e, em troca, obteve do governo brasileiro o reconhecimento de que as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança estavam em vigor. Com isso, o gabinete brasileiro designou José Antonio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, como representante brasileiro para negociar com Mitre. Após alguns meses de conversações, em 19 de novembro de 1872, foi assinado um acordo que restabelecia a aliança entre os dois países, declarava que o Tratado de 1º de maio de 1865 continuava em vigor e revalidava os Acordos Preliminares de Paz. Além disso, o governo brasileiro se comprometia a dar seu apoio moral à Argentina nas negociações de paz com o Paraguai.

1873: Tensão no Paraguai

O ano de 1873 foi marcado pela observação brasileira das discussões de paz entre a Argentina e o Paraguai, mas, sobretudo, por várias tentativas de golpe contra o presidente Jovellanos. No dia 2 de abril, Mitre, o enviado argentino para as negociações de paz, chegou à

¹³⁸ Cópias das Instruções de Carlos Loizaga anexas ao ofício de AZAMBUJA para CORREIA, Res., Assunção, 17/08/1872. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-10.

Assunção com as instruções de conseguir o reconhecimento do Chaco como argentino até o rio Pilcomayo, incluindo Villa Occidental. Acima desse rio, o território deveria ser submetido à arbitragem internacional. Também deveriam ser posse da Argentina as regiões de Missões e a ilha de Atajo. Essa ilha, no entanto, poderia ser cedida, caso o enviado argentino achasse necessário. O diplomata brasileiro designado para a missão de acompanhar as negociações foi o Barão de Araguaia. Em março, a notícia da retirada de dois batalhões imperiais do Paraguai mexe com os comerciantes locais. O governo paraguaio fica receoso de que esse seja o início da retirada total das tropas imperiais¹⁴⁰.

Ao desembarcarem em Assunção, os enviados brasileiro e argentino se depararam com o governo de Jovellanos enfrentando uma tentativa de golpe iniciada em 22 de março daquele ano. O movimento era encabeçado pelo General Caballero e por Cândido Bareiro. No dia 11 do mesmo mês, outra revolta, incitada por Cirilo Rivarola, já havia sido rapidamente sufocada. O movimento de 22 de março não era surpresa para o presidente, que já havia sido alertado pelo comandante das forças brasileiras, General Guimarães, sobre sua existência. O General brasileiro colocou as forças imperiais à disposição de Jovellanos.

Ao iniciar a revolta, foi distribuído à população um panfleto com as intenções do movimento. Nele Caballero afirmava que sua revolta era contra a tirania do governo de Jovellanos, que se impunha com o apoio das forças aliadas. Acusava, também, o governo do Paraguai de corrupto, de perseguir membros da oposição, de ter fraudado as eleições de janeiro de 1873 e de realizar fuzilamentos sem decisão judicial. Ressaltava que os objetivos do movimento eram restabelecer a obediência à Constituição, pôr fim ao roubo do dinheiro público, respeitar os compromissos internacionais, assinar os tratados definitivos de paz e saldar as dívidas do país

¹³⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.432.

¹⁴⁰ Ofício enviado por Alfredo de Macedo ao Visconde de Caravelas, Assunção, 16/03/1873, Arquivo Histórico do Itamaraty, *Correspondência da Legação Brasileira em Assunção*, 201-01-12.

Outro líder da sublevação, Cândido Bareiro, dirigiu uma carta ao Barão do Araguaia solicitando a ajuda brasileira para o restabelecimento da ordem. Afirmava, ainda, que o momento exigia a retirada de Benigno Ferreira do governo, mas que Jovellanos continuaria no poder. Segundo o Encarregado de Negócios Interino brasileiro em Assunção, Teixeira de Macedo, em comentário reservado, os problemas colocados pelos revoltosos eram “*uma pintura fiel da situação*”. Mas acreditava o diplomata brasileiro que, se os revoltosos chegassem ao poder, poderiam ter comportamento semelhante ao dos atuais governantes paraguaios.¹⁴¹

Mas Jovellanos não aceitou demitir Benigno Ferreira e solicitou a proteção das forças brasileiras. A intervenção destas não se fez necessária, já que as forças legais paraguaias conseguiram sufocar a revolta. Apesar de derrotados, os líderes do movimento voltaram a atacar, em maio, com outro movimento, dessa vez interessados em um empréstimo feito pelo governo paraguaio cujos recursos chegaram a Buenos Aires. Apesar de boatos afirmando que o movimento contava com o apoio das tropas imperiais, estas apoiaram o presidente Jovellanos. Os revoltosos contavam sim com apoio argentino, como afirmava o Ministro de Negócios Estrangeiros do Império, sobretudo através do fornecimento de armas.¹⁴² Os confrontos se sucederam até chegarem aos arredores de Assunção, onde os revoltosos intimaram Jovellanos a se render. Este, por sua vez, comunicou os revoltosos, através de Mitre e Araguaia, que continuaria lutando e solicitou aos sublevados que respeitassem a cidade de Assunção, relegando as batalhas aos locais onde se concentravam as forças legalistas. Após algumas horas de batalhas, os legalistas bateram os revoltosos. Estes

¹⁴¹ BAREIRO para ARAGUAIA, 22/03/1873. In Anexo ao Ofício de TEIXEIRA DE MACEDO para CARAVELLAS, Assunção, 25/03/1873, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-11.

¹⁴² CARAVELLAS para ARAGUAIA, “Reservadíssimo”, Rio de Janeiro, 26/05/1873, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Recebidos, 401-1-14.

acusaram as tropas brasileiras de terem participado efetivamente das batalhas, fato que foi negado por Araguaia.¹⁴³

Mitre iniciou negociações com o representante paraguaio, Chanceler José del Rosário Miranda, enfrentando o receio de Jovellanos. O presidente guarani tinha certeza de que a revolta encabeçada por Bareiro e Caballero tinha tido a conivência argentina com o intuito de colocar no poder dirigentes que facilitassem a paz entre os dois países em termos favoráveis à Argentina. Para piorar a situação, o “apoio moral” prometido pelo Império para as negociações com o Paraguai, também não veio. Ao contrário, o Império manteve sua postura de tentar evitar a posse da região do Chaco acima do rio Pilcomayo pela argentina, apoiando a resistência do governo paraguaio. Quanto aos outros limites entre os dois países, argentinos e guaranis não enfrentaram grandes problemas para defini-los. Assim, estabeleceram-se os limites no alto e médio Paraná, com a linha divisória passando pelo meio do rio, cabendo a ilha de Apipé à Argentina e Yaceretá ao Paraguai. A região das Missões e a ilha de Atajo também ficaram de posse da Argentina.

As instruções ao Enviado do Império eram que o Paraguai poderia ceder até o rio Pilcomayo, já que os diplomatas brasileiros acreditavam que os argentinos não desejavam nada além desse rio. Mitre recebera instruções de que, caso achasse necessário, poderia ceder Villa Occidental, que ficava acima da linha do Pilcomayo. E foi essa a proposta, elaborada pelo próprio Mitre, que o Enviado argentino apresentou ao Enviado paraguaio, e remeteu ao Chanceler argentino Tejedor, tendo sido recusada por ambos. Pelo lado paraguaio, a recusa se deu pelo fato deste estar enfrentando novas revoltas lideradas por Caballero e por Bareiro, novamente com indícios de apoio argentino. Já pelo lado argentino, Tejedor mudou sua postura afirmando a Mitre que as Missões, a ilha de Atajo e o Chaco central deveriam ser argentinos, e que todo o resto deveria ser decidido por arbitragem internacional. O limite no rio Pilcomayo só deveria ser aceito caso Villa Occidental fosse declarada de posse dos

¹⁴³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 442.

argentinos. Jovellanos se propôs até a aceitar o limite no Pilcomayo, mas era intransigente quanto a qualquer concessão adicional.¹⁴⁴

A insistência de Tejedor em ficar com Villa Occidental tinha muitos objetivos políticos, já que a evacuação da mesma poderia significar um ponto negativo na política externa do país, enfraquecendo o presidente Sarmiento e fortalecendo sua oposição. É importante lembrar que o ano de 1874 seria ano de eleições na Argentina e que um dos prováveis candidatos seria o Chanceler Carlos Tejedor, que não desejava aparecer diante da opinião pública como tendo recuado frente a exigências do Império. Além disso, a Villa tinha uma posição geográfica estratégica que poderia se fortificada, inclusive, impedir a comunicação entre o Império e Assunção. Vendo frustrados seus objetivos nas negociações com o Paraguai, Mitre se retirou de Assunção para Buenos Aires. Seu fracasso nas negociações e seu excesso de confiança na Aliança com o Império iriam, mais tarde em 1874, minar sua candidatura à presidência da Argentina.

Em agosto foi a vez do Presidente do Uruguai, Ellaurí, enviar um diplomata ao Paraguai, José Sienna y Carranza, para solucionar as questões pendentes entre os dois países. Como não tinha fronteiras com o Paraguai, os uruguaios buscavam sair da órbita de tensão existente entre o Brasil e a Argentina, ao mesmo tempo em que exigiam assinar um Tratado de Amizade e Comércio, com a cláusula de nação favorecida, o que poderia levar Montevideú a substituir Buenos Aires como fornecedora de mercadorias para Assunção. O representante uruaio assinou tais acordos, onde também estava reconhecida a dívida de guerra, mas sem nenhum comprometimento por parte dos uruguaios de defender a independência e soberania do Paraguai.¹⁴⁵

A Argentina era, ao final do ano de 1873, o único dos países aliados que ainda não havia assinado o Tratado de Paz com o Paraguai.

¹⁴⁴ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. II, pp. 756-757.

¹⁴⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 451.

Em outubro, Juan Bautista Gill informou o governo brasileiro que Caballero e Rivarola estariam se armando para uma nova tentativa de revolução, na qual tinha Gill intenção de participar. Solicitou junto ao governo do Brasil apenas a neutralidade das forças imperiais durante a batalha, mas recebeu como resposta que o Império reprovava qualquer rebelião no país guarani. Ao receber essa resposta, Gill optou por se afastar dos rebeldes.¹⁴⁶ A incorporação de Bautista Gill a esse movimento tinha razões políticas, já que Gill gozava de boas relações com o Império. Os rebeldes contavam com a conivência de Buenos Aires, já que o movimento estava sendo incubado em Corrientes.¹⁴⁷

1874: Eleições no Prata

A nova incursão acontecerá logo em janeiro de 1874. Como havia acontecido nas outras rebeliões, o governo brasileiro garantiu apoio moral e material ao governo paraguaio, mas aconselhou o Presidente a buscar uma conciliação com os outros grupos políticos, o que não aconteceu. Jovellanos, então, solicitou o apoio dos países Aliados para sufocar o movimento, obtendo respostas positivas do Brasil e do Uruguai. Já o comandante militar argentino não demonstrou uma posição clara quanto ao conflito, o que distanciava ainda mais Buenos Aires do Rio de Janeiro e tornava cada vez mais iminente a possibilidade de um conflito entre o Império e a Argentina

Com o avanço da revolta no Paraguai, o diplomata brasileiro em Assunção, Antônio de Araújo e Gondim solicitou o reforço das tropas brasileiras. A situação estava cada vez mais complicada, com o governo paraguaio sem recursos financeiros para enfrentar os rebeldes. A participação brasileira a favor do governo paraguaio passou a ser ativa, inclusive com a

¹⁴⁶ GILL para COTEGIPE, Montevideú, 01/10/1873; COTEGIPE para GILL, “Bahía”, 20/10/1873; GILL para COTEGIPE, Montevideú, 30/10/1873. ABC, IHGB, L. 894, Pastas 143 e 144 apud DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.453.

¹⁴⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 453-454.

utilização de uma canhoneira em um episódio no rio Tebicuarí.¹⁴⁸ Numa tentativa de pôr fim ao movimento, Gondim convenceu Jovellanos a declarar uma anistia geral em 3 de fevereiro, contra a vontade do Ministro do Interior Benigno Ferreira, na qual foi concedido perdão total à Bautista Gill.

Após as vitórias no interior do país, os revoltosos chegaram a Assunção, onde o presidente Jovellanos já se encontrava disposto a entregar-lhes o poder, não o fazendo após ser convencido por Gondim que garantia a ele o apoio das forças imperiais. Houve, então, o início das negociações entre os revoltosos e o governo legal com a presença de Gondim, chegando-se, enfim, a uma conciliação. Para tanto houve uma reorganização do Ministério com Bautista Gill assumindo o Ministério da Fazenda, Caballero o do Interior, Serrano o da Guerra e Marinha, Soteras o da Justiça e Bareiro o das Relações Exteriores.¹⁴⁹

Essa nova cena política interna paraguaia era considerada por Gondim favorável ao Brasil. O governo paraguaio contava agora com um grupo que se alinhava com o Império, liderado por Bautista Gill; e outro que se declarava como defensor exclusivo dos interesses paraguaios, mas que reconhecia como importante o apoio brasileiro para alcançar tal objetivo.¹⁵⁰ Apesar disso, o Império não aprovou a atuação de Gondim, considerando que a Legação brasileira havia esperado muito para demonstrar sua força, além de os revoltosos terem ido negociar primeiramente com Gondim e não com Jovellanos e de terem os principais Ministérios ficado nas mãos dos rebeldes.¹⁵¹ Gondim defendeu-se, alegando que dentre aqueles que assumiram os Ministérios, não havia nenhum favorável à Argentina.¹⁵² Houve

¹⁴⁸ Nesse episódio, os rebeldes haviam instalado uma bateria na foz do rio Tebicuarí e o governo paraguaio solicitou o apoio brasileiro, que veio com o envio da canhoneira “Araguay”, o que fez com que os rebeldes retirassem seus canhões. Cf. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 458.

¹⁴⁹ GONDIM para CARAVELLAS, Confidencial, Assunção, 19/02/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-12.

¹⁵⁰ GONDIM para CARAVELLAS, Reservado, Assunção, 28/02/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-12.

¹⁵¹ CARAVELLAS para GONDIM, Confidencial, Rio de Janeiro, 10/03/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Recebidos, 201-4-7.

¹⁵² GONDIM para CARAVELLAS, Confidencial, Assunção, 04/04/1874. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-12.

então, grande aproximação entre Gondim e o novo gabinete paraguaio, com grande participação do diplomata imperial. Tanto que por várias vezes Gondim aconselhou o governo paraguaio, sobretudo em assuntos de política externa.

Internamente, 1874 foi ano de eleições no Paraguai. Na corrida presidencial se apresentaram dois candidatos oriundos da revolução, Bareiro e Caballero, e mais Juan Bautista Gill, apoiado por Jovellanos. Todos os candidatos buscaram o apoio da Legação Brasileira, mas foram informados que o Império não tinha preferências pessoais, mas ressaltava-se que o novo Presidente não deveria ser simpático à Argentina e que não cedesse o Chaco a esses vizinhos¹⁵³. Isso poderia comprometer a independência do Paraguai.

Porém, uma nova sublevação tornou a posição do Império parcial. No final de março, Bautista Gill denunciou a Gondim que Caballero, candidato à presidência que contava com apoio do representante argentino no Paraguai, juntamente com seu grupo político tramavam um golpe para se apoderar do Governo paraguaio. Em 29 de março, Jovellanos exonerou de seus cargos Bareiro, Caballero e Soteras. No dia seguinte, estes iniciaram uma revolta respaldados por soldados guaranis e pela população, fato que obrigou o Presidente, Jovellanos e Serrano a se refugiarem na Legação Brasileira. Com o a mediação de Gondim, mais uma vez, o movimento teve fim, resultando numa reorganização do Gabinete Ministerial, com o coronel Escobar assumindo a pasta da Guerra e Marinha, Serrano a do Interior e Caballero a da Justiça. Além disso, Jovellanos elevou as patentes de Serrano e Escobar para Generais, numa tentativa de equilibrar a balança, visto que somente Caballero ostentava, até então, tal patente. Decidiu também licenciar as tropas paraguaias, alegando contenção de gastos, o que fez com que estas, sob a liderança do Comandante Molas, se levantassem exigindo a renúncia de Jovellanos, bem como a expulsão de Bautista Gill e Serrano do Paraguai. Tendo vencido uma tropa de legalistas paraguaios, os rebeldes avançaram em direção à Assunção, só se dispersando com a intervenção das forças imperiais.

Após esses acontecimentos, o Império passou a ver com mais certeza a figura de Bautista Gill como o melhor candidato para a sucessão de Jovellanos. Gill era visto como alguém que não se submeteria à influência dos argentinos. Para enfraquecer a figura de um possível concorrente à corrida presidencial, Gill enviou Caballero em missão diplomática à Europa, onde deveria tratar de negociar com credores em Londres.¹⁵⁴

Com o caminho livre, em setembro de 1874 foram eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, Juan Bautista Gill e Higinio Uriarte. Com a posse dos dois acontecendo em novembro, Gondim declarava “*ver satisfeitos os desejos do Governo Imperial*”¹⁵⁵. Em outubro foi a vez dos argentinos elegerem seu novo presidente. Nem Carlos Tejedor, nem Bartolomé Mitre; Nicolás Avellaneda foi o grande vencedor, tornando-se Presidente da República Argentina.

Chegava ao fim, assim, a era Jovellanos no Paraguai. Durante seu governo, o Império brasileiro orientou seus representantes no país guarani no intuito de respeitarem a independência e a soberania paraguaia, sem interferir nas decisões do governo. Essa abstenção, de fato, não aconteceu em alguns momentos, devido às ameaças e aos muitos momentos de instabilidade atravessados pela política paraguaia ao longo do governo Jovellanos. Em alguns episódios, os diplomatas imperiais tomaram uma postura mais ativa, quando solicitada pelo governo paraguaio, atuando na contenção de movimentos rebeldes que por diversas vezes tentaram destituir Jovellanos de seu cargo. Além disso, os diplomatas brasileiros atuaram buscando impedir uma aproximação do Paraguai com a Argentina, bem como mantendo o Paraguai sob sua órbita de influência.

Vale ressaltar, mais uma vez, que essa atuação gerou vários conflitos internos entre os altos funcionários do Império em Assunção. A rivalidade entre os diplomatas e os militares

¹⁵³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.464.

¹⁵⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 467.

¹⁵⁵ GONDIM para CARAVELLAS, Assunção, 30/09/1874, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, 201-1-13.

brasileiros, que era forte desde o início da ocupação do Paraguai, continuou a existir durante o gabinete de Gondim. Este, assim como seus antecessores, também enfrentou atritos com o General Guimarães, Barão de Jaguarão.

O General Guimarães reclamava da forma cortesã como Gondim tratava os políticos paraguaios. Em agosto, as relações entre esses dois membros deterioraram-se ao ponto de chegar ao rompimento, devido a um incidente ocorrido entre o Secretário da Legação e o Comandante do 8º Batalhão de Infantaria¹⁵⁶. Segundo o ex-Cônsul da Argentina, Miguel Gallegos, os atritos entre Gondim e Guimarães tiveram origem quando este se opusera à garantia por tempo indeterminado prometida por aquele para a conciliação com os rebeldes. A situação se complicou mais quando Gondim dispensou Guimarães quando este quis assinar o acordo que punha fim à rebelião¹⁵⁷.

Mas a antipatia entre os dois tinha raízes mais fortes, sobretudo, no fato de Gondim querer aumentar o rigor no comportamento dos militares brasileiros em Assunção. Após alguns anos de ocupação, a postura dos militares tinha relaxado, com vários deles constituindo famílias com mulheres paraguaias. Para piorar, os militares não estavam submetidos às leis locais, o que resultava em muitas vezes afrontá-las, gerando muitas desavenças diariamente com a população local.¹⁵⁸ Todos esses fatores contribuíam para que as instituições públicas paraguaias permanecessem desacreditadas, o que dificultava o trabalho dos representantes diplomáticos em Assunção.

A situação entre militares e diplomatas era tão complicada que existiam à época no Paraguai dois jornais editados em português, que contavam, em sua elaboração, com o auxílio dos militares. Isso fazia com que, constantemente, os jornais trouxessem ataques à Gondim, o que dificultava a ação deste, pois seria um desgaste a mais para quem já tinha de enfrentar

¹⁵⁶ O Secretário José Gurgel do Amaral Valente acusou o Coronel José Thomaz Gonçalves de agredi-lo em público. Após investigação o Coronel foi considerado inocente. DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 468.

¹⁵⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 468.

outros elementos contrários à presença do Império no Paraguai. As disputas entre o diplomata e o general seguiram até que em maio de 1875 o Barão de Jaguarão se retirou de Assunção juntamente com outros oficiais, permanecendo ainda, por alguns meses, na capital paraguaia o diplomata Gondim, no intuito de atestar a segurança do Governo de Bautista Gill. Segundo o jornal governista “La Pátria” de Assunção, a saída de Guimarães causou agitação popular nas ruas e no porto para “tener el placer” de dar adeus ao mesmo¹⁵⁹.

1875: O Paraguai sai da órbita do Império

Com a ascensão de Bautista Gill ao governo paraguaio e de Avellaneda ao da Argentina, as negociações em prol de um Tratado de Paz e de Limites entre os dois países ganharam novo fôlego. Ainda durante o governo Jovellanos, em agosto 1874, havia sido feito um convite por parte dos paraguaios, com apoio do Brasil, ao governo argentino para iniciar negociações no Rio de Janeiro. Para a referida missão, o governo paraguaio designou Jaime Sosa Escalada, Vice-Presidente da Câmara dos deputados, que desembarcou no Brasil em setembro do mesmo ano. Já pelo lado argentino, a pedido do Império brasileiro, foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, Carlos Tejedor, que só viria a desembarcar em terras brasileiras em abril de 1875. A justificativa para tal demora foi a de que já se previa após as eleições de 1874 na Argentina, que houvesse algum levante contra o resultado final, o que acabou acontecendo. E, segundo Tejedor, esse fato poderia enfraquecer sua posição nas negociações, caso estivesse no Rio de Janeiro durante a rebelião. No Brasil, a demora argentina em enviar seu representante gerou especulações na imprensa sobre o possível início de uma guerra entre essa e o Império. O atraso na chegada do representante argentino fez com que os diplomatas imperiais tivessem mais tempo para pressionar e instruir

¹⁵⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 468-469.

o Enviado paraguaio, no intuito de obterem um Tratado, entre Argentina e Paraguai, favorável ao Império. Essa pressão dificultava que Sosa demonstrasse uma posição de independência em relação ao Império.

O enviado paraguaio tinha instruções oficiais para assinar o Tratado de Limites com a Argentina. Segundo suas instruções, o território de Missões, mais aqueles ao sul do rio Pilcomayo e as ilhas de Apipé e Atajo deveriam ser argentinos. Já a Villa Occidental seria de posse do Paraguai, e a retirada das forças brasileiras e argentinas deveria ser simultânea. Já Tejedor tinha instruções de reconhecer a linha do Pilcomayo como fronteira entre os dois países, mas com Villa Occidental de posse da Argentina.¹⁶⁰

Mas, segundo Francisco Doratioto, o enviado paraguaio possuía instruções secretas para ceder Villa Occidental caso fosse necessário. Antes da partida de Sosa do Paraguai, o então presidente Jovellanos já havia manifestado ao novo Cônsul argentino em Assunção, Sinforiano Alcorta, que estava disposto a ceder na questão de Villa Occidental para tirar o Paraguai da órbita do Império. Sendo assim, Jovellanos convocou Alcorta que juntamente com Sosa, redigiram instruções secretas, diferentes daquelas desejadas pelo Império.¹⁶¹

As negociações foram feitas em quatro conferências, datadas de 28 de abril e 4, 10 e 19 de maio respectivamente, com a presença dos enviados argentino e paraguaio, além dos Plenipotenciários brasileiros Visconde de Caravellas e Visconde do Rio Branco. Na primeira reunião, não se chegou a nenhuma conclusão, com os enviados brasileiros afirmando que a retirada das tropas imperiais seria acordada após a definição dos limites entre as duas Repúblicas. Na segunda conferência, voltou-se a avaliar a retirada das forças de ocupação, com Tejedor sugerindo que o mesmo se desse em três meses, tendo os brasileiros achado razoável essa proposta, concordando que a desocupação se desse conforme entendimento

¹⁵⁹ “Esplendida Demonstración”, “La Patria”, Assunção, 11/05/1875, p. 01. BNP, s/c apud DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 471.

¹⁶⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 482.

¹⁶¹ Idem, ibidem, pp. 482-483.

entre as partes. Sobre os limites, Tejedor ponderou sobre um acordo que reconheceria o Chaco Boreal como sendo paraguaio e Villa Occidental como argentina, com a retirada imediata das forças de ocupação. Outra proposta seria a de submeter a área em litígio à arbitragem, mas enquanto não se chegasse a uma conclusão, Villa Occidental permaneceria argentina.¹⁶²

No terceiro encontro, Tejedor expôs duas propostas pra a definição dos limites. A primeira propunha que Missões e Atajos seriam argentinos, e o Chaco ao norte seria paraguaio, exceto Villa Occidental. Esta juntamente com mais alguns territórios à sua volta seriam argentinos, em troca do cancelamento da dívida de guerra. A segunda proposta era a de arbitragem sobre o território de Villa Occidental e da área à sua volta, bem como a redução das tropas imperiais ao mesmo montante das argentinas durante o período do arbitramento. No caso de uma decisão desfavorável à Argentina, o Paraguai deveria pagar uma indenização referente aos gastos de ocupação e melhorias feitas naquele território¹⁶³.

Diante dessas propostas, Sosa se posicionou favorável ao acordo pela cessão de Villa Occidental em troca da dívida do Paraguai com a Argentina, fato que desagradou os representantes brasileiros. Estes argumentaram que a troca de um território pela dívida de guerra ia de encontro ao Tratado da Tríplice Aliança, onde estava estabelecido que se respeitaria a integridade do território paraguaio, bem como que a todos os países Aliados deveria ser pago a indenização pelos gastos com o conflito. Lembravam, então, que o Brasil não havia recebido nada em troca do auxílio que vinha prestando ao governo paraguaio. Os enviados imperiais sugeriram, então, que uma nova conferência fosse marcada, para que se

¹⁶² Protocolos das Conferências de 28/04/1875 e 04/05/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, 1875, Suplemento, pp. 16-22. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁶³ Protocolo da Conferência de 10/05/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, 1875, Suplemento pp. 22-24. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

decidisse qual proposta seria acolhida, bem como se estipular a retirada das forças de ocupação.¹⁶⁴

Durante a quarta reunião, o enviado paraguaio continuou sustentando que aceitava a proposta de ceder Villa Occidental em troca da dívida de guerra. Os representantes do Império, por sua vez, continuaram se opondo, alegando desigualdade no pagamento da dívida para com os outros Aliados. A reunião terminou sem que se chegasse a uma conclusão sobre essas questões.¹⁶⁵

Após a quarta conferência, os representantes brasileiros esperavam a continuidade das negociações quando receberam a notícia de que Sosa e Tejedor haviam assinado, no dia 20, um Acordo de Limites e que o representante argentino havia se retirado do Rio de Janeiro sem se despedir do Imperador. O Tratado Sosa-Tejedor era composto basicamente de dois artigos. No primeiro era afirmado que:

“... a República Argentina teria fronteiras com o Paraguai ao Sul e ao Este deste país, pela metade do canal do rio Paraná, até encontrar sua margem esquerda nos limites com o Brasil; a Oeste, a fronteira teria no rio Paraguai, desde a sua confluência com o rio Paraná até a desembocadura do arroio Verde, situado imediatamente ao norte de Villa Occidental, continuando a linha fronteira pelo braço principal desse mesmo arroio até a distância de quatro léguas em linha reta por sua margem direita e desde esse ponto por uma linha paralela ao referido rio, até alcançar o Pilcomayo.”¹⁶⁶

Já o segundo artigo:

“... determinava que as ilhas dos rios Paraná e Paraguai teriam sua posse determinada pelos princípios do direito internacional, com a exceção da ilha de

¹⁶⁴ Protocolo da Conferência de 10/05/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, 1875, Suplemento pp. 24-29. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁶⁵ Protocolo da Conferência de 10/05/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, 1875, Suplemento pp. 30-32. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007. Da quarta conferência não foi redigido um protocolo porque Tejedor se retirou para Buenos Aires antes da elaboração deste.

¹⁶⁶ Refutação pelos Ministros brasileiros do Manifesto de Tejedor, Rio de Janeiro, 06/07/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, Anexo 1, “República Argentina e Paraguay”, pp. 9-10. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

Atajo, que seria domínio da Argentina; enquanto as ilhas de Apipé e Yaceretá, no rio Paraná seriam, respectivamente, argentina e paraguaia, conforme estipulara o Tratado de 29/01/1856.”¹⁶⁷

Havia ainda, um adido ao Tratado, no qual a Argentina abria mão de receber indenização pelos prejuízos e gastos de guerra, e estipulava em um ano o prazo para que os cidadãos que tivessem reclamações de prejuízo com as ações de Solano López as apresentassem.¹⁶⁸

Diante de tal atitude, os representantes brasileiros convocaram uma reunião no dia seguinte com Sosa, onde este foi acusado de ter agido em desarmonia com eles, exigindo que o enviado paraguaio se retratasse. Mas o representante guarani apenas respondeu que o Acordo já estava assinado e selado. Começava aí uma corrida dos diplomatas brasileiros no intuito de evitarem a ratificação do Tratado pelo Presidente Bautista Gill.

Logo que recebeu a notícia do Tratado, o Cônsul argentino em Assunção tratou de se encontrar com o Presidente paraguaio. Apesar de duvidar da veracidade da informação, Bautista Gill argumentou sobre como fazer para que o Império brasileiro não impedisse a ratificação do Tratado. Essa atitude talvez tenha sido a primeira grande demonstração do interesse do Presidente paraguaio em sair da órbita de influência do Brasil. Tal fato é originado de alguns atos hostis que o Barão de Jaguarão juntamente com o Comandante das forças navais brasileiras, Ivenheima, teriam praticado contra Bautista Gill antes de se retirarem de Assunção. As divergências entre os dois teriam começado quando Jaguarão tomou conhecimento de reclamações que Jaime Sosa, a mando de Gill, teria feito a seu respeito junto ao Governo do Império, solicitando sua retirada do país guarani. Por sua vez, Jaguarão reclamava ao Império que o novo Presidente paraguaio instalara um clima de terror naquele país, fato confirmado por Efraim Cardozo.¹⁶⁹ As medidas adotadas por Gill causaram grande insatisfação pessoal, sobretudo naqueles que viram seu poder de influência na

¹⁶⁷ Idem, ibdem.

administração do país diminuïrem. Quando assumiu, por exemplo, uma de suas primeiras medidas foi a proibição de estrangeiros nos serviços públicos.

À época da assinatura do Tratado Sosa-Tejedor, o Ministro brasileiro no Paraguai era Felipe José Pereira Leal que foi substituir Gondim, e que, ao contrário de seu antecessor, não simpatizava com Bautista Gill. Além disso, Pereira Leal simpatiza bastante com os militares.

Observando todos esses elementos, o contexto era propício a uma aproximação entre o Paraguai e a Argentina. Para tanto, era necessário que o Tratado de Limites fosse ratificado pelo Governo paraguaio. Isso exigiria que o Acordo chegasse a Assunção antes de qualquer reação imperial, e fosse aprovado rapidamente pelo Congresso paraguaio. Porém, a reação do Império foi muito rápida com o enviado brasileiro recebendo uma cópia do Tratado e o levando até Gill no dia 14 de junho, enquanto a cópia enviada pelos argentinos chegou no dia 16 e o enviado de Buenos Aires, Senador Dardo Rocha, só aportaria em Assunção no dia 19. Esse atraso foi fatal pra os objetivos argentinos.¹⁷⁰

No mesmo dia em que recebeu o Tratado, Pereira Leal foi ao encontro do Chanceler paraguaio Facundo Machaïn exigindo explicações. Este sugeriu que ambos fossem ao encontro do Presidente Gill, que acabou por desaprovar a atitude de Sosa, afirmando que não ratificaria tal Acordo. No dia 17 de junho o Governo do Paraguai decretou que foi desaprovado o Tratado assinado no Rio de Janeiro. No dia seguinte foi nomeado Facundo Machaïn Enviado Extraordinário ao Brasil com a missão de obter ajuda financeira do Império e de apresentar uma carta de desculpas pelo ocorrido ao Visconde do Rio Branco.¹⁷¹

Antes de partir para o Brasil, Machaïn se encontrou com Dardo Rocha e com o Cônsul argentino em Assunção Sinforiano Alcorta. Machaïn criticou a Argentina e afirmou que o

¹⁶⁸ Refutação pelos Ministros brasileiros do Manifesto de Tejedor, Rio de Janeiro, 06/07/1875. Relatórios da Repartição de Negócios Estrangeiros, Anexo 1, “República Argentina e Paraguay”, pp. 9-10. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

¹⁶⁹ CARDOZO, Efraim. *Breve Historia del Paraguay*. Buenos Aires: Editora Universitária, 1965, p.111.

¹⁷⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 496-497.

¹⁷¹ Idem, ibdem, p.497.

Tratado Sosa-Tejedor nada trazia de benefícios para o país guarani. Em resposta, Dardo Rocha afirmou que a Argentina concederia franquias alfandegárias aos produtos paraguaios caso o Paraguai aceitasse os limites propostos naquele Tratado. Mas alertou que seria uma situação grave para o Paraguai se a Argentina se tornasse hostil àquele país.¹⁷² Machaín, então, solicitou um encontro entre Rocha e Bautista Gill.

Nos dois encontros que ocorreram entre Gill e Rocha, novamente foi oferecido ao Presidente paraguaio facilidades comerciais em troca de Villa Occidental. Gill aproveitou a oportunidade para reclamar de um apoio maior por parte dos argentinos ao Paraguai, para que esse saísse da órbita do Império. No entanto, não se chegou a nenhuma conclusão, mas ficou aberto o canal direto de negociações entre Buenos Aires e Assunção. Dardo Rocha partiu para Buenos Aires em 07 de julho. É importante ressaltar que o argumento do livre comércio oferecido pela Argentina era de grande relevância para o Paraguai. Cerca de 80% dos produtos paraguaios exportados na época iam para Buenos Aires, o que tornava a fraca economia do país guarani extremamente dependente daquele vizinho¹⁷³.

Nesse contexto turbulento, as relações entre o Império e Argentina estavam cada vez mais tensas. Em junho Cirilo Rivarola juntamente com outros exilados paraguaios preparavam um levante contra o Governo de Gill. Tropas argentinas partiram em direção ao Paraguai, bem como houve reforço dos efetivos imperiais neste país. Em Assunção, corriam boatos sobre o apoio argentino à nova tentativa de golpe. Falava-se também de uma possível invasão do Paraguai pela Argentina, caso o Tratado Sosa - Tejedor não fosse aceito.

Os ânimos se acalmaram um pouco, quando, em julho, o próprio Presidente argentino afirmou desejar que as relações de seu país com o Brasil fossem harmoniosas. Para tanto, Avellaneda substituiu Tejedor por Bernardo de Irigoyen no Ministério das Relações

¹⁷² DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 498.

¹⁷³ GONZÁLES ERICO, Miguel Angel. Desarrollo de la Banca en el Paraguay (1870-1900) in Revista Paraguaya de Sociología. Assunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, Año 9, nº23, Setiembre-Diciembre, 1972 apud DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 500.

Exteriores argentino. Esse Chanceler teria como missão chegar a um Acordo com o Império e com o Paraguai que fosse honroso para todos. No Paraguai, o movimento de Rivarola perdera força.

Em meio a todos esses acontecimentos, Bautista Gill buscava se posicionar, pois, por um lado, tinha de considerar o fato das tropas imperiais estarem assegurando seu governo, mas, por outro, seu país necessitava de chegar logo a um acordo com a Argentina. Gill, preocupado com as ameaças do Governo argentino de retaliar a entrada de produtos paraguaios naquele país, sem o apoio financeiro do Rio de Janeiro, sofrendo hostilidades por parte tanto dos militares brasileiros, quanto do novo diplomata imperial, Pereira Leal, e das cobranças feitas pelos comerciantes brasileiros em Assunção, decide sair da órbita de influência do Império do Brasil e se aproximar da Argentina. Como reflexo dessa decisão, em outubro, Gill trocou alguns de seus Ministros por pessoas que propunham a desocupação do Paraguai. José Urdapilleta passou a ocupar a Pasta do Interior e Adolfo Saguier a da Fazenda.¹⁷⁴

Esse movimento tornou ainda mais complicadas as relações entre Bautista Gill e Pereira Leal. Em outubro, Pereira Leal classificou Gill como corrupto.¹⁷⁵ Os novos Ministros indicados por Gill eram tidos como favoráveis à Argentina, o que levava Pereira Leal a aumentar suas suspeitas quanto à amizade de Gill com o Brasil.

A busca pela aproximação com a Argentina, no entanto, não deve ser entendida como um desejo do Paraguai de entrar em sua órbita de influência. O Governo paraguaio já havia visto que seria muito difícil a assinatura de um Tratado de Limites com a Argentina, caso o Império participasse ativamente das negociações. Logo seria mais fácil negociar diretamente com o Governo argentino. Por outro lado, uma aproximação com a Argentina poderia tornar mais iminente à ameaça de um conflito entre esta e o Brasil, o que poderia facilitar concessões por parte dos argentinos nas negociações entre os dois países.

¹⁷⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 508-509.

Em 14 de outubro o General Serrano foi à Legação Imperial solicitar a intervenção das forças brasileiras para impulsionarem um levante comandado por ele contra Bautista Gill. Não obteve sucesso. Após esse acontecimento, Pereira Leal convocou os Comandantes das forças terrestres e naval para uma reunião onde propôs que os três conversassem com Bautista Gill e demonstrassem que a escolha de seus novos Ministros os desagradava. Os militares não concordaram com essa idéia, afirmando que não iriam se intrometer em decisões legítimas do Presidente paraguaio. A essa altura, a tensão nas relações entre Gill e Pereira Leal já havia se tornado pública. Gill freqüentemente remetia ao Rio de Janeiro reclamações sobre o chefe da Legação em Assunção.

Em novembro, o Barão de Cotegipe já havia decidido por substituir Pereira Leal. Cotegipe achava que a mudança de política paraguaia havia sido motivada pela conduta de Pereira Leal e que a substituição do mesmo faria com que o Paraguai retornasse à sua antiga política. Como substituto de Leal, Cotegipe indicou Araújo Gondim com as instruções de estimular a assinatura de um Tratado de limites entre o Paraguai e a Argentina, bem como de impedir a ação de comerciantes brasileiros, credores do Governo paraguaio, contra Gill.¹⁷⁶

Em fins de novembro, haviam fortes especulações de que o Paraguai e a Argentina estariam estabelecendo negociações de forma secreta, e já circulavam boatos de que Villa Occidental ficaria mesmo de posse da Argentina. Nesse período, Pereira Leal se deixa levar pelos grandes comerciantes brasileiros e por alguns militares e acabou por apoiar uma tentativa de golpe contra Gill, liderada pelo General Serrano, contrariando as instruções vindas da Corte. O movimento teve início dia 9 de dezembro. Logo que tomou conhecimento de que havia brasileiros participando do mesmo, o presidente argentino tratou de fortalecer suas tropas que ainda estavam no país guarani. Os revoltosos percorreram o interior do país tentando obter mais adesões ao movimento, mas não obtiveram sucesso. A revolta foi

¹⁷⁵ PEREIRA LEAL para CARAVELLAS, Confidencial, Assunção, 16/10/1875. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios Enviados, Correspondência sobre o Incidente Leal, 248-4-2.

facilmente derrotada, sendo o General Serrano, preso e morto. Já Pereira Leal teve de ficar apenas aguardando a chegada de Gondim para poder se retirar de Assunção.

Em 15 de dezembro, Bautista Gill enviou Facundo Machaín a Buenos Aires para iniciar as negociações do Tratado de Limites com a Argentina. No dia 21, o Império respondia a solicitação de enviar um representante à mesa de negociações. Foi escolhido Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada. Este diplomata foi instruído a não manter conversas confidenciais com Machaín e para que mantivesse uma posição moderada, mas sem demonstrar fraqueza. Se perguntado sobre a retirada das forças brasileiras de Assunção, isso não deveria ser discutido, cabendo essa decisão ao Rio de Janeiro. Sobre Villa Occidental, o desejo brasileiro era de que fosse paraguaia, mas caso não obtivesse essa concessão, a mesma deveria ser submetida à arbitragem internacional. Mas, antes da chegada do representante brasileiro, argentinos e paraguaios já haviam iniciado os trabalhos de negociação para adiantar o processo de assinatura do Tratado.

As negociações foram tranqüilas e após cinco conferências, em três de fevereiro de 1876, foram assinados os Tratados de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Quanto aos limites, ficou determinado o rio Paraguai como o limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central seriam argentinos. O restante do Chaco foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre a Bahía Negra e o rio Verde. A área entre este e o braço principal do rio Pilcomayo, incluindo Villa Occidental seria submetida ao arbitramento por parte dos Estado Unidos, mas até o parecer ser dado, a área ficaria sob administração argentina. As ilhas de Atajo e Apipé foram declaradas argentinas, enquanto Yaceretá, paraguaia. As forças de ocupação se retirariam do Paraguai em três de junho daquele ano. Quanto à dívida de guerra, os gastos feitos pela

¹⁷⁶ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.515.

Argentina durante o conflito, bem como os prejuízos causados a propriedades públicas e privadas quando da invasão, foram reconhecidos.¹⁷⁷

O Tratado assinado por Argentina e Paraguai pode ser analisado como dentro dos moldes desejados pelo Império brasileiro. Apesar da posse de Villa Occidental pelo Paraguai não ter sido imediata, ela viria dois anos depois, em 1878, com o parecer, favorável ao Paraguai, do presidente norte-americano. A independência e soberania do país guarani estavam, de vez, asseguradas. Já a Argentina saía insatisfeita, pois não tinha obtido os territórios que desejava, enquanto o Paraguai ficava sem as suas sonhadas isenções alfandegárias.

¹⁷⁷ RRNE, 1877, Anexo 1, “República Argentina e Paraguay”, pp. 35-60. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

Capítulo 3

A “nova” República do Paraguai e suas relações com o Império do Brasil

Com a retirada das tropas aliadas do Paraguai em 1876, um novo período de instabilidade irá se abater sobre o país que voltava a caminhar com suas próprias pernas. O governo de Bautista Gill, que dependia para sua manutenção, em parte, do apoio brasileiro, tornou-se um alvo fácil da ação de rebeldes. Para Gill, cair era questão de tempo.

Para piorar ainda mais a situação paraguaia, o Império do Brasil e a República da Argentina mudaram suas políticas para aquele país. Tendo em vista a frustrada tentativa argentina em anexar parte do território paraguaio durante as longas negociações de paz, o sucesso brasileiro nas definições de fronteiras e a manutenção da independência guarani, o Paraguai deixou de ser prioridade para o Império. Além disso, a crise do sistema de monarquia no Brasil não permitia dar muita atenção aos assuntos relativos à bacia do Prata. Já para os argentinos, o Paraguai deixara de ser prioridade devido à busca de estreitar as relações com alguns países europeus para inserção da Argentina como fornecedora de matéria prima, visando o desenvolvimento interno do país. Apesar disso, tanto o Império como a Argentina mantiveram olhares cautelosos sobre o Paraguai.

Crise econômica e violência (1876-1880)

A retirada das tropas aliadas ocorrida em 1876 agravou ainda mais a situação de caos político e financeiro no Paraguai. A saída dos militares brasileiros fez com que o insipiente comércio local diminuísse ainda mais.

Desgraciadamente, la liberación de Paraguay és mas aparente que real. Desaparece la responsabilidad de la ocupación y las pequeñas industrias y comercio que ella crea. Paraguay queda solo, com su desierto, su escasa población, su riqueza abandonada, su extrema pobreza e indisputable soberania.

Empieza el malestar, el descontento, las necesidades insalvables, la conjuración, la anarquia, los golpes de mano, que son golpes de Estado que empeoran las situaciones.¹⁷⁸

A maior parte dos militares brasileiros foi aquartelado em Mato Grosso, o que levou diversos comerciantes de Assunção a também se deslocar para essa região, buscando não perder seus mercados consumidores. No gabinete da Legação Imperial, no início de maio, assumia o diplomata Eduardo Callado, anteriormente Encarregado de Negócios em La Paz, no lugar de Araújo Gondim.

O governo paraguaio contava, então, com o apoio financeiro prometido pela Argentina durante as negociações de Paz. Porém, esse apoio não veio da forma como esperavam os paraguaios. Apesar das promessas de um tratamento alfandegário diferenciado aos produtos guaranis, o máximo que foi obtido foi a não cobrança de taxas alfandegárias sobre frutas importadas do Paraguai e igualar o imposto cobrado sobre o mate guarani com o preço do cobrado sobre o mate brasileiro.¹⁷⁹ Mas essas eram medidas suaves demais, dada a gravidade da situação paraguaia.

Como uma tentativa de controlar a crise econômica, o governo Gill tomou medidas extremas, como a redução do Exército paraguaio para apenas 400 homens, a diminuição do número de funcionários públicos, sendo que, seriam cortados em 50% os salários daqueles que permanecessem e a destruição de papel moeda.¹⁸⁰ Além disso, o Paraguai tinha como alternativa a busca por capital estrangeiro, principalmente, oriundo da Inglaterra. Em maio de 1876 foi apresentado um acordo entre o representante paraguaio Cândido Bareiro e um grupo de homens de negócios britânicos, responsável por empréstimos ao governo paraguaio nos anos de 1871 e 1872. Estes eram proprietários de Bônus paraguaios, o que os colocava em

¹⁷⁸ CÁRCANO, Ramón J. op. cit., 1941, vol. II, p. 839.

¹⁷⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.553.

posição privilegiada na hora de negociar. O acordo propunha a criação do Banco Nacional do Paraguai, onde o governo paraguaio receberia 50% das ações em troca da única ferrovia do país, mais uma milha de terra de cada lado dos trilhos, outras terras e edifícios públicos, incluindo o próprio Palácio do Governo, além do monopólio da exploração de erva mate por 20 anos. Os empregados do banco ainda estariam isentos de serviço militar e não teriam que pagar empréstimos ou contribuições compulsórias ao Estado. Em 26 de junho o Acordo foi aprovado pelo parlamento.¹⁸¹

Porém, após vários protestos do governo Imperial, o mesmo acordo foi desautorizado pelo Congresso paraguaio que sucedeu aquele que o havia aprovado.¹⁸² Esse foi um dos fatores que contribuíram para que as relações entre os dois países continuassem tempestuosas. Outro ponto de polêmica entre os dois países dizia respeito à dívida de guerra do Paraguai para com os particulares brasileiros. A lentidão da Comissão Mixta em julgar os pedidos irritou o governo brasileiro. Desde sua criação em 1872, a comissão havia julgado apenas 52 pedidos de indenização, deixando na fila mais 741 reclamações.¹⁸³ Apesar de reclamações e negociações a morosidade da Comissão permaneceu.

Com a ausência do apoio esperado da Argentina, e uma situação de constante insegurança no país, restou a Bautista Gill buscar uma reaproximação do Império. Assim sendo em 26 de outubro de 1876, o enviado brasileiro reuniu-se com o Presidente paraguaio. Nesse encontro, Gill aproveitou para se isentar da assinatura do Acordo que criava o Banco Nacional do Paraguai, alegando que Bareiro o teria feito à sua revelia. O presidente e o diplomata brasileiro debateram também acerca da entrega das apólices referentes às indenizações de

¹⁸⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p.552.

¹⁸¹ Idem, ibdem, pp. 554-555.

¹⁸² Idem, ibdem, p. 558.

¹⁸³ CALLADO para COTEGIPE, Ofício Confidencial, Assunção, 28/10/1876. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-1-14.

guerra a particulares brasileiros. Segundo Gill, fora Facundo Machaín quem teria se recusado a entregá-las.¹⁸⁴

Em meados de novembro, Gill comunicou à Legação Imperial que as apólices referentes aos 52 processos já julgados seriam emitidas e entregues aos titulares. Para tanto, Gill solicitou a Callado que procurasse Machaín e dissesse em que termos as apólices deveriam ser redigidas.¹⁸⁵ Tendo Machaín redigido as apólices deixando claro que a posse das mesmas não garantiam o seu pagamento, o diplomata brasileiro não aceitou esses termos. Callado recorreu, então, a Gill que censurou Machaín, ordenando que este redigisse as apólices nos termos propostos pelo diplomata brasileiro. Machaín, não concordando, pede demissão e em seu lugar assume Benjamín Aceval.¹⁸⁶ De qualquer forma a produção e entrega das apólices foi adiada.

Neste mesmo mês, novembro, Gill anunciou outras medidas para tentar conter a crise econômica e solucionar o problema da dívida interna. A primeira delas era a venda de terras públicas. Vale lembrar que durante o período dos López, uma das maiores fontes de arrecadação do governo foi o aluguel de terras públicas e no pós-guerra, as terras pertencentes à família López foram confiscadas pelo governo. Então, em novembro de 1876 o governo de Gill lança um programa de venda dessas terras públicas com o objetivo de arrecadar cerca de seis milhões de pesos fortes. Dentro desse programa havia algumas medidas que procuravam evitar o surgimento de latifúndios e algumas para incentivar a agricultura. Porém, apesar dessas medidas, os grandes compradores das terras paraguaias foram estrangeiros, principalmente argentinos, ingleses e brasileiros, que passaram a explorar a mão de obra camponesa. Segundo Efraím Cardozo:

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁵ CALLADO para COTEGIPE, Assunção, 15/11/1876. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-1-14.

¹⁸⁶ CALLADO para COTEGIPE, Ofício Confidencial, Assunção, 28/11/1876. Idem.

Las grandes empresas aseguraron a los directores políticos participaciones en las ganancias. En el malbaratamiento de las tierras salieron favorecidos los caudillos oficialistas, que convertidos en terratenientes revivieron el antiguo sistema de las encomiendas. Millares de campesinos, de pronto intrusos en tierras poseídas inmemoriamente, debieron aceptar el nuevo señorío, que quebró las bases igualitarias de la sociedad paraguaya.¹⁸⁷

Outra medida para solução da crise foi a venda da única estrada de ferro do país, a ferrovia Assunção – Paraguari. Essa ferrovia tinha uma importância muito grande, pois além de meio de transporte, no pós-guerra, fora utilizada várias vezes como garantia de pagamento para empréstimos na Europa. A ferrovia foi posta à venda ao preço de um milhão de pesos fortes, mais dezesseis mil libras em ouro ou prata. Além disso, o comprador teria direito a um quilômetro de terra de cada lado dos trilhos, 20 anos de exclusividade para extensão da linha até Villa Rica, além de isenção fiscal por 25 anos.¹⁸⁸ A ferrovia foi arrematada em março de 1877 por um consórcio de empresários credores do governo paraguaio, um italiano e outros brasileiros que a compraram, com o intuito de repará-la e vendê-la à outra empresa.¹⁸⁹ Essas medidas, caso tivessem sucesso, equilibrariam as dívidas internas do governo paraguaio. Na área da educação, era fundado, por iniciativa de Benjamín Aceval, o Colegio Nacional que seria segundo Velasquez “*la sistematización de la enseñanza media en el Paraguay*”¹⁹⁰. Apesar da fundação em 1877 o colégio só viria a abrir as portas em 1878.

A situação política interna paraguaia voltou a ficar tensa quando em 12 abril de 1877 Juan Bautista Gill foi assassinado quando se dirigia de sua residência para o Palácio do governo. Seus assassinos incitaram um golpe de Estado, rapidamente sufocado pelo exército paraguaio.

¹⁸⁷ CARDOZO, Efraím. *Breve Historia Del Paraguay*. Asunción: Editorial El Lector, 1996, pp. 95-96.

¹⁸⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 563-564.

¹⁸⁹ Os empresários Patri (italiano) e Travassos e Mendes Gonçalves (brasileiros) formaram uma sociedade e ofereceram em lugar das 16.000 libras em moeda de metal, uma Letra promissória pagável em abril. O Chanceler paraguaio consultou a legação brasileira se a mesma concordava no recebimento da promissória, o que foi aceito, dada a solidez das empresas dos membros do consórcio. Porém, em maio de 1877 o consórcio solicitou um adiamento de seis meses para o pagamento. Em outubro, um novo adiamento para dezembro. E esses adiamentos persistiram por um longo tempo e o Império só começou a receber essa dívida em fevereiro de 1886. DORATIOTO, Francisco Fernando Moteoliva. “Depois da Guerra: as relações entre o Império do Brasil e o Paraguai”. In: FALCÃO, Maurin Almeida (org.). *História e Relações Internacionais*. Brasília: Universa, 2002, pp.38-41.

¹⁹⁰ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p.193.

Entre os líderes do movimento estavam o ex-presidente Cirilo Rivarola, Matias Goibirú, e Nicanor Godoy, sendo este último o autor do disparo contra o presidente. Esse grupo pode ser classificado como uma ala conservadora da política paraguaia, não pertencente a nenhum partido político, contrária à aproximação com o Império, porém, indisposta com os chamados “lopiztas”, como Bareiro e Caballero.

A reação política paraguaia foi imediata com a ascensão do Vice-Presidente Higinio Uriarte à Presidência da República, com o apoio do General Caballero e do General Patricio Escobar (Ministro da Guerra), mantendo, inicialmente, o mesmo Ministério de Bautista Gill. Isso não duraria muito tempo já que Benjamín Aceval teve de deixar a Chancelaria para defender o Paraguai no litígio quanto ao Chaco; Cândido Bareiro pediu demissão da pasta da Fazenda, sendo aceita pelo presidente, mas recusada pelo Conselho de Ministros; e José Urdapileta que se demitiu do Ministério do Interior. Na Legação Imperial também houve troca: Eduardo Callado teve sua solicitação de remoção atendida, dando lugar a José de Almeida Vasconcellos, para o posto de Encarregado de Negócios.¹⁹¹

O governo de Uriarte ficou marcado pelo destino dado aos prisioneiros que incitaram o golpe contra Bautista Gill. Todos foram assassinados em suas celas em 28 de outubro de 1877, sob o pretexto de tentativa de fuga.¹⁹² Mas por trás dessas mortes, um importante jogo político existia: após o esmagamento da tentativa de revolução, Uriarte convocou eleições para 1878. Seria a grande chance dos lopiztas assumirem de vez o poder na figura de Cândido Bareiro e, para tanto, aqueles não queriam correr riscos. O partido de oposição, por sua vez, encontrava-se enfraquecido e rachado, pois seus dois principais representantes, Facundo Machaín e Jose Segundo Decoud, tinham problemas pessoais. Em função disso, Decoud mudou de lado e passou a apoiar Bareiro.

¹⁹¹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 572.

¹⁹² Idem, ibdem, p. 573.

Nesse momento delicado, Machaín defendia os assassinos de Bautista Gill e divulgava a forma cruel com que estes estavam sendo tratados na prisão. Por isso, Machaín foi acusado de estar mancomunado com Rivarola para derrubar o governo e acabou preso junto aos assassinos de Gill. Apesar da prisão, Facundo Machaín ainda era bem quisto pela opinião pública. Isso levou Uriarte a tramar uma fuga que justificasse a invasão da prisão e conseqüentemente o assassinato de Machaín e dos outros envolvidos na tentativa de golpe.¹⁹³

No plano econômico, uma atmosfera de desconfiança pairava no ar já que, segundo o enviado brasileiro, nem o comércio nem o sistema produtivo do Paraguai teriam conseguido se recuperar da crise econômica em que o país caiu depois da retirada das últimas tropas aliadas. Apesar disso, tiveram um pouco mais de tranquilidade devido à boa colheita de fumo e a perspectiva de uma boa safra de cereais.¹⁹⁴

Com relação ao Império, a incessante busca pelo recebimento da Letra promissória referente à ferrovia continuou, mas sem sucesso. Além disso, a Comissão Mixta encarregada de julgar os processos de indenização de particulares prejudicados pela guerra continuava encontrando resistência por parte do lado paraguaio, tanto para julgar os processos, quanto para a emissão das apólices.

Internamente, o Império atravessava um período de mudanças, já que depois de dez anos de gabinete conservador, um liberal ascendeu ao poder. A pasta das Relações Exteriores estava agora a cargo do Chanceler Villa Bella. Com isso, a postura Imperial passou a ser mais conciliadora, reconhecendo a impossibilidade do Paraguai de pagar suas dívidas imediatamente. Mesmo assim, o novo gabinete continuou a negociar com o Paraguai a emissão das apólices, assumindo o compromisso de que estas não seriam cobradas

¹⁹³ BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Ed. USP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002, vol. 5, pp. 637-638.

¹⁹⁴ VASCONCELLOS para ALBUQUERQUE, Assunção, 10/11/1877, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-1-14.

imediatamente, dada a péssima situação dos cofres paraguaios. Sendo assim, o governo guarani deu garantias de que as apólices seriam entregues.¹⁹⁵

O ano de 1878 foi marcado pela realização de eleições no Paraguai. Em razão das mortes ocorridas na prisão um ano antes, os liberais não conseguiram se organizar a tempo para participarem. Com isso, Cândido Bareiro não teve grandes dificuldades em ser eleito como novo Presidente da República no mês de setembro daquele ano, tendo Adolfo Saguier como vice. Era a volta de um grande caudilho ao poder.

Logo que assumiu, Bareiro se deparou com um fato favorável: no dia 12 de novembro de 1878, o presidente norte americano Rutherford Hayes divulgou publicamente o resultado favorável ao Paraguai do laudo arbitral sobre Villa Occidental, reconhecendo-a como território paraguaio. O novo gabinete Ministerial passou a ser formado por Benjamín Aceval (Relações Exteriores), Bernardino Caballero (Interior), Juan Antonio Jara (Fazenda), José Segundo Decoud (Justiça) e o General Escobar (Guerra e Marinha).

Mesmo tendo chegado ao poder, ainda havia uma pedra no sapato de Bareiro: Cirilo Rivarola. Este, após as prisões dos assassinos de Bautista Gill, havia fugido e se refugiado no interior do país, onde instigava nova incursão contra o governo. Bareiro então, num de seus primeiros atos, ofereceu-lhe anistia. Assim sendo, Rivarola voltou a dar as caras em Assunção em dezembro de 1878. Poucos dias depois, foi assassinado em plena rua, diante de várias pessoas, que nada fizeram, temendo alguma reação.¹⁹⁶ A respeito de Rivarola, segundo Velasquez:

Con su muerte, sumada a las otras que también se habían producido de manera violenta en los años anteriores y al exilio del general Benigno Ferreira y de Juan Silvano Godoi, quedaban borrados los últimos vestigios de oposición¹⁹⁷

¹⁹⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 578-579.

¹⁹⁶ BETHELL, Leslie (org.). Op. cit., 2002, vol.5, p.638.

¹⁹⁷ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p.182.

Agora sim os lopiztas dominavam totalmente a política no Paraguai. Isso trazia certa estabilidade à economia do Paraguai, apesar de isso não significar seu desenvolvimento.

Em fins de 1878, o Enviado brasileiro José de Almeida Vasconcellos descreveu a situação política e econômica do Paraguai dizendo que as relações com o novo Presidente paraguaio eram amistosas, e que este estava buscando moralizar a administração pública. Já no plano econômico, Vasconcellos afirmou ser ruim a situação financeira do país guarani. A única renda provinha das arrecadações alfandegárias, o que não significava muito, já que o país pouco exportava. O Enviado brasileiro argumentava que o solo paraguaio era fértil e apropriado para várias culturas, mas mal aproveitado. Sobre os ervatais, Vasconcellos alertava sobre a forma errada que os paraguaios utilizam para colher, já que arrancavam os pés inteiros, ao invés de extraírem somente as folhas. Isso poderia levar à extinção da planta. O país não tinha nenhum banco e o comércio não conseguia se desenvolver, dado o fato de este só ter as repúblicas platinas como seus mercados consumidores, onde concorriam com produtos brasileiros, sendo estes mais baratos e de melhor qualidade.¹⁹⁸

Em junho de 1879, o governo de Bareiro passou por uma provação. Emigrados paraguaios na Argentina, liderados por Juan Silvano Godoy, Raimundo Machaín e Nicanor Godoy armaram um vapor mercante e iniciaram uma tentativa de golpe. Chegaram mesmo a tomar alguns povoados ribeirinhos, onde iriam instalar um Governo Provisório. Bareiro decretou Estado de Sítio e mandou mobilizar uma força de dois mil homens sob o comando do General Escobar que marcharam contra os rebeldes. Estes, sem grandes opções, acabaram por fugir, voltando a se refugiar em território argentino.¹⁹⁹

Este mesmo ano ficou marcado por duas questões territoriais que envolviam o Paraguai. A primeira delas foi a entrega oficial ao Paraguai de Villa Occidental, que passou a se chama Villa Hayes, em homenagem ao presidente norte-americano, responsável pela

¹⁹⁸ VASCONCELLOS para VILLA BELLA, Assunção, 30/12/1878, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-1-15.

decisão favorável ao Paraguai no arbitramento dessa questão. A segunda questão envolvia a Bolívia e o Chaco. Desde o início do conflito com o Chile, no qual os bolivianos perderam sua saída para o mar, estes procuravam outra forma de saída para o mar e de escoamento para seus produtos. Passaram a almejar, então, o acesso à bacia do Prata através do rio Paraguai. Para isso, a Bolívia passou a exigir seus direitos sobre o território do Chaco. Por sua vez, o governo guarani tinha a esperança de que a Bolívia pudesse ser um bom mercado consumidor para os produtos paraguaios e acabou cedendo às intenções bolivianas visando um possível reaquecimento da economia nacional. Por isso, em 15 de outubro de 1879, foi assinado um Tratado por Antonio Quijarro, Ministro Plenipotenciário boliviano, e José Segundo Decoud, Chanceler paraguaio, onde o Paraguai estabelecia a fronteira com a Bolívia no Chaco, no paralelo que parte da desembocadura do rio Apa até encontrar com o rio Pilcomayo. Isso significava mais da metade do Chaco. Devido à pressão da opinião pública paraguaia que via o Tratado como inaceitável, pois cedia à Bolívia territórios paraguaios obtidos em pesadas batalhas diplomáticas, o mesmo não foi ratificado.²⁰⁰

Em 1880, novamente um presidente cogita vender terras públicas na tentativa de melhorar a crise financeira do Paraguai. Só que dessa vez, seriam aceitos como pagamento as Letras promissórias paraguaias, o que seria uma tentativa de pagar as dívidas de guerra do Paraguai com particulares brasileiros e argentinos. Em junho, o representante brasileiro voltou a escrever sobre a situação interna do país guarani: os funcionários públicos estavam há cinco meses sem receber salários e as perspectivas eram desanimadoras, já que a colheita de tabaco havia sido ruim e outros gêneros agrícolas sofriam com as pragas de gafanhotos.²⁰¹

Dada essa situação, o presidente paraguaio desejava solicitar um empréstimo no Rio de Janeiro e, para isso, precisava do apoio Imperial. Numa forma de tentar uma aproximação

¹⁹⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 588-589.

²⁰⁰ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p. 184; e CARDOZO, Efraím. op.cit, 1996, p. 96.

²⁰¹ VASCONCELLOS para VILLA BELLA, Assunção, 21/06/1880, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-1-16.

com o Império, em julho, todos os particulares cujas reclamações haviam sido julgadas procedentes pela Comissão Mixta, finalmente receberam suas Letras promissórias.²⁰²

Mas em setembro as coisas mudaram. No dia 04 de setembro, vítima de um mal súbito morre o presidente Cândido Bareiro e com ele a idéia de vender as terras do governo. O Vice-Presidente, Adolfo Saguier, nem teve tempo de assumir: vítima de um golpe dado pelos militares foi aprisionado e obrigado a assinar sua renúncia à Vice-Presidência. Dessa forma, o Congresso Nacional se reuniu e escolheu o General Bernardino Caballero como novo Presidente do Paraguai.²⁰³

O Governo Caballero: 1880-1886

Caballero assumiu o poder encontrando uma situação política extremamente favorável. A população se submetia à sua autoridade política, já que o mesmo era respaldado pelo Congresso e contava com o apoio irrestrito dos militares. Além disso, com a oposição muito enfraquecida desde as mortes ocorridas nos anos anteriores, tudo levava a crer que pela primeira vez desde a Guerra o Paraguai entraria numa fase de estabilidade política. Assim, Caballero iniciou seu governo adotando a mesma política administrativa de seus antecessores Bautista Gill e Cândido Bareiro.

Porém, a verdadeira figura central ao longo do governo de Caballero foi o Ministro das Relações Exteriores José Segundo Decoud. Habilidade diplomata, Decoud soube conduzir muito bem as relações do Paraguai com seus dois principais vizinhos: o Império do Brasil e a Argentina. Embora, nesse momento, o Paraguai tivesse deixado de ser assunto principal nas pautas dos dois países. Esse fator se explica por vários motivos: pelo lado do Império, os

²⁰² DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 594-595.

²⁰³ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p. 182; CARDOZO, Efraím. Op.cit, 1996, p. 94; e DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 595.

objetivos para com o Paraguai já haviam sido alcançados²⁰⁴. Além disso, o Brasil passava por uma grave crise do sistema monárquico, o que resultava em muitas mudanças internas que exigiam maior atenção, como o fim próximo da escravidão, por exemplo. Por sua vez, a Argentina experimentava um momento de grande prosperidade, no qual havia se tornado um dos fornecedores de produtos primários para a Inglaterra, fato que dinamizou bastante a sua economia. Outro fato que contribuiu foi o estabelecimento dos limites entre as duas Repúblicas.

Mas deixar de ser prioridade não deve ser confundido com ser deixado de lado. Muito pelo contrário. A Argentina tinha claras intenções de que Buenos Aires se tornasse a principal praça de comércio exterior do Paraguai. Isso poderia representar certa ascendência política sobre o país guarani. Mas essa ascendência não chegou a se concretizar.²⁰⁵

Durante o período em que esteve na Chefia do Executivo completando o mandato de Cândido Bareiro, Caballero implementou uma política de imigração no intuito de atrair mão de obra de outros países para cultivarem as vastas terras do Paraguai. Para isso, em 7 de junho de 1881 promulgou uma lei de colonização com o intuito de alocar imigrantes em terras públicas ou particulares que estivessem despovoadas ou improdutivas. Além disso, criou um Departamento Geral de Imigração com verba anual de mais de 30.000 pesos para o fomento de colônias agrícolas, além de promover a repatriação de cidadãos paraguaios.²⁰⁶

De acordo com a lei de 1881 os lotes deveriam

²⁰⁴ Os objetivos brasileiros apresentados neste trabalho eram a demarcação de fronteiras nos limites propostos em 1850 pelo Brasil; a livre navegação da Baía do Prata, o que garantia o acesso à Mato Grosso; e a garantia do Paraguai como um Estado independente.

²⁰⁵ Doratioto apresenta algumas orientações dadas a representantes argentinos em Assunção que indicam a intenção de estabelecer uma influência sobre o Paraguai semelhante àquela tinha o Império sobre os guaranis nos primeiros anos do pós-guerra. Mas fatos como o não julgamento dos casos de reclamações de dívidas de guerra de particulares argentinos pelos paraguaios nos leva a crer que a Argentina não obteve sucesso em sua investida. Ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 602-603.

²⁰⁶ VERÓN, Luis. "El rol de La inmigración en La posguerra de La Triple Alianza". In: AQUINO, Ricardo Caballero e QUEVEDO, Roberto. *Historia Paraguaya: Anuario de La Academia Paraguaya de La Historia*. Vol. XLII. Asunción, 2002, p. 331.

“ser cedidos gratuitamente a cada inmigrante agricultor con familia formada por tres adultos o por cinco personas, incluso los niños, que se estableciese en la colonia y que trabajase el lote durante cinco años consecutivos, sin derecho de enajenación en ese periodo; y a cada inmigrante sin familia, adulto, (debía ser) cedido en propiedad, también gratuitamente”, la mitad de lo que correspondía a las primeras familias, pero con las mismas condiciones de poblamiento y cultivo.²⁰⁷

Com essas medidas, o governo conseguiu atrair muitos imigrantes para o Paraguai, sobretudo oriundos da Europa, vindos de países como a Bélgica, Suécia, Itália e Alemanha, além de registros da presença de australianos. Dessa forma, podemos observar uma mudança de mentalidade do Governo quanto à questão da terra. Enquanto no governo de Bautista Gill o Paraguai desejava vender as terras públicas para arrecadar dinheiro, o que acabou por estimular a criação de latifúndios, agora, no governo de Caballero, a idéia seria atrair imigrantes para cultivar as terras improdutivas, em propriedades de menor extensão, e povoar o país. Apesar de também divulgar instruções para a venda de maiores frações de terras para companhias que desejassem realizar atividades colonizadoras no país, o estímulo à imigração nos mostra a mudança de mentalidade.²⁰⁸

O ano de 1881 foi também um marco para a economia do Paraguai. Foi nesse ano que as exportações tiveram o mais alto nível desde o fim da Guerra atingindo o valor de mais de 1,9 milhões de pesos. Como as tarifas aduaneiras eram a principal fonte de renda do governo, o crescimento das exportações gerou uma arrecadação maior. Segundo Washington Ashwell, assim, as contas do governo estavam rigorosamente em dia.²⁰⁹

Ainda em 1881, no dia 03 de dezembro, o representante brasileiro no Paraguai, Vasconcellos, foi exonerado do cargo devido a problemas com a Chancelaria Imperial. Para o seu lugar foi escolhido interinamente Henrique Mamede Lins de Almeida, que assumiu o cargo em 11 de janeiro de 1882. E Lins de Almeida assumiu já enfrentando uma situação complicada: a renegociação do Tratado de Comércio e Navegação de 1872, que estava para

²⁰⁷ Idem, ibidem, p.332.

²⁰⁸ Idem, ibidem.

²⁰⁹ ASHWELL, Washington. *Historia económica Del Paraguay: estructura y dinámica de La economía nacional*

expirar em março de 1882. O Chanceler Decoud já havia deixado claro que deseja uma revisão completa do acordo, fato com o qual o enviado brasileiro não concordava, alegando que segundo o Artigo 40 do mesmo Tratado, o mesmo só poderia ser feito em parte do Acordo. Essa batalha diplomática perdurou por todo o mês de março de 1882.²¹⁰

Em abril de 1882, Henrique Mamede Lins de Almeida foi substituído por Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda. Lacerda fez uma análise sobre o Paraguai de que este estava atravessando uma situação econômica crítica, na qual sua renda oriunda de taxas alfandegárias eram insuficientes para cobrir gastos de governo. Para o novo enviado brasileiro, o Paraguai tendia a se aproximar de qualquer país que se propusesse a ajudá-lo, fosse Brasil ou Argentina.²¹¹

Em julho, o enviado brasileiro Lacerda solicitou à Decoud que apresentasse um novo projeto de Acordo que substituísse o Tratado de Comércio e Navegação expirado em março. No entanto Decoud não concordou com a solicitação. Este Chanceler argumentou que as dívidas de guerra que o Paraguai tinha com o Império e a Argentina o impediam de se desenvolver. Propôs, então, que caso o Império perdoasse a dívida de guerra, excetuando àquela referente a particulares, e conseguisse que a Argentina fizesse o mesmo, o Paraguai estaria disposto a assinar um Acordo ou Tratado com o Brasil dando quaisquer garantias que o Império desejasse.²¹²

Segundo Decoud, o presidente Caballero estaria de acordo com os termos propostos ao Império. O perdão coletivo da dívida, segundo o Chanceler paraguaio, era encarado como essencial pelo Governo de seu país, mas que caso a Argentina não concordasse, o Paraguai se contentaria com a atitude única brasileira. Em troca da renúncia, o Paraguai garantiria a não anexação por nenhuma outra nação no futuro. Como o Império não tinha intenção de anexar o

(1870-1925). Asuncion: Carlos Schauman Editor, 1989.

²¹⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 605.

²¹¹ LACERDA para FRANCO DE SÁ, Assunção, 21/05/1882, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-2-1.

Paraguai, Lacerda concluiu que existia conhecimento por parte dos paraguaios de uma possível anexação pela Argentina. E que a promessa paraguaia não passava de um blefe, já que, caso a Argentina desejasse anexar o Paraguai este, por si só, não teria como impedir tal intenção.²¹³

Em novembro de 1882, ocorreram eleições no Paraguai, onde saíram vencedores como Presidente, eleito agora pelo voto popular para um mandato de quatro anos, o General Bernardino Caballero e como Vice-Presidente Juan. A. Jara. No dia da posse, Caballero manifestou ao Enviado brasileiro Lacerda o desejo de tornar mais estreitas as relações entre sua República e o Império do Brasil.²¹⁴ Esse desejo do Presidente paraguaio implicaria um esfriamento das relações de seu país com a Argentina.

Essa política “pendular” exercida pelo Governo paraguaio desde meados da década de 1870, na qual ora o Paraguai se aproximava do Império, ora da Argentina, se mostrava até o momento pouco eficaz. Mesmo assim, os governantes guaranis mantinham-na e tinham nela grande esperança de atingir objetivos que pudessem ajudar o Paraguai a solucionar seus problemas econômicos. No entanto, quanto mais tempo se passasse mais difícil ficaria de se obter sucesso nesses objetivos, já que tanto o Império quanto a Argentina colocaram as relações com o Paraguai em segundo plano, sobretudo quando viram seus objetivos para este país satisfeitos.

Após as eleições, o Governo paraguaio manifestou desejo de comprar de volta a ferrovia que ligava Assunção a Paraguari. Tal compra objetivava o uso da estrada de ferro como garantia de pagamentos a credores e para obtenção de empréstimos. O Enviado brasileiro, Lacerda, via com bons olhos para o Império a compra dessa ferrovia, já que poderia ser uma boa oportunidade do Brasil receber 113.941 pesos fortes que os atuais

²¹² Idem, Assunção, 04/ 07 e 15/07/18, 82, ibidem.

²¹³ Idem, Assunção, 15/07/1882, ibidem.

²¹⁴ LACERDA para Lourenço Cavalcante de ALBUQUERQUE, Assunção, 06/12/1882, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-2-1.

proprietários deviam ao Tesouro do Império.²¹⁵ Ainda em dezembro, Decoud procurou novamente Lacerda para solicitar o perdão da dívida de guerra ao Brasil. Para o Chanceler paraguaio, a dívida de seu país para com o Brasil era um fator que impedia a obtenção de empréstimos em casas estrangeiras.²¹⁶

Já em fevereiro de 1883, Lacerda escreveu ao Rio de Janeiro relatando a grave crise pela qual passava o Paraguai. Segundo o enviado brasileiro faltava dinheiro na praça de Assunção, desde que em janeiro do mesmo ano o presidente Caballero decretara o fim do valor legal da moeda boliviana, praticamente a única que circulava no Paraguai. As importações diminuíram muito, devido ao prejuízo causado pelas compras paraguaias a crédito em casas de Montevideú e Buenos Aires. Isso fazia com que a arrecadação pública, que tinha como sua maior fonte a renda oriunda de taxas aduaneiras, despencasse em dois terços. Muitos comerciantes de Assunção sofriam com o fim das atividades de desconto do Banco del Paraguay. Devido a esse cenário, os títulos da dívida interna sofreram grande desvalorização.²¹⁷

Essa situação interna ruim acabou por fazer o Paraguai buscar uma aproximação com o Império. Assim sendo, a assinatura do novo Tratado que substituiria àquele de 1872 foi facilitada e o mesmo foi firmado no Ano de 1883. Após a apresentação por Decoud de um anteprojeto, Lacerda propôs algumas modificações, as quais foram todas atendidas permitindo a assinatura do Tratado. O novo Tratado tinha a validade de seis anos e reduzia o poder de Cônsules e Vice-Cônsules, no que tangia à proteção de seus cidadãos em solo estrangeiro. O Tratado poderia ser denunciado em sua totalidade com um ano de antecedência, e não somente na parte de comércio e navegação, como no anterior. O novo Acordo permitia, também, a expulsão do território nacional de cidadão do outro país, por ordem administrativa ou policial,

²¹⁵ Idem, *Ibidem*.

²¹⁶ Idem, Assunção, 12/12/1882, *ibidem*.

²¹⁷ LACERDA para ALBUQUERQUE, Assunção, 14/02/1883, Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/ Ofícios enviados, 201-2-1.

ainda que sem prévio aviso aos seus agentes consulares. Tal condição permitia o confisco dos bens do cidadão expulso para uso público, sem fixação de indenização prévia. É evidente que essas medidas mais restritivas aplicavam-se quase que exclusivamente ao Império, pois este mantinha autoridades em vários pontos do Paraguai, enquanto este, quase não tinha representação no Brasil. Além disso, havia no país guarani um grande número de cidadãos brasileiros que tinham posses, sobretudo nas áreas rurais.²¹⁸

Em março de 1883, o Paraguai iniciou uma importante campanha diplomática: o país recebeu o Enviado Especial do Governo uruguaio, Enrique Kubly, que se dirigiu àquele país para discutir sobre o perdão da dívida de guerra. Depois de se reunir algumas vezes com os governantes do Paraguai, Kubly concluiu que os guaranis realmente desejavam o perdão da dívida. Após algumas correspondências trocadas entre Kubly e o presidente uruguaio, Máximo Santos, em 20 de abril, José Segundo Decoud e Enrique Kubly assinaram um Tratado de Paz e Amizade, onde o Uruguai cancelou a dívida de guerra paraguaia para consigo.²¹⁹

Essa renúncia à dívida de guerra por parte do Uruguai, não deve ser entendida apenas como um simples ato de bondade do governo Oriental. Na verdade, o Uruguai buscava estreitar suas relações com o Paraguai na intenção de que este desse preferência ao porto de Montevideu em relação ao porto de Buenos Aires, para a realização de suas importações e exportações para com outros países do mundo. Para o Paraguai isso seria de certa forma, vantajoso, pois poderia desvincular sua economia da economia argentina, principal compradora dos produtos paraguaios na época, criando novos mercados.

Nesse mesmo ano, um grupo de pessoas ávidas por cultura, fundaram o Ateneo Paraguayo, onde se reuniam historiadores, poetas e ensaístas com a intenção de produzirem

²¹⁸ RRNE, 1884, Anexo 1, “Tratado de Amizade, Comercio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguay”, pp. 65-94. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

²¹⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 612-613.

algum tipo de trabalho erudito. Seus encontros, chamados de *yelladas*, aconteceram, inicialmente, na casa de Adolfo Decoud, mas posteriormente se transferiram para o *Club del Progreso*. Seu primeiro presidente foi Benjamín Aceval, que contava com o jovem de vinte anos, Cecilio Báez, como Secretário. O Ateneo Paraguayo realizou suas atividades durante seis anos, desaparecendo em 1889.²²⁰

Em outubro de 1883, na tentativa de melhorar a situação econômica do país, o Governo paraguaio decidiu, mais uma vez, vender terras públicas, criando, para tal, uma lei nesse sentido. Diferentemente das outras leis sobre venda de terras publicadas anteriormente, a nova lei parecia interessar apenas aos grandes compradores. Isso porque estabelecia um limite mínimo, porém grande, de extensão de terras para a compra, o que tornava o acesso da paupérrima população paraguaia quase impossível.²²¹ O pagamento deveria ser à vista e no ato da compra. Outro ponto que excluía os pequenos camponeses era o fato do valor do arrendamento ter aumentado cerca de 400%. Esse processo colocou à venda praticamente todo o território do país.²²² E mais, concentrou as terras paraguaias nas mãos de poucos compradores, como mostra a análise de Diego Abente:

In 1884, for example, less than 5% of the buyers purchased tracts whose size exceeded one square league comprising more than 81% of the land sold that year. Another 5% acquired some 12% of the land in fractions of less than a square league. By contrast, the remaining 90% the buyers were farmers who purchased small lots that combined amounted to less than 6% of the land sold in 1884.²²³

²²⁰ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, pp. 197-198.

²²¹ Segundo Francisco Doratioto o mínimo de extensão de terra que poderia ser comprada era de uma légua quadrada (1.875 hectares). Já Leslie Bethell afirma que o mínimo seria de meia légua quadrada (937,5 hectares). De qualquer forma, para uma população local ainda devastada financeiramente pela Guerra seria impossível a aquisição de terras com essa extensão. Ver: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 617 e BETHELL, Leslie (org.). op. cit., 2002, vol.5, p.639.

²²² DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 617-618.

²²³ Trad: “Em 1884, por exemplo, menos de 5% dos compradores compraram terras cujo tamanho excedia uma légua quadrada composta por mais de 81% dos terrenos vendidos naquele ano. Outros 5% adquiriram cerca de 12% das terras em frações de menos de uma légua quadrada. Em contrapartida, os restantes 90% dos compradores foram os agricultores que compraram pequenos lotes que combinados elevaram-se a menos de 6% das terras vendidas em 1884.”. ABENTE, Diego. “Foreign capital economic elites and the state in Paraguay

Em 1885, novas medidas do governo paraguaio com relação à venda de terras públicas irão contribuir efetivamente para a criação de latifúndios no país guarani. O legislativo aprovou a venda das terras públicas, e decidiu permitir ainda a alienação dos ervatais pertencentes ao Estado por leilão, variando o preço mínimo de acordo com a localização dos mesmos. Não poderia ser vendida parcela menor que uma légua quadrada, exceto em terras já cultivadas por arrendatários e em campos de pastagens entre propriedades particulares. O pagamento das terras deveria ser feito em quatro parcelas anuais e os ocupantes das terras teriam prioridade de compra. Apesar dessa prioridade, os pequenos e médios agricultores que ocupavam terras, não tiveram acesso a crédito, o que impediu a obtenção de recursos para suas aquisições.²²⁴

Com essas condições e ao preço baixo que estavam sendo vendidas as terras, foram muitos os pedidos de compra que chegaram ao Ministério do Interior, responsável pelas vendas. O governo paraguaio passou então a enfrentar um problema com a definição dos limites de cada extensão de terra, o que o levou a limitar a extensão de terra passível de ser adquirida em 100 léguas e a exigir o depósito da primeira parcela de pagamento, para que os compradores não perdessem a prioridade. Com a grande venda dessas terras, o governo de Caballero conseguiu, finalmente, equilibrar suas finanças.²²⁵

Os maiores compradores das terras paraguaias foram estrangeiros. A população paraguaia que ainda sentia os efeitos da guerra, não recebeu praticamente nenhuma fatia desse bolo. Ao contrário, os camponeses paraguaios foram rebaixados a peões que vendiam sua mão de obra e sua pequena produção para os grandes donos de terras. Outros grandes beneficiados foram os governantes paraguaios que conseguiram empréstimos no banco do Estado e

during the liberal Republic". In: *Journal of Latin American Studies*, Cambridge Vol. 21, No. 1, February, 1989, p. 67.

²²⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 618.

²²⁵ Idem, ibidem, p. 619.

compraram as melhores terras. Tendo em mãos seus títulos de terras, estes puderam optar entre cultivá-las ou vendê-las aos especuladores estrangeiros, tendo, assim, grandes lucros.²²⁶

Outra grande vitória diplomática do Paraguai obtida em 1885 foi a devolução dos troféus de guerra conquistados pelo Uruguai durante a campanha contra Solano López. Esse fato foi motivo de muita festa no país guarani. Os representantes brasileiro e argentino, no entanto, não compareceram à cerimônia, pois acreditavam que suas presenças poderiam demonstrar que ambos os países estariam de acordo com tal atitude, ou que viriam a ter atitude semelhante.²²⁷

1885 chegou ao fim com um balanço financeiro positivo para o Paraguai. A venda das terras públicas rendeu aos cofres públicos um total de quatro milhões de pesos fortes oriundos do capital estrangeiro. A figura do arrendatário de terras foi praticamente extinta, e a produção começou a ser feita de maneira mais racionalizada, vindo a aumentar significativamente. Duas companhias se consolidaram como proprietárias de ervatais: uma era dirigida pelo brasileiro Pacífico Vargas, e tinha um capital de, aproximadamente, 400.000 patações; a outra pertencia à Patri, Navarro & Cia. A concorrência entre essas empresas levou a uma valorização absurda das terras. Muitos investidores eram argentinos, beneficiados pela decisão do governo paraguaio de dar valor legal à moeda argentina no Paraguai.²²⁸

Em dezembro, foi assinado um acordo que encaminhou a solução da dívida paraguaia com credores ingleses. José Segundo Decoud assinou um Tratado com o Presidente do Conselho de Proprietários de Bônus Estrangeiros, Edward P. Bouviere, no qual a dívida paraguaia seria paga em parte com terras públicas. A outra parte começaria a ser paga em

²²⁶ BETHELL, Leslie (org.). Op. cit., 2002, vol.5, p.639.

²²⁷ Afonso de CARVALHO, Encarregado de Negócios Interino para Manoel Pinto de SOUZA DANTAS, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Assunção, 22/06/1885. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-2

²²⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 620-622.

junho de 1886 com juros crescentes até sua extinção. Além disso, os credores também receberiam a ferrovia Assunção-Paraguari.²²⁹

O ano de 1885 também foi um ano de troca no gabinete da Legação Imperial em Assunção. O representante diplomático Lacerda foi substituído por Luiz Augusto de Pádua Fleury. Internamente, o Império assistiu à ascensão do Partido Conservador à Chefia de Governo, na pessoa do Barão de Cotegipe. No fim de 1885, esse gabinete aceitou a proposta feita por Travassos e Patri & Cia. para amortizar a dívida de 120.772 pesos fortes referentes à compra da estrada de ferro Assunção-Paraguari. O pagamento seria feito através de dez notas promissórias, cuja primeira viria a ser recebida pela Legação em brasileira em fevereiro de 1886 em forma de cheque.²³⁰

Apesar desse acordo, no início de 1886, o Império teve de enfrentar problemas referentes a essa dívida. A empresa Travassos, Patri e Cia. decidiu vender a ferrovia ao governo paraguaio para que o mesmo a pudesse repassar a credores ingleses. Os representantes da empresa Travassos, Patri e Cia. desejavam concluir o negócio com o governo paraguaio antes da quitação da dívida com o Império. As promissórias restantes ficariam a cargo do Banco do Comércio, a ser fundado, futuramente, com o capital resultante da venda da linha férrea. Essa foi a proposta enviada aos governantes brasileiros. Na verdade, o acordo de compra e venda entre aquela empresa e o governo paraguaio já havia sido assinado em janeiro. Assim, a proposta feita ao Império, já era, na verdade, um fato consumado. Sem alternativa, o Império aceitou a proposta.²³¹

O ano de 1886 se iniciava com uma constatação evidente: a economia paraguaia era extremamente dependente da economia argentina. Tal fato pode claramente ser visto no movimento do porto de Assunção, no ano em questão, quando 620 navios argentinos foram

²²⁹ Idem, *ibidem*.

²³⁰ Idem, *ibidem*, p. 619.

²³¹ Idem, *ibidem*, p. 622-623.

registrados, enquanto apenas 52 oriundos do Império.²³² A Legação Imperial relatava que todas as importações que chegavam a Assunção vinham de Buenos Aires. Isso tornava a economia do Paraguai vulnerável a qualquer mudança que houvesse na capital argentina.²³³

Esse estreitamento de relações entre Argentina e Paraguai possibilitou ao Chanceler Jose Segundo Decoud obter a concordância da Argentina para perdoar a dívida de guerra paraguaia. Mas isso só seria realmente aceito caso o Império do Brasil se movimentasse na mesma direção. O Governo Imperial não concordou com o perdão e deixou claro que a postura adotada pelo Governo argentino em nada dependia da posição do Império.²³⁴

Apesar de toda essa ascendência da Argentina sobre a economia paraguaia, a mesma não se traduzia em ascendência política. É importante ressaltar, que a Argentina havia conseguido uma importante inserção no mercado mundial, fornecendo produtos agropecuários e cereais a países europeus como a Inglaterra. A inserção nessa nova ordem mundial exigia concentração econômica e política, o que impedia o Governo argentino de dispensar maiores atenções ao Paraguai.

Em 1886 chegava ao fim o governo de Caballero, com algumas mudanças significativas para o Paraguai. Sua dívida externa com a Inglaterra havia sido reduzida. No cenário político do país, o clima era de tranquilidade e estabilidade. Não podemos esquecer que os maiores opositores do governo haviam sido assassinados logo em seu início. Para sua sucessão, já havia se constituído em julho de 1885 o “Club Libertad”, que indicou o nome do General Patricio Escobar como candidato a presidência e o de José Del Rosário Miranda

²³² Idem, *ibidem*, p. 641.

²³³ CARVALHO para COTEGIPE, Assunção, 27/03/1886. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-2

²³⁴ CARVALHO para COTEGIPE, Assunção, 12/06/1886, 02/07/1886, 05/09/1886. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-2 e COTEGIPE para CARVALHO, Assunção, 30/07/1886. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Recebidos, 201-2-2.

como vice. Escobar contava com a simpatia dos paraguaios, pois era estimado e gozava de boa reputação, além de contar com o apoio do presidente Caballero.²³⁵

A eleição foi de chapa única e, assim sendo, no dia 25 de novembro de 1886, Patrício Escobar e José Del Rosário Mirando tomaram posse como presidente e vice, respectivamente. Como era de praxe entre os políticos paraguaios da época, Escobar procurou manter a mesma base política de seu antecessor. De cinco Ministérios, dois permaneceram com os mesmos titulares do período anterior. O Coronel Juan Meza permaneceu na pasta do interior, e o Coronel Pedro Duarte, na da Guerra; por outro lado, Agustín Cañete assumiu a Fazenda, Benjamín Aceval as Relações Exteriores e Manuel A. Maciel ocupou o Ministério da Justiça. Essa composição teria sido imposta por Caballero, sob a ameaça de não entregar o poder. Esse fato causou grande insatisfação da opinião pública, sobretudo, com relação a Agustín Cañete e Juan Meza.²³⁶

O Governo Escobar (1886-1889)

A primeira polêmica entre o Império e o novo governo paraguaio não demorou a acontecer. O Chanceler Aceval negou o direito de recebimento em ouro pelo Império das Letras promissórias emitidas pela Travassos, Patri e Cia. que eram avalizadas pelo próprio Tesouro paraguaio. Aceval acreditava que o “Banco do Comércio”, ao querer pagar a dívida com moeda corrente do país, não estaria faltando com os compromissos com estes títulos de crédito. Dada essa postura por parte do Chanceler guarani e da Empresa, a Legação Imperial recusou-se a receber a Letra.

Sem ter muito que fazer, o Império acabou autorizando, em agosto de 1887, o recebimento da dívida na moeda corrente disponível na época, mas em valor equivalente à

²³⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 626.

²³⁶ Idem, ibidem, 26/11/1886.

moeda da data da assinatura das mesmas, o que cobriria a depreciação sofrida pelas Letras. Em outubro do mesmo ano, o governo paraguaio aceitou as condições propostas pelo Império do Brasil.²³⁷

No campo político interno do Paraguai, 1887 foi marcado por um fato histórico para o país: a criação dos partidos Liberal e Colorado. Eleições parlamentares foram convocadas em junho na província de Villarrica. De um lado se organizaram os “oficialistas” do General Caballero e Claudio Gorostiaga; de outro, os membros do “Comité Popular”, liderados por Marcelino Rodas. Este grupo tentava lançar a candidatura de Esteban Gorostiaga e Antonio Taboada. Houve perseguição aos partidários do Comité Popular, causando, inclusive, algumas mortes e prisões. Isso levou a uma aproximação dos membros do Comité com a oposição da capital Assunção e em julho de 1887 foi fundado o “Centro Democrático” que ficaria conhecido como Partido Liberal. Por outro lado, alguns políticos do partido governista decidem se organizar de maneira permanente, o que ocasionou o surgimento da Asociación Nacional Republicana, que viria a dar origem ao Partido Colorado. Assim, estavam estabelecidos os dois principais partidos que iriam dominar a cena política paraguaia durante mais de 80 anos.²³⁸ As eleições parlamentares que foram realizadas em dezembro daquele ano foram marcadas pela violência.

Em 1887 a economia paraguaia encontrava-se em melhor estado, devido às leis de vendas de terras de 1885. Os investimentos estrangeiros fizeram com que os preços das terras aumentassem substancialmente. A ação dos especuladores estimulou o surgimento de quatro novos bancos entre os anos de 1886 e 1887. Ao mesmo tempo, isso ocasionou um aumento da arrecadação pública, o que permitiu ao novo presidente realizar um programa de obras públicas.²³⁹ Essa sensação momentânea de desenvolvimento econômico na verdade escondia

²³⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 628.

²³⁸ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, pp. 188-189 e CARDOZO, Efraím. Op.cit, 1996, pp. 96-97.

²³⁹ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 629-630.

alguns futuros problemas que viriam a ocorrer como a presença dos latifúndios e uma série de problemas sociais.

Ainda nesse ano, o Império conseguiu uma importante concessão de Assunção: devido a um protocolo assinado entre o Governo paraguaio e a Inglaterra, pelo qual se abria os rios Paraná e Paraguai para o tráfego de navios de bandeira inglesa, o Brasil, baseado no Tratado firmado em 1883, exigiu reciprocidade para com as embarcações de bandeira brasileira, fato que foi atendido pelo presidente Escobar.²⁴⁰

Havia ainda uma questão, no plano externo, que deixava os paraguaios preocupados: a reclamação de parte do Chaco pela Bolívia. Em 1879 o Paraguai chegou até a assinar um Tratado com a Bolívia, no qual reconhecia boa parte do território chaquenho como sendo pertencente aos bolivianos, mas o mesmo não foi ratificado devido à grande pressão da opinião pública.²⁴¹ Pois em 1886, após o fim da Guerra do Pacífico²⁴², o governo boliviano voltou a pleitear parte do território do Chaco, procurando a Legação Brasileira em Assunção, através de seu Enviado Extraordinário e Plenipotenciário, Isaac Tamayo.

O Enviado boliviano procurou, em agosto de 1886, a Legação Imperial para solicitar apoio nas negociações com os paraguaios. Para tanto portava uma carta do Ministro da Bolívia no Rio de Janeiro, onde o mesmo afirmava ter se encontrado com o Chanceler Cotegipe e obtido apoio oficioso do Império para definir os limites entre a Bolívia e o Paraguai. O Representante brasileiro não se comprometeu a tal apoio e solicitou esclarecimentos ao Chanceler Cotegipe. A resposta da Chancelaria viria em setembro, com a confirmação do apoio oficioso por parte de Cotegipe, embora alertando para o fato de não ter tomado partido por nenhum dos lados. Já em 1887, Tamayo solicitou ao Representante brasileiro que comunicasse à Chancelaria paraguaia o desejo do Império para que a questão

²⁴⁰ RRNE, 1887, pp. 14-15. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

²⁴¹ Ver pág. 101.

do Chaco fosse resolvida. Tendo sido comunicado desse desejo do Império, o Chanceler paraguaio, Benjamín Aceval, respondeu que seu governo também desejava solucionar logo a questão. Já no mês seguinte, Tamayo e Aceval assinaram um Acordo onde o Chaco era dividido em três partes: uma boliviana, que compreendia 200.550 quilômetros quadrados; outra paraguaia, que compreendia 123.450 quilômetros quadrados; e uma terceira, que compreendia a área que ficava entre o rio Apa e o Forte Olimpo, que seria submetida à arbitragem do Rei da Bélgica. Assim, ambos os países chegaram a um acordo, fato que mereceu cumprimentos da Legação Imperial.²⁴³ No entanto, esse Tratado também não foi ratificado, devido à resistência encontrada nos dois países.²⁴⁴

O Enviado brasileiro fez uma análise do quadro político paraguaio em 1887. Para Oliveira, faziam parte dos Ministérios dois políticos liberais, Aceval e Maciel e três conservadores ou “caballeristas”, Meza Cañete e Duarte. Os liberais não tinham uma posição segura em seus ministérios, pois os conservadores eram maioria na Câmara, e havia rumores de que se organizariam em oposição aos projetos do Governo enquanto os liberais estivessem no cargo.²⁴⁵

Em 19 de agosto de 1887, Benjamín Aceval pediu para ser exonerado do cargo, devido a um incidente²⁴⁶ em que teve uma decisão sua rejeitada pela Câmara por apenas um voto. Esse resultado se deu devido a uma manobra de Caballero. Aceval alegou que a decisão da Câmara tinha sido um voto de desconfiança.²⁴⁷ Em seu lugar assumiu interinamente Augustín Cañete.

²⁴² Esse conflito envolveu a Bolívia e o Peru numa luta contra o Chile, onde este saiu vencedor, se apossando do litoral marítimo que pertencia à Bolívia, tornando esse país na condição de mediterrâneo.

²⁴³ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 631-633.

²⁴⁴ VELASQUEZ, Rafael Eladio. op. cit., 1985, p. 185.

²⁴⁵ OLIVEIRA para COTEGIPE, Reservado, Assunção, 02/04/1887. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-2

²⁴⁶ Esse incidente dizia respeito ao pagamento de uma dívida a um empresário norte-americano que havia investido no Paraguai na década de 1850, mas que foi expulso por Carlos López, tendo perdido seus investimentos. Sobre essa dívida os caballeristas eram contra o pagamento e os liberais a favor.

²⁴⁷ OLIVEIRA para COTEGIPE, Assunção, 04/10/1887. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-2

Desmoralizando Aceval nessa questão, Caballero conseguiu queimar um possível candidato para as eleições de 1890. Mais que isso, conseguiu que, em dezembro de 1887, Decoud assumisse o Ministério das Relações Exteriores. Este tentou resolver a questão que havia derrubado Aceval, mas também não obteve sucesso. Acabou pedindo demissão do cargo, saindo desmoralizado, assim como Aceval.²⁴⁸ Como podemos observar, a única figura que saiu fortalecida desses incidentes foi a de Caballero que soube manejar o Governo, pondo fim às esperanças de dois promissores políticos paraguaios para a próxima eleição presidencial.

Em 1888, o Paraguai voltou a enfrentar problemas com relação às pretensões bolivianas sobre o Chaco. Devido à falta de atenção por parte do governo paraguaio e à prisão de alguns bolivianos instalados em Porto Pacheco, em outubro, o representante boliviano em Assunção, Dr. Pinilla, rompeu relações com o Paraguai e retirou-se do país.²⁴⁹ A Argentina chegou a oferecer-se para mediar as negociações, mas esse ato foi recusado pelo governo paraguaio. O Império, por sua vez, buscou incentivar tanto o Paraguai, como a Bolívia para que chegassem a um acordo.²⁵⁰

Na verdade essas negociações se arrastariam por um longo tempo sem que se chegasse a um acordo, e acabou por incubar um conflito armado entre o Paraguai e a Bolívia, no qual aquele saiu vencedor, na década de 1930, num episódio que ficaria conhecido como a Guerra do Chaco.

Ainda em 1888, foi enviado ao Rio de Janeiro Juan J. Brizuela, então representante do governo paraguaio no Uruguai, para tratar de assuntos pendentes. Brizuela afirmou que a dívida de guerra era um obstáculo ao desenvolvimento paraguaio, assim como o era o atrito com a Bolívia. Seu grande objetivo na missão ao Rio de Janeiro era avaliar a disposição para

²⁴⁸ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, p. 635.

²⁴⁹ RRNE, 1888, pp. 30-31. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso em 16/07/2007.

²⁵⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 647-648.

o cancelamento da dívida de Guerra por parte do Império. Porém, o Império sequer cogitou a possibilidade de cancelar a dívida, além de se posicionar neutro no conflito entre bolivianos e paraguaios.²⁵¹

No começo do ano de 1889, o Império brasileiro voltou a ter um Ministro Residente em Assunção. José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, em abril, escreveu comunicando que o governo paraguaio havia autorizado a construção de mais duas ferrovias: uma partiria de Assunção e chegaria até a fronteira com a Bolívia e a outra ligaria Villa Rica, até o porto de Encarnación, no Alto Paraná, em frente a Posadas, na Argentina. A primeira linha foi oferecida ao ex-representante norte-americano, General Osborn, enquanto a segunda foi colocada à disposição do Cônsul inglês no Paraguai.²⁵²

Em maio de 1889, o Presidente Escobar apresentou ao congresso guarani duas propostas de estradas de ferro internacionais, onde as duas seriam direcionadas para o Brasil. A primeira, propunha uma linha que saísse de Lambaré, ou Angostura, passando por Assunção e continuar até o rio Apa, fronteira com o Império. O outro projeto visava a construção de trilhos partindo da capital Assunção que seguiriam pelo vale do rio Paraná, até chegar ao porto de Santos, em São Paulo. Segundo o Ministro Imperial, o segundo projeto era o mais agradável aos olhos do governo paraguaio.²⁵³ Tanto que em junho foi promulgada a lei aprovando a construção da ferrovia. Essa lei regulamentava também que deveria ser construído um ramal de Assunção até o porto de Tacurupú, na margem direita do rio Paraná, em até dois anos a partir da data de inauguração da linha férrea que ligaria Assunção até o rio Igatimi.²⁵⁴ Apesar dos projetos, essas ferrovias nunca saíram do papel.

²⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 651-652.

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 648.

²⁵³ AGUILAR para AUGUSTO DA SILVA, Assunção, 16/04/1889 e 07/05/1889. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-3.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*, 21/06/1889, *ibid*.

Em setembro do mesmo ano, outra ferrovia, desta vez ligando a cidade argentina de Formosa, no rio Paraguai, à Bella Vista, no Paraguai, também teve seu projeto aprovado, mas assim como as outras, não foi consubstanciada.

No ano de 1889 surgirá com força, novamente, na economia paraguaia a figura de um velho conhecido: o déficit no orçamento. Apesar do sucesso obtido com a venda das terras públicas, o mau uso da receita arrecadada, com boa parte dos lucros sendo aplicados como subsídios governamentais, contratação de funcionários ou em projetos de desenvolvimento econômico, esqueceu-se de investir na produção agrícola, como afirma Doratioto.²⁵⁵

A divulgada melhora da situação econômica do Paraguai contrastava com o não pagamento dos bônus dados aos particulares brasileiros lesados pela guerra. Isso despertou a atenção do Império, que se viu na obrigação de dar algum tipo de satisfação a seus súditos. Em março de 1889, o representante brasileiro em Assunção solicitou ao Chanceler paraguaio o pagamento dos juros das apólices dos cidadãos brasileiros.²⁵⁶ A resposta desse Chanceler só viria em julho daquele ano, afirmando que em breve o problema seria solucionado.²⁵⁷ De fato, até o fim do Império, nada havia sido pago aos brasileiros.

²⁵⁵ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., 1989, pp. 651.

²⁵⁶ AGUILAR para CENTURIÓN, Assunção, 15/03/1889. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Enviados, 201-2-3.

²⁵⁷ CENTURIÓN para AGUILAR, Assunção, 09/07/1889. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação Brasileira no Paraguai/Ofícios Recebidos, 201-2-3.

Conclusão

A política imperial com relação ao Paraguai teve, ao longo da primeira metade do século XIX, três objetivos principais: a livre navegação da Bacia do Prata, que à época era o acesso mais rápido à longínqua província de Mato Grosso; a assinatura de Tratados que estabelecessem os limites e fronteiras com o Paraguai, solucionando as questões sobre as terras em litígio; e a contenção da influência política da Argentina sobre os países platinos, evitando, dessa forma, qualquer tentativa de reunião das antigas províncias do Vice-Reino do Rio da Prata, formando um único e imenso Estado, tão grande e representativo como era o Império, capaz de disputar a hegemonia do cone sul do continente. O Império brasileiro, na intenção de lograr esses objetivos, orientou seu eficiente e bem preparado corpo diplomático no sentido de buscar sempre resoluções que escapassem ao uso da espada. Apesar disso, algumas questões acabaram por exigir intervenções militares.

Os históricos dos países platinos no século XIX demonstram grandes instabilidades políticas e modelos políticos um tanto quanto distintos. O Brasil, único país a manter o regime monárquico como forma de governo, causava desconfianças entre os demais a respeito de aspirações expansionistas. Por outro lado, foi o país que primeiro reconheceu a independência do Paraguai e de todos os outros países sul-americanos. A Argentina, dividida entre as Províncias, Entre Rios e Corrientes, e Buenos Aires buscava a unificação política que só chegou realmente a ser esboçada pouco antes do início da guerra. O Uruguai, que até 1828 foi motivo de disputa entre o Império brasileiro e a Argentina, também enfrentou uma guerra civil entre *blancos* e

colorados que durou praticamente 30 anos. E o Paraguai, que do qual até a década de 1840/50 não se tinham grandes informações internas, como sua geografia, por exemplo, devido ao modelo ditatorial implantado por Francia e seguido em partes pela família dos López posteriormente. Francia optou por manter-se isolado política e economicamente das nações vizinhas, adotando uma postura bastante defensiva. Com a ascensão dos López, essa situação mudará um pouco. Até o final da década de 1850, durante o governo de Carlos Antonio López, o governo paraguaio soube contornar diplomaticamente suas questões pendentes a respeito dos limites com o Brasil. Também, nesse período, houve uma abertura política e econômica por parte dos guaranis. A vinda de técnicos estrangeiros, bem como o financiamento dos estudos de jovens paraguaios na Europa, visavam uma modernização do Paraguai. Em 1862, com a morte de Carlos Antonio López, ascendeu ao poder seu filho mais velho, ex-ministro da Guerra e Marinha, Francisco Solano López. A partir daí, as relações entre o Império e o Paraguai começaram a ficar tensas, principalmente com o agravamento da guerra civil no Uruguai. O Império brasileiro apoiava o partido *colorado*, enquanto Solano López declarou seu apoio ao partido *blanco*. Essas divergências, somada aos conflitos pela demarcação dos limites entre os dois países e às divergências pela livre navegação da Bacia do Prata, serviram como estopim para o conflito armado.

Observamos as simpatias políticas que existiam entre Liberais e Conservadores que vieram, inclusive, a influenciar nas decisões de qual lado tomar partido durante a Guerra. Essa perspectiva que identificamos durante o trabalho de pesquisa certamente contribui para um melhor conhecimento da dinâmica de formação do conflito. O entrelaçamento dessas tumultuadas histórias irá culminar na Guerra do Paraguai.

Ainda na primeira parte da dissertação, observamos que um estudo sobre o balanço final do conflito nos mostrou um campo ainda a ser desbravado pela historiografia, já que as discordâncias sobre dados de efetivos, mortos e populações são muitas, e as certezas são poucas.

No período de ocupação de Assunção pelas tropas aliadas (1869-1876), podemos destacar a habilidade da maioria dos diplomatas imperiais, sobretudo, na reorganização do Estado paraguaio. O governo provisório paraguaio foi escolhido sob grande influência do Império brasileiro que soube conduzir o processo de escolha. Isso foi fundamental para que objetivos, como manter afastadas as pretensões da Argentina e da Bolívia quanto ao território do Chaco, fossem concretizados. Além disso, é importante colocar que a influência imperial foi tamanha que os governantes paraguaios necessitavam de seu apoio tanto para assumirem os cargos, como para exercer seus governos, contando com o apoio militar dos brasileiros.

Demonstrando mais uma vez a força e a destreza de seu corpo diplomático, em 1872, quebrando uma das principais cláusulas do Tratado de 1º de Março de 1865, o Império assinou a paz em separado com a República do Paraguai. Depois de quase um ano de polêmicas e tensas negociações, que inclusive levaram o representante argentino a abandonar as negociações, o Tratado foi finalmente assinado. De acordo com o Tratado Loizaga-Cotegipe, o Brasil conseguira atingir seus objetivos quanto às questões de limites com o Paraguai. Os mesmos limites que eram pleiteados desde o início do século XIX pelo Império. Além disso, conseguiu a abertura à livre navegação dos rios internacionais compartilhados pelos dois países. O Brasil assumia também, o respeito à independência paraguaia, a manutenção das tropas brasileiras em Assunção

pelo tempo que o Rio de Janeiro julgasse necessário, além da entrega de prisioneiros, criminosos e desertores de guerra. Já o Paraguai, assumia a dívida de guerra e o compromisso do cumprimento na íntegra do Tratado da Tríplice Aliança.

A economia paraguaia, nesse período, tornou-se extremamente dependente dos Aliados. Vários comerciantes, em sua maioria estrangeiros, se enriqueceram fornecendo produtos às tropas aliadas. Socialmente, devido ao extenso período de tempo que as tropas passaram em Assunção, observaram-se alguns fatores interessante: casamentos entre soldados e paraguaias; muitos incidentes entre militares e guaranis, devido ao fato de os militares não estarem submetidos às leis do Paraguai;

A partir de 1875, no entanto, nota-se um esfriamento das relações entre o Império e o Paraguai. Durante o período em que se encontrava na órbita imperial (1870-75), o Paraguai se manteve em péssimas condições financeiras, devido ao apoio político brasileiro não se traduzir em apoio financeiro. Com isso, o Paraguai irá buscar esse apoio na Argentina, saindo da órbita do Império. Tanto é que já em 1876 Argentina e Paraguai assinaram o Tratado de Paz colocando fim a seis anos de negociações. Para afastar ainda mais o Império do Paraguai, o diplomata brasileiro em Assunção na época, Felipe José Pereira Leal, apoiou uma tentativa frustrada de golpe contra o governo de Bautista Gill.

De 1876 até 1889, o Paraguai deixou de ser prioridade para a política externa brasileira. Após a assinatura do Tratado de Paz entre Paraguai e Argentina, onde o Império viu satisfeitos seus interesses de conter as pretensões territoriais argentinas, o Paraguai sai da pauta prioritária de grandes preocupações do Império. Outro fator que colaborou para tanto, foram as disputas pelo poder interno no Império e o

fortalecimento do movimento republicano. Entendemos que nesse sentido pode-se pensar a Guerra do Paraguai como um elemento que contribuiu para a desagregação do Estado Imperial brasileiro. A participação dos escravos na guerra com a promessa de alforria, o fortalecimento da Instituição Exército, que passou a exigir cada vez mais participação política e econômica dentro do governo Imperial, bem como o descontentamento da população brasileira com a longa duração do conflito, são elementos que merecem uma análise mais aprofundada que por hora não nos ousaremos a fazer.

Nessa época também se pode verificar a notável vinculação da economia paraguaia à economia argentina. Como analisado, quase a totalidade dos produtos produzidos no Paraguai era comercializado com Buenos Aires. A Argentina, por outro lado, também reduziu significativamente seus interesses com relação ao Paraguai, pois atravessava um período de consolidação no sistema capitalista mundial.

Com isso, os governantes paraguaios tiveram de aprender a caminhar com suas próprias pernas e utilizar de ferramentas próprias para tentar superar a crise econômica. O principal ato nesse intuito foi, sem dúvida alguma a venda de terras públicas, regulamentada por leis que acabaram por favorecer diretamente os investidores estrangeiros. Os governos paraguaios do período tiveram características mais autoritárias e por vezes a política paraguaia foi marcada por acontecimentos sangrentos. É interessante observar nessa época, também, o surgimento das duas principais correntes políticas do país: *Blancos* e *Colorado*. Até os dias de hoje essa configuração permanece viva no Paraguai e marca os certames eleitorais naquele país.

O cenário político na Bacia do Prata ao longo do século XIX foi marcado por divergências de sistemas políticos, territoriais e de interesses. É inegável que tal cena seja propícia ao aparecimento de conflitos armados. O Império do Brasil conseguiu, algumas vezes, impedir o agravamento total que levasse a esses extremos, dado o seu bem preparado corpo diplomático. Mas no caso da Guerra do Paraguai foi diferente. O conflito violentíssimo ocorreu deixando milhares de mortos de todos os lados envolvidos. Finda a guerra, o Império buscou exercer a figura de país hegemônico perante o Paraguai que, comodamente e sem ter grandes alternativas, aceitou essa posição. Atingidos os objetivos do Império para esse país, os interesses deram lugar ao pragmatismo de relações frias e distantes, mais observadoras e menos efetivas. O Paraguai, por sua vez, adotou a política pendular: hora entrava na órbita da Argentina, hora na órbita do Império, sem com isso obter grandes resultados a seu favor. De qualquer forma, essa atitude consubstanciava o desejo do Império de ver Uruguai e Paraguai independentes da Argentina.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1) FONTES

A) FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS:

1. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) – Correspondência diplomática da Legação brasileira em Assunção e Correspondência do Visconde do Rio Branco.
2. Arquivo Nacional (AN) – Fundo “Guerra do Paraguai”.

b) FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEX) – “COLEÇÃO DAS ORDENS DO DIA (1870-1874)”.
- RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APRESENTADOS A ASSEMBLEIA GERAL DO IMPÉRIO (1870-1889), disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/relacoes.html>. Último acesso 16/07/2007.

2) BIBLIOGRAFIA

A) LIVROS:

ASHWELL, Washington. *Historia econômica Del Paraguay: estructura y dinámica de La economía nacional (1870-1925)*. Asuncion: Carlos Schauman Editor, 1989.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *O Expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do*

- Prata: da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: Ed. USP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2002, vol. 5.
- BUSANICHE, José Luis. *Historia Argentina*. Buenos Aires: Ed. Taurus, 2005
- CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay; acción e reacción de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ed. Domingo Vian y Cia., 1941, II vol.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1997.
- CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1965.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: a verdadeira história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o exército brasileiro e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1976.

- COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Ed. Hucitec e Ed. da Unicamp, 1996.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das Relações Internacionais*. Trad. Maria Rosinda Ramos da Silva Brasília: Editora da UNB, 1982
- DONGHI, Tulio Halperin. *Hispanoamerica despues de la independencia: consecuencias sociales y económicas de la emancipación*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.
- FLORIA, Carlos Alberto e BELSUNCE, César A García. *Historia de los argentinos*. 2ª Edição. Buenos Aires: Larousse, 2004.
- GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia*. Brasília: IPRI, 1991.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *O Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971, Tomo II, vol. 4.
- LANATA, Jorge. *Argentinos: desde Pedro de Mendoza hasta la Argentina del Centenario*. 20ª Ed. Tomo 1. Buenos Aires: Ediciones B, 2005.
- MADUREIRA, Antônio de Sena. *Guerra do Paraguai: resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da "Guerra del Paraguay e aos anotadores argentinos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982 [1ª Edição 1870].
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no*

Brasil (1808-1912). São Paulo: Ed da UNESP e Ed. Moderna, 1997.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai-130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo/Cuiabá: Contexto/ Editora da UFMT, 1998.

MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

O'DONNELL, Pacho. *Juan Manuel de Rosas: El maldito de nuestra historia oficial*. Buenos Aires: Ed. Booket, 2006.

POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global, 1981.

_____. *Paraguai: Nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição. São Paulo: Global, 2001.

PRADO, Maria Lígia. *A formação das nações Latino Americanas*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.

RIBEIRO, Pedro Freire. *A Missão Pimenta Bueno (1843-1847)*. Introdução. [S.l.: s.n.], 1965.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1979.

_____. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais contemporâneas: Da construção do mundo liberal à globalização – de 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SCHULZ, John. *Exército na política: Origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira, COSTA, Lourença Alves da e CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Guaicurus, 1990.

SOARES, José Álvaro Teixeira. *O drama da Tríplice Aliança (1865-70)*, Rio de Janeiro, Editora Brand, 1956.

SOUZA, Antônio Fernandes de. *A invasão Paraguaia em Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002 (1ª Edição 1919).

STREET, John. *Gran Bretaña y la independencia del rio de la Plata*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

TASSO FRAGOSO, Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956-60, 5 vols.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973

VELASQUEZ, Rafael Eladio. *Breve historia de la cultura en el Paraguay*. Assuncion: (?), 1985.

VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo: Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.

B) ARTIGOS

ABENTE, Diego. "Foreign capital economic elites and the state in Paraguay during the liberal Republic". In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, Vol. 21, No. 1, February, 1989, pp. 61-88.

CHARTIER, Roger. "A história entre narrativa e conhecimento". In: *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Moteoliva. “Depois da Guerra: as relações entre o Império do Brasil e o Paraguai”. In: FALCÃO, Maurin Almeida (org.). *História e Relações Internacionais*. Brasília: Universa, 2002, pp.29-47

_____. “Formação dos Estados Nacionais e expansão do capitalismo no século XIX”. In: CERVO, Amado Luiz e RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília/ Rio de Janeiro: Ed. UNB/ Revan, 1998, pp.167-238.

_____. “Guerra do Paraguai”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 253-285.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Guerra do Paraguai: Estados Nacionais e Regiões- Províncias no espaço Platino”. Cópia cedida pelo autor.

PERARO, Maria Adenir. A imigração para Mato Grosso no século XIX – mulheres paraguaias: estratégias e sociabilidade. In: *Territórios e Fronteiras – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso*. Cuiabá, v. 2, n.1, janeiro-junho, 2001, p. 121-134.

SIMÓN G., José Luis. O Paraguai da transição: Democracia de baixa qualidade e política externa “de arrasto”. In: *Cadernos Adenauer: Política externa na América do Sul*. São Paulo, vol.7, set. 2000, p.45-85

VERÓN, Luis. “El rol de La inmigracion em La posguerra de La Triple Alianza”. In: AQUINO, Ricardo Caballero e QUEVEDO, Roberto. *Historia Paraguaya: Anuario de La Academia Paraguaya de La Historia*. Vol. XLII. Asunción, 2002, pp.323-337.

C) TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. 1989. 304 f. Tomo 2. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 1989.

SALES, Thiago Rabelo. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai no contexto do pós-guerra (1870-1875)*. 2004. 65 f. Monografia de Bacharelado - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2004.

D) REVISTAS

REVISTA NOSSA HISTÓRIA. *América do Sul em Armas*. Rio de Janeiro: Ed. Vera Cruz, ano 2, nº 13, novembro de 2004. Edição especial.